

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 82 N° 110 1° SEM. 2023

ISSN 0020-3890



EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel João Rafael Mallorca Natal
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cineasta Daniel Mata Roque
Historiador Alberto Gomes Filho

Sede no Clube Militar
Av. Rio Branco, 251 – Centro
20.040-009 Rio de Janeiro-RJ
Brasil
ighmb.org.br
revista@ighmb.org.br

SUMÁRIO

- 2 – Editorial
- 5 – A atualidade de Andrade Neves
Cel Mário Luiz Rossi Machado
- 23 – Guerra, gênero e trabalho: as mulheres belgas na Primeira Guerra Mundial
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 48 – A artilharia portuguesa dos séculos XVIII e XIX: relações entre tecnologia e organização
Auditor Carlos Alves Lopes
- 97 – Bares cariocas na Segunda Guerra Mundial
Daniel Mata Roque
- 109 – Almirante Sylvio de Camargo: Patrono do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil
Ricardo Moojen Nácul
- 115 – O despertar das forças militares asiáticas: o expansionismo estratégico
Prof. Henrique Corrêa Lopes
- 127 – A mobilização, recrutamento e participação do Ceará na Segunda Guerra Mundial
Maj Gustavo Augusto Chaves Pereira
- 139 – Resenha – *Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução*
Sergina Maria da Motta

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes, excluindo qualquer responsabilidade do IGHMB.

Editorial

O ano de 2023 inicia marcado por significativas conquistas para a nossa revista.

A relevância científica e acadêmica é um objetivo perseguido por todos os periódicos que se propõem a divulgar o conhecimento, a ciência e as mais recentes pesquisas em todos os campos do saber. Foi, pois, com muita satisfação que, no apagar das luzes do ano de 2022, nossa revista foi submetida à avaliação quadrienal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação, segundo a escala de classificação Qualis 2017-2020. O Qualis é o sistema de classificação de periódicos para a avaliação de programas de

pós-graduação e possui diversas categorias, conforme os critérios de relevância científica. Nossa Revista do IGHMB ascendeu da categoria "C" para a categoria "B4", passando a ser considerada como periódico científico de relevância nacional.

Não paramos por aí. Atingindo um objetivo traçado cerca de uma década atrás, a partir deste ano a Revista do IGHMB passa a ser publicada semestralmente,

com duas edições anuais. Tal expansão somente tornou-se possível mediante a crescente contribuição dos associados do IGHMB e de outros historiadores militares, que reconhecem a revista como um periódico impor-





tante para dar visibilidade e divulgação de seus trabalhos de pesquisa.

A terceira boa notícia é a adesão da nossa revista à plataforma *Open Journal System* (OJS), utilizada pelas principais universidades e centros de pesquisa científica do mundo. Tal oportunidade foi proporcionada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, que, por intermédio de sua Biblioteca, passou a hospedar a Revista do IGHMB no Portal de Periódicos da Marinha (<http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb>). Com essa medida, nossa revista e, por conseguinte, nosso Instituto, terão um salto de visibilidade junto à comunidade científica, tanto no Brasil, como no exterior.

Um quarto aspecto a ser ressaltado é o aprofundamento na internacionalização de nosso periódico, que passa a intensificar a publicação de artigos escritos por autores estrangeiros, principalmente da comunidade lusófona.

Com essas gratificantes notícias, passamos a apresentar a Revista do IGHMB nº 110, referente ao 1º semestre de 2023.

A edição da Revista tem início com um estudo de liderança militar, abordando a vida do general Andrade Neves, oficial da arma de cavalaria que teve destacada atuação durante a Guerra da Tríplice-Aliança, conflito no qual faleceu decorrente de ferimentos recebidos em combate. O articulista faz um paralelo entre os atributos evidenciados pelo general e aqueles necessários aos chefes militares da atualidade.

O segundo trabalho encontra-se no escopo da Primeira Guerra Mundial, à época denominada Grande Guerra. Estuda o papel das mulheres belgas durante o conflito, com destaque para aquelas que apoiaram logisticamente às frentes de combate, as que viveram sob ocupação, as refugiadas e as que lançaram-se à resistência contra o invasor alemão. Analisa, ainda, as questões de gênero e trabalho enfrentadas



pelas mulheres do país por ocasião do conflito de 1914-1918.

Ampliando a internacionalização da revista, o terceiro trabalho publicado tem origem em Portugal, e traz um interessante estudo acerca dos aspectos tecnológicos e organizacionais da artilharia portuguesa nos séculos XVIII e XIX.

A pesquisa seguinte está inscrita no campo da História do Cotidiano e da Micro-história. Estuda como os bares da cidade do Rio de Janeiro, cidade tradicionalmente boêmia, foram impactados pela Segunda Guerra Mundial, e como alguns tiveram que se ressignificar para continuarem existindo.

Realizando uma pesquisa biográfica, o próximo trabalho destaca a vida e a trajetória do almirante Sylvio de Camargo, um dos mais destacados oficiais da Marinha do Brasil de sua época, que foi, posteriormente, nomeado Patrono do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil.

Com uma abordagem geopolítica, o sexto artigo publicado

estuda as forças armadas asiáticas na atualidade, com destaque para seu expansionismo e estratégia, temática importante no cenário mundial desta quadra do século XXI.

Finalmente, encontra-se uma pesquisa alicerçada na História regional, que estuda a contribuição do Estado do Ceará para o sucesso da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

• Aproveitamos a oportunidade para convidar os associados (e também os não associados que pesquisam a História Militar) a submeterem suas pesquisas, sob a forma de artigos científicos, para publicação em nossa revista.

Diante dessas boas novas e desse variado acervo de pesquisas, desejamos uma leitura prazerosa, que possa enriquecer o cabedal de conhecimentos de cada um.

Boa leitura!

Carlos Daróz - Cel
Editor da Revista do IGHMB.

A atualidade de Andrade Neves

Mário Luiz Rossi Machado ^a

Resumo: A História Militar constitui-se em uma ferramenta essencial para a formação de líderes militares, na medida em que possibilita o desenvolvimento de valores e atributos da área afetiva necessários à condução de homens, em tempo de paz e em combate. Por outro lado, a Cavalaria, arma que tem como propriedade alterar rapidamente atitudes e a organização das forças de acordo com a evolução da situação no campo de batalha e com as modificações das missões recebidas, necessita de líderes formados com princípios e valores específicos. O presente artigo, em uma abordagem interdisciplinar envolvendo a História e a Liderança militares, estuda a atualidade do estudo da trajetória do General Andrade Neves, alcunhado de “o Vanguardeiro”, para a formação de líderes militares da arma de Cavalaria.

Palavras-chave: Liderança Militar, Guerra da Tríplice Aliança, Educação militar, Cavalaria.

A FORMAÇÃO DO CHEFE MILITAR DE CAVALARIA

No Manual de Campanha C2-1, Emprego da Cavalaria, encontramos nas Propriedades Gerais da Cavalaria:

A aptidão de seus quadros para as missões mais diversas e o gosto pela iniciativa. Consequência de sua formação, onde são enfatizados o planejamento centralizado e a execução des-

centralizada das ações, a liderança, a camaradagem, a capacidade de gerenciamento de um grande número de informações, a sincronização das ações no tempo, no espaço e na finalidade, a capacidade de decisão, a execução de missões dadas pela finalidade, o amplo emprego de ordens fragmentárias, a capacidade de adaptação e flexibilidade para alterar rapidamente atitudes e a organização das forças de acordo com a evolução da situação no campo de batalha e

^a Coronel de Artilharia. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



com as modificações das missões recebidas.¹

Essas propriedades, na cavalaria brasileira, confundem-se no tempo e espaço, desde as lutas da formação das nossas fronteiras platinas nos períodos colonial e imperial.

Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) onde são formados os futuros chefes militares do Exército Brasileiro, encontra-se no perfil profissiográfico comum a todas as Armas e Serviços o desenvolvimento das seguintes atitudes: abnegação; adaptabilidade; autoconfiança; camaradagem; combatividade; cooperação; decisão; dedicação; disciplina intelectual; discricção; equilíbrio emocional; honestidade; iniciativa; lealdade; organização; persistência; responsabilidade; rusticidade e sociabilidade. As capacidades: cognitivas; físicas e motoras; e morais tais como: coragem moral; disciplina consciente e julgamento moral; e os valores: amor à profissão; disciplina; entusiasmo profis-

sional; espírito de corpo; hierarquia e patriotismo.

Na formação específica dos chefes de Cavalaria, o futuro oficial estuda e prepara-se para comandar uma fração em situação de guerra, integrando as funções de combate na: marcha para o combate; reconhecimento em força; ataque; aproveitamento do êxito; operação de perseguição; movimentos retrógrados (retraimento, retirada e ação retardadora); defesa em posição; defesa com técnicas especiais; reconhecimento de eixo; reconhecimento de zona; reconhecimento de área; na vanguarda; na flanco guarda; na retaguarda; na segurança de área de retaguarda. Ainda, em operações de transposição de curso d'água; ultrapassagem; junção; substituição; combate em localidade; aeromóveis; anfíbias e ribeirinhas e contra forças irregulares.

Ao concluir a sua formação na AMAN, o Aspirante à Oficial de Cavalaria poderá servir numa tropa de cavalaria mecanizada (regimento ou esquadrão de cavalaria mecanizada), cavalaria blindada (regi-



mento de carros de combate ou regimento de cavalaria blindado), cavalaria de guarda (regimentos de cavalaria de guarda) e cavalaria paraquedista (esquadrão de cavalaria paraquedista).

BUSCANDO OS CHEFES MILITARES DO PASSADO

Em qualquer exército, um dos aspectos mais importantes da formação e aperfeiçoamento dos chefes militares é o estudo da história militar mundial e do seu país, aí incluídos os seus vultos mais destacados.

Esses estudos, aliados aos conhecimentos doutrinários, inspiram os chefes na arte de comandar e na prática da tomada das melhores decisões.

Nos anos 20 e início dos 30 do século passado, a data militar mais comemorada em todo o Exército Brasileiro era a Batalha de Tuiuti, ocorrida a 24 de maio de 1866, durante guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Naqueles anos, o desenvolvimento doutrinário e o profissionalismo no Exército Brasileiro estavam bastante comprometidos pelo pouco interesse da administração pública com assuntos de defesa, desavenças políticas e conflitos internos regionais.

A experiência da participação de alguns oficiais do Exército, como estagiários no Exército Francês durante a Primeira Guerra Mundial, inclusive em ações de combate, e a posterior vinda da Missão Militar Francesa, em 1919, contratada para auxiliar na instrução e modernização do Exército Brasileiro, estimulou a busca de nomes da nossa história, de chefes militares do passado, que pudessem servir de referência ao culto dos valores militares.

Com esse objetivo diversas iniciativas foram tomadas. Em 1930, foi colocado um busto do Brigadeiro José Joaquim Andrade Neves na Unidade Escola de Cavalaria. No livro *Organização e Administração do Ministério do Exército*, de autoria de Francisco de Paula e Azevedo Pondé consta:



Corpo de Cadetes. Esta denominação para o corpo de alunos da Escola Militar é determinada pelo Decreto nº 20.307, de 20 de agosto de 1931, "em homenagem à data de 25 de agosto, que relembra o nascimento do inolvidável Duque de Caxias" e que coincide este ano com a solenidade do compromisso à Bandeira dos novos cadetes da Escola Militar [...].²

O Decreto nº 21.196, de 23 de março de 1932, dá denominação de Regimento Mallet ao atual 5º Regimento de Artilharia Montada (hoje denominado 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado) e cria-lhe um estandarte.³

Por sua vez, o então 3º Regimento de Cavalaria Divisionário, atual 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, recebe a denominação de "Regimento Osório", por intermédio do Decreto nº 22.609, de 4 de abril de 1933"

O Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934 baixa a lei de organização geral do Exército e dá outras providências [...]. As tropas especiais são: a) as unidades-escola: Batalhão de Infantaria, Grupo de Artilharia,

Companhia de Sapadores Mineiros e Companhia de Transmissões; e servindo à instrução de Cavalaria, o antigo Corpo de Trem, sediado na Vila Militar e funcionando como Unidade de Cavalaria [...].⁴

Aqui se encontra uma das origens do atual 2º Regimento de Cavalaria de Guardas.

A 1º de agosto de 1934, com a presença do Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, na Unidade Escola de Cavalaria ocorrem diversos eventos publicados nos jornais daquela época. No *Diário da Noite*:

Regimento Andrade Neves [...] as cerimônias realizadas hoje no quartel do antigo regimento - homenagens prestadas ao barão do triunfo'; noutro jornal: 'homenageado a memória de uma grande figura do nosso exército - dada à Escola de Cavalaria a denominação de Regimento Andrade Neves - as brilhantes solenidades realizadas hoje nessa corporação militar.⁵

No *Correio da Manhã* de 2 de agosto de 1934:



[...] as solenidades de hontem na villa militar – na escola de callavaria, antes do juramento á bandeira por 270 recrutas, foi lançada a pedra fundamental do edificio para o serviço de veterinária – após uma homenagem ao Barão do Triumpho, o ministro da guerra falou pela primeira vez ao Exército, a propósito da implantação do regimen constitucional.⁶

Pelas reportagens verifica-se que a Escola de Cavalaria era comandada pelo coronel Valentim Benício da Silva (posteriormente, como oficial general, fundou a Biblioteca do Exército e foi o primeiro Secretário-Geral do Ministério da Guerra, entre outras importantes funções exercidas) e naquela Escola, havia um Regimento Escola, organizado pelo Decreto nº 24.287, de 24 de maio de 1934 e comandado interinamente pelo capitão Mário Bina Machado, por coincidência, ambos oficiais estudiosos e interessados em nossa história militar.

O PORQUÊ DA ATUALIDADE DE ANDRADE NEVES

Passados 89 anos daquela importante cerimônia, em que pesem as diversas mudanças havidas na organização do Exército, nas estruturas das unidades de tropa, a evolução doutrinária, a motorização e mecanização, a adoção de material de emprego militar com elevada e complexa tecnologia, o estudo da vida militar do Brigadeiro José Joaquim Andrade Neves, que em 2019 foram lembrados os 150 anos de seu falecimento em decorrência de ferimento recebido em combate, permite identificar diversos atributos e valores necessários aos atuais chefes que conduzem as tropas de cavalaria em unidades mecanizadas, blindadas e de guardas.

Vejamos um pouco da vida de Andrade Neves, do *Guia Militar*, de José Feliciano Lobo Vianna:

De sua fé de offícios, que gentilmente nos foi confiada pelo general Andrade Neves, seu filho, extraio os dados necessá-



rios ao perfeito conhecimento de sua vida militar até 1858.

Eil-a: "nascido em 24 de janeiro de 1807, filho do major José Joaquim de Figueiredo do Neves, natural do Rio Pardo, casado, fazendeiro e proprietário. Guarda Nacional em 1835. Alferes em 20 de setembro de 1836. Major em 4 de outubro de 1836. Major Honorário em 7 de setembro de 1841. Coronel Honorário em 2 de junho de 1847. Comandante Superior em 21 de janeiro de 1850. Brigadeiro Honorário em 12 de abril de 1858. Sendo praça de cadete no extinto 5º regimento de Cavalaria Ligeira em 22 de novembro de 1826, teve baixa do serviço, dando um homem por si, em 10 de dezembro de 1827. Serviu em toda a revolução porque passou a província, até sua completa pacificação (como legalista). Assistiu nos ataques contra os rebeldes de 12 de fevereiro de 1836 em Capané, de 17 de março no passo do Rosário, de 17 de maio no arroio dos Cachorros, de 29 de setembro na Capela Grande, de 4 de outubro na ilha do Fanfa, tudo de 1836. Os de 10 de janeiro em Rio Pardo, de 17 de abril em Porto Alegre, de 25 de junho, 19 de julho e 12 de agosto na Azenha, em Porto Alegre, de 29 de setembro na Aldeia dos An-

jos, tudo de 1837. Os 18 de maio no passo do Bernabé, de 30 de abril em Rio Pardo, de 6 de outubro no passo da Areia, tudo de 1838. Os de 29 de janeiro nas imediações de Porto Alegre, de 3 de maio em Taquari, tudo de 1840, recebendo neste último graves ferimentos de balas; de 26 de maio em Ponche Verde, de 28 de abril no passo do Rosário, de 7 de dezembro em D. Marcos, tudo de 1844. Marchou para as campanhas com o 9º corpo de seu comando em 20 de fevereiro de 1843, recolhendo-se para Rio Pardo em 4 de junho de 1844, onde fez guarnição até ser o referido corpo reduzido a esquadra. Marchou para a campanha oriental e argentina, comandando o exército corpo de voluntários e engajados, em 20 de junho de 1851; sendo dissolvido o dito corpo assumiu o comando de uma Brigada do Exército, recolhendo-se em agosto do ano seguinte.

Sendo nomeado pelo Governo Central para comandar a 5ª Brigada de Observação, marchou para a fronteira a 18 de dezembro de 1857, onde assumiu o comando interino de uma Divisão, em cujo exercício se conservou até 14 de março de 1858, época em que veio em comissão do presidente da pro-



víncia, por ordem do comando dos corpos do exército. Assumiu o Comando Superior da Guarda Nacional em 6 de maio do mesmo ano.

Eis a sua vida militar, no simples e modesto arrazoado da linguagem oficial, desde que assentou praça até o ano de 1858, em que assumiu o comando superior da guarda nacional.⁷

Novos tempos de glória haveriam de chegar.

As lutas internas, entre brancos e colorados no Uruguai, as dificuldades encontradas pelo Brasil em mediar uma solução e a instabilidade na fronteira sul, levaram o Império do Brasil a invadir aquele país em apoio aos colorados de Venâncio Flôres.

Com efeito, em 1864 novos reclamos da Pátria o chamaram às armas. Organiza os 5º e 6º Corpos Provisórios de Cavalaria, onde assentam praça todos os seus amigos, antigos camaradas e os seus dois filhos varões. Em sua casa só ficaram sua esposa e filhos menores e um neto de 5 anos de idade.

Na concentração da tropa em Pirai Grande, 1ª Brigada sob seu comando, integra a 2ª Divisão comandada pelo general Manoel Luiz Osorio. A partir de 1º de dezembro o exército adentra pelo território uruguaio.

Em 5 de janeiro de 1865, Andrade Neves seguiu para o sítio de Montevidéu. Ali chegando assumiu o comando das forças brasileiras e orientais que tiveram por missão sitiar a fortaleza do cerro. Esse cerro, o Cerro de Montevidéu onde está localizada a atual Fortaleza General Artigas, é sede um Museu militar, uma visita indispensável para aqueles que se interessam pela história da região platina.

A 20 de janeiro de 1865 era colocado no poder o general Venâncio Flores. Vários oficiais retornaram para o Rio Grande do Sul, mas Andrade Neves permaneceu com sua tropa em território uruguaio, na região de Santa Luzia e a 18 de março escreveu a Osorio.

Estamos mal; estão adoecendo muitos soldados e tem morrido já alguns, e os médicos sempre



gritando que não há remédios. O médico que veio por último mostra ser muito bom e cuidadoso, o que tenho estimado. Estimarei que V.Exa. esteja restabelecido de seus incômodos. Nossas cavalcadas estão morrendo aos montes. Tem havido deserções; não na minha brigada, mas gente de Passo Fundo. Os soldados estão muitos nus e sem soldos. V. Exa. nos dê remédio para estes males.⁸

Essa missiva demonstra a preocupação do chefe com estado moral e sanitário da tropa, bem como, da situação da cavalcada, fundamental para os deslocamentos e combates.

As ações brasileiras no Uruguai levaram o governo paraguaio a iniciar uma série de atos armados contra o Brasil, formalizando em 13 de dezembro de 1864

a declaração de guerra e iniciada a invasão de Mato Grosso.

Em 1865, no Uruguai, o nosso Exército sob o comando de Osório reequipa-se e prepara-se para deslocar-se na direção da nova frente de operações. A 8 de maio as forças de cavalaria iniciam a marcha em direção ao Rio Paraná. Seriam longos e penosos deslocamentos

por campos e caminhos precários em território argentino, em pleno rigor do inverno sulino.

A 28 de dezembro de 1865, Andrade Neves recebe o comando da 5ª Divisão de Cavalaria. Por estar com a sua saúde debilitada,

em 16 de abril de 1865, a sua divisão não participa dos combates do Passo da Pátria, e, a 9 de maio de 1866, deixa o comando da divisão e encaminha-se para o Rio

Fig. 1 – General Andrade Neves.



Fonte: Wikimedia



Grande do Sul para recuperar a sua saúde.

Restabelecido, retorna ao exército em Tuiuti, onde recebe o comando da 1ª Brigada de Cavalaria, em 18 de outubro de 1866. Uma estranha designação para quem havia comandado uma divisão, mas não reclama. Caxias ao receber o comando do exército em operações, repara o erro. Foi-lhe dado o comando da 2ª Divisão de Cavalaria, à frente da qual deixará os mais belos exemplos de atitudes e valores, de um chefe de cavalaria, dentre eles, a abnegação, sentimento do dever e o patriotismo.

Com o retorno do general Osorio aos campos do Paraguai, a 2ª Divisão de Cavalaria passa a integrar o 3º Corpo de Exército, basicamente constituído pelos Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional, originários do Rio Grande do Sul. Com a chegada dos reforços e o controle do surto de cólera, a situação estática após os insucessos de Curupaiti, começa a ser mudada, os aliados reajustam o dispositivo das forças e iniciam a

guerra de movimento para o cerco de Humaitá.

No final de julho de 1867, o exército deixa Tuiuti e marcha para Tuiú-Cué, que é ocupada, após combate e perseguição do inimigo pela cavalaria. Para Andrade Neves é o início da fase de ataques e combates que o farão ser reconhecido como o “Vanguardeiro” do Exército Brasileiro.

Do período de julho de 1867 a janeiro de 1869 identificamos várias passagens e ações de Andrade Neves, as quais caracterizam um chefe militar de cavalaria atuando em tropa mecanizada, blindada ou hipomóvel.

O primeiro feito expressivo de Andrade Neves, no Paraguai, ocorreu em 3 de agosto de 1867, após marchar para fazer contato com o inimigo, em um reconhecimento sobre São Solano, carrega sobre o adversário causando inúmeras baixas entre mortos, feridos e prisioneiros; capturam cerca de 600 reses e 260 cavalos; além da destruição de parte da linha telegráfica que ligava Humaitá e Assunção.



Outro destacado feito de Andrade Neves foi a tomada da Vila do Pilar, quando, conduzindo cerca de 1500 homens, após ter passado a nado um arroio, tomou a artilharia inimiga e fez prisioneira quase toda guarnição, tudo isso com poucas baixas para as nossas forças.

O Governo Imperial como reconhecimento pelos serviços prestados concedeu ao brigadeiro Andrade Neves o título nobiliárquico de Barão do Triunfo, em 11 de abril de 1868 e a 24 de outubro do mesmo ano concede-lhe um brasão, o mesmo que orna o estandarte do atual Regimento Andrade Neves.

Durante o período em que a praça de Humaitá foi submetida ao assédio, progressivamente, procurava-se apertar o cerco e cortar as comunicações, bem como, negar o uso dos campos pela cavalaria paraguaia de modo a forçar a rendição de seus defensores.

No ataque para conquistar o Forte do Estabelecimento, importante posição por onde passavam suprimentos para Humaitá, Andrade Neves, em 19 de fevereiro de

1868, comandando a sua 2ª Divisão de Cavalaria, mais a 5ª Brigada de Infantaria e uma bateria de artilharia, vivência uma situação comparável à atuação de um Regimento de Cavalaria Blindado.

Ao ser transposta pela infantaria a primeira linha de trincheira é identificada uma segunda linha. Os reforços de infantaria chegam, mas as baixas elevadas comprometem o assalto, quando Andrade Neves então determina, ao 6º Corpo Provisório de Cavalaria de Guarda Nacional, que apeassem, e após breves palavras incita-os a avançar sobre o forte. O entrincheiramento foi transposto por meio de escadas e uns apoiando-se nos outros, a arma branca levaram o inimigo de roldão e tempos depois o Pavilhão Nacional tremulava naquela posição. Voltando aos atuais Regimentos de Cavalaria Blindado, o momento em que Andrade Neves manda os integrantes do 6º apear para prosseguir o ataque, lembra a situação em que, nos esquadrões de fuzileiros blindados, a tropa desembarca das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (M-113)



para a finalização do ataque e ocupação do terreno.

Também nesse combate, Andrade Neves perde pelo fogo inimigo o seu cavalo de batalha, e assim escreve ao seu amigo Barão Homem de Melo, sobre o ocorrido: "Foi uma perda sensível. É custoso achar outro igual. Tinha todos os combates desta guerra, e nele eu havia saído de minha casa."⁹ Estas poucas linhas representam o valor do cavalo para o combatente hipomóvel e está bem lembrado na Canção da Arma de Cavalaria: "[...] montado sobre o dorso desse amigo, o cavalo, que altivo nos conduz, levamo-lo também para o perigo[...]"¹⁰. Aqui permitimo-nos a destacar na formação do chefe militar de qualquer Arma ou Serviço a importância da prática da equitação, ainda mais nos dias de hoje, onde a maioria dos jovens Cadetes são originários de áreas urbanas. A prática da equitação desperta os sentimentos de coragem, decisão, domínio próprio dentre varias outras. Andrade Neves fez todas suas campanhas a cavalo, desde os combates da

Guerra dos Farrapos as batalhas da Guerra do Paraguai.

Na Ordem do dia de 16 de agosto de 1868, Caxias em Paracuê determina a marcha do Exército com o propósito de entrar e ocupar a capital paraguaia, Assunção. O 3º Corpo de Exército de Osorio fazia a vanguarda e a 2ª Divisão de Cavalaria desloca-se sempre na frente.

Começa a marcha em direção a Assunção, a 26 de agosto de 1868. Andrade Neves comandando a vanguarda transpõe o Rio Jacaré, após breve combate, o inimigo retrai para o Rio Tebiquari; a 28 do mesmo mês ataca o reduto na margem esquerda do Tebiquari, a 1º de setembro transpõe a margem direita, tendo na madrugada mandado fazer a travessia a nado de cerca de 50 homens como exploradores que encontraram a posição do inimigo abandonada. Cumprindo as ordens, segue em frente, abrindo o caminho para o grosso do exército. A 12 de setembro de 1868 comunica a Osorio as dificuldades logísticas, mas não desiste da missão. Continua avançando, a 14 de setembro



atinge Pindó; a 16 de setembro recebe ordens de marchar para Currelani, a 18, segue para Porta-Paré; a 21 de setembro está em Campo do Lobato; a 23 ocorre o combate do Rio Surubi onde a posse da ponte foi disputada pelos

normalizou-se com a presença de Andrade Neves.

A marcha em busca de Assunção tem continuidade. Em 1º de outubro, pelo rio Paraguai a esquadra forçava a passagem de Angostura e a 2ª Divisão de Andrade

Fig. 2 – Cavalaria brasileira atacando posições paraguaias



Fonte: FGV/CPDOC

brasileiros e paraguaios. Durante esse combate ocorreu confusão e desordem, além de uma emboscada bem preparada pelo adversário, parte da nossa tropa que transpusera a ponte foi batida por fogo de tropa aquém do rio. A situação

Neves, por terra, na vanguarda do 3º Corpo realiza um reconhecimento em força. Em decorrência do obstáculo oferecido pelo Arroio Piquissiri, batido por fogos de Angostura, e os flancos da posição defensiva apoiados no rio Paraguai e em lagoas, bem como um terreno



de difícil progressão levaram Caxias a planejar e realizar a manobra de Piquissiri.

Em síntese, iria transpor o rio Paraguai, deslocar-se para o norte por uma estrada a ser construída no Chaco, novamente transpor o rio e atacar as posições do norte para o sul, batendo as forças paraguaias até Angostura e posteriormente, dirigir-se à Assunção. O terreno e o itinerário a serem percorridos no Chaco foram reconhecidos por Osorio na companhia de Andrade Neves.

Esse período de quase três meses de marcha rumo a Assunção, as tropas comandadas por Andrade Neves executaram as missões típicas dos atuais regimentos e esquadrões de cavalaria mecanizado, reconhecendo o terreno, mantendo o contato com o inimigo, e realizando transposições de oportunidades, entre outras.

Com o seu estado de saúde precário, Andrade Neves, aos 62 anos de idade, envia uma carta ao general Osorio, em 10 de outubro de 1868, pedindo autorização para dar baixa do serviço ativo e retor-

nar ao seu lar para recuperar-se. Mais numa vez, Osorio apela para o patriotismo de seu amigo e compadre, que anuiu em continuar em campanha.

A 5 de dezembro de 1968, as tropas brasileiras que haviam realizado a marcha pelo Chaco foram transportadas e desembarcadas em Santo Antônio. No dia seguinte ocorreu a Batalha do Itororó, onde as forças paraguaias comandadas pelo general Bernardino Caballero, ofereceram grande resistência e impõe expressivas baixas aos brasileiros. Após mais de cinco horas de luta, ao pressentirem a possibilidade de serem cercados, os paraguaios fazem a retirada, sendo fustigados numa frouxa perseguição.

Em 11 de dezembro de 1868, o Exército Brasileiro em deslocamento para Vileta, sob forte chuva ao chegar no corte do Arroio Avaí, encontra nas linhas de alturas dominantes da margem oposta, cerca de 5.000 paraguaios distendidos em linha de batalha, sob o comando do general Bernardino Caballero.



O plano de batalha é traçado por Caxias, o centro está com Osorio, no flanco direito a 1ª Divisão de Cavalaria de Menna Barreto e no flanco esquerdo, sob o comando de Andrade Neves, as 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria, um verdadeiro Corpo de Exército, somente de Cavalaria, com aproximadamente 2.500 cavalarianos.

Iniciado o ataque ainda sob forte chuva, nossa infantaria diminui o ímpeto do avanço frente aos destemidos paraguaio; ao avançar para motivar

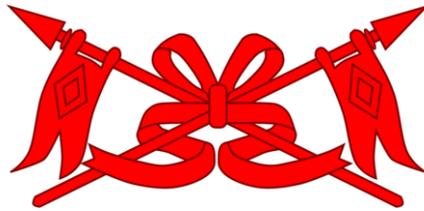
seus comandados, o general Osorio é ferido e após algum tempo retira-se do combate; Caxias assume as tropas de Osorio e mantém a impulsão do ataque lançando a reserva sobre o centro adversário. Os defensores tiram-se para outra linha de alturas onde bravamente combatem de um para cinco atacantes. As cavalarias, de Menna Barreto atacando o flanco esquer-

do, e Andrade Neves, pela direita paraguaia, carregando com as suas duas divisões sobre a retaguarda, envolvem os paraguaios. A defesa fora quebrada, só um Corpo paraguaio ainda resiste, formado em quadrado, o 40º de Linha da Guarda de Lopes, em cujo centro estava o general Caballero. Andrade Neves ordena que a Brigada de Niede-

rauer carregue sobre o 40º, que resiste, quando então Andrade Neves escolhe três esquadrões de confiança e aos gritos de “Carga! Car-

ga!” rompe o quadrado do 40º que debanda, poucos são os sobreviventes, entre eles o general Caballero¹¹, que sobrevive ao combate e galhardamente oferecerá outros combates aos brasileiros.¹²

Esta batalha está representada no quadro "A Batalha do Avaí", pintado por Pedro Américo, e em exposição no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Na





Batalha do Avaí, a carga de Andrade Neves projeta a surpresa, mobilidade e a ação de choque, características do emprego dos regimentos de carros de combate ao desbordarem ou envolverem a retaguarda das forças inimigas. Finda a batalha, Caxias reúne o exército na região de Vileta com o objetivo de dar um pequeno descanso, suprir com víveres e munições e evacuar os feridos.

Em 21 de dezembro de 1868 reiniciam as operações com o objetivo de conquistar as posições de Lomas Valentinas. Andrade Neves, na vanguarda vai explorar o potreiro Mamoré, onde ao bater pequena força inimiga, arrebanha três mil cabeças de gado, que manda Vasco Alves conduzir o para Vileta. Após, Andrade Neves faz junção do restante de suas cavalarias.

Às 3 horas da tarde inicia o avanço. No flanco esquerdo do dispositivo brasileiro, segue Andrade Neves. Ao penetrar num reduto, o invicto Andrade Neves é ferido no pé, por uma bala inimiga, que lhe fratura a parte inferior deste. Esse ferimento produziu uma

forte reação em seu organismo debilitado pela moléstia, que o acometia desde Palmas. Andrade Neves deixa o comando de sua 2ª Divisão. Apresenta febre e, com o agravamento, surge a gangrena na parte fraturada.

Após seis dias de combates a posição de Lomas Valentinas ficava em poder dos brasileiros, e em 30 de dezembro de 1868 a posição de Angostura se rende.

Andrade Neves, conduzido em uma ambulância, segue na longa fila que acompanhava o Exército. A 5 de janeiro de 1869 entra em Assunção, tendo sido levado a uma das alas ao Palácio de Lopez, onde lhe é designada uma dependência. No dia seguinte entra em agonia, delira, acompanhado por seu filho e amigos, num último esforço desprende a última ordem, a ordem derradeira:

- “Mais uma carga, camaradas!”¹³

Às 11 horas da noite, do dia 6 de janeiro de 1869, em Assunção, o “Vanguardeiro” expira. Hoje seus restos mortais repousam na Igreja



Matriz de Rio Pardo, cidade onde nasceu.

O antigo Regimento da Escola de Cavalaria, atualmente, é o 2º Regimento de Cavalaria de Guardas – "Regimento Andrade Neves", sediado na Vila Militar, no Rio de Janeiro, onde ocupa as mesmas instalações, porém modernizadas, daquela tradicional unidade. Além das missões normais de uma unidade de cavalaria de guarda, dentro das mais nobres tradições da Arma e honrando o nome histórico que a identifica, neste século XXI, tem participado com acerto e excelente desempenho das Operações de Garantia da Ordem, tais como: Complexos do Alemão, da Maré; Copa do Mundo 2014; Olimpíadas 2016; e Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2018.

Ao lembrarmos a vida militar de José Joaquim de Andrade Neves, passados 150 anos das operações de combate de 1868, nas quais o Barão do Triunfo comandou a sua tropa com o magnífico golpe de vista; resoluções firmes, prontas, rápidas e enérgicas; pru-

dência admirável; coragem; valor e perícia a toda prova e em alta escala o grande dom de conhecer, precisar o momento oportuno e aproveitá-lo com vantagem, podemos afirmar da sua atualidade e de seu brilho como uma estrela guia para o estudo, desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências, atitudes, capacidades e valores militares dos atuais chefes de cavalaria, seja em unidades da cavalaria mecanizadas, blindadas, de guardas ou paraquedista.

Sempre haverá uma Cavalaria.

Salve o General Andrade Neves, o
Vanguardeiro!

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves, o Vanguardeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

BRASIL. *C2-1 Emprego da Cavalaria*. 2. ed. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército, 1999.



BRASIL. *Decreto nº 20.307, de 20 de agosto de 1931*. Denomina - Corpo de Cadetes - o Corpo de Alunos da Escola Militar e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº 21.196, de 21 de março de 1932*. Dá a denominação de "Regimento Mallet" ao atual 5º Regimento de Artilharia Montada.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FERREIRA, Airton Franco. *Batalha do Avaí (11 de dezembro de 1869)*. Revista Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959. v. XIX.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. V. 4. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

OSÓRIO FILHO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Porto Alegre: FPHMLO. Colégio Integrado Objetivo, 1979. v.2.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

SCHIRMER, Pedro. *Das Virtudes Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

VIANNA, José Feliciano Lobo. *Guia Militar para o Ano de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

VITTONI, Luís. *Trajectoria Militar y Política dele General de Divisional Bernardino Caballero*. s/l: Ind. Graf. Comunheiros S/A, 1988.

¹ BRASIL. *C2-1 Emprego da Cavalaria*. 2. ed. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército, 1999.

² PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e administração do Ministério do Exército*. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994, p. 243.

³ Ibid.

⁴ Ibid., p. 249-250.

⁵ *Diário da Noite*, edição de 1 ago. 1934.

⁶ *Correio da Manhã*, edição de 2 ago. 1934.

⁷ VIANNA, José Feliciano Lobo. *Guia Militar para o Ano de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 17-18.



⁸ ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves, o Vanguardeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008, p. 56.

⁹ *Ibid.*, p. 88.

¹⁰ Canção da Cavalaria. Letra de Teófilo da Fonseca.

¹¹ De acordo com VITONNE, 1998, Bernadino Caballero começou a guerra como recruta e por suas qualidades e ações em combate foi promovido a general em 1868. Em abril de 1870 enquanto realizava um reconhecimento em atual território brasileiro foi informado da morte de Lopes em Cerro Corá. Em 1874, após passar algum tempo no Rio de Janeiro, retorna ao Paraguai, onde assume o governo com dedicação cívica e histórica para a reconstrução de sua pátria.

¹² VITTONNE, Luís. *Trayectoria Militar y Política del General de División Bernardino Caballero*. s/l: Ind.Graf. Comuneros S/A, 1988 e ANTUNES, op.cit.

¹³ ANTUNES, op.cit.

Guerra, gênero e trabalho: As mulheres belgas na Primeira Guerra Mundial¹

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) inaugurou o século XX sob os reflexos da Segunda Revolução Industrial, e configurou-se como o conflito mais mortífero da história até então. A guerra resultou no fim de quatro impérios e provocou profundas transformações geopolíticas, econômicas e sociais, inclusive, (re)definindo o papel da mulher na sociedade. A Bélgica vivenciou a guerra em uma posição excepcional: nunca emitiu uma declaração de guerra, mas foi arrasada para ela pela invasão brutal de seu território. Tanto os homens como as mulheres estiveram sujeitos a um regime de ocupação árduo, no qual o foco de sua mobilização para a guerra era sobreviver. As mulheres belgas atuaram junto à frente de combate, no exílio, nas ações de resistência, e, sobretudo, no cotidiano do país sob ocupação. Este artigo explora como as mulheres belgas responderam à eclosão da guerra e como as relações de gênero foram afetadas, durante e depois do conflito.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, estudos de gênero, resistência belga, trabalho.

INTRODUÇÃO

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, no princípio de agosto de 1914, a maioria das mulheres era proibida de votar, ocupar determinados postos no mercado

de trabalho, ou servir em funções militares. Com a escalada do conflito, no entanto, muitos tiveram na guerra uma oportunidade não apenas para servir a seus países, mas também para obter mais direitos e autonomia. Com milhões de ho-

^a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mens mobilizados para o combate, as mulheres ocuparam postos de trabalho industriais e agrícolas na frente doméstica. Outras forneceram apoio logístico na linha de frente, como enfermeiras, médicas, motoristas de ambulância, tradutoras e, em casos muitíssimo raros, como combatentes no campo de batalha.

Para muitos, a ideia de mulheres em combate era abominável, muito distante da imagem da “mulher ideal”, gentil, carinhosa e pacífica. Essa interdição do campo de batalha para a mulher, bem como o papel que delas esperava a sociedade, pode ser sintetizado no panfleto popular *A mother's answer to "a common soldier"*, escrito por alguém sob o pseudônimo de “a Little Mother” (uma pequena mãe), que vendeu 75 mil cópias na Inglaterra em menos de uma semana e foi publicado no *The Morning Post* de Londres, em 14 de agosto de 1916. Entre outras argumentações, o texto afirmava que “as mulheres são criadas com o propósito de dar a vida, e os homens para tirá-la”².

Sendo o primeiro país europeu atingido diretamente pela guerra, a Bélgica logo viu sua sociedade envolvida na contingência de resistir a um invasor com poderio militar esmagadoramente superior e, em seguida, sofrer uma dura e prolongada ocupação militar. Naturalmente, as mulheres belgas foram impactadas pelo conflito e precisaram tomar posições individuais ou coletivas, que, por vezes, representaram a diferença entre a vida e a morte, e culminaram com seu reposicionamento no contexto social do país.

Inserido nesse contexto, o presente artigo analisa a mobilização das mulheres belgas durante a Grande Guerra³, enfatizando sua contribuição para o esforço de guerra, a atuação no exílio, a resistência à ocupação inimiga, as questões de gênero fomentadas, além de outros aspectos sociais relevantes.

A GUERRA MUNDIAL COMEÇA PELA BÉLGICA

Mesmo com a escalada das tensões e mobilizações militares



ocorridas após o assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro e de sua esposa durante uma visita oficial a Sarajevo, na Bélgica a deflagração da guerra surpreendeu, pois, até o final de julho de 1914, sua população pouco se preocupava com um possível conflito. O Tratado de Londres, assinado em 19 de abril de 1839 pelas principais potências da Europa estabeleceu o compromisso do Reino Unido em proteger a neutralidade da Bélgica em caso de invasão.

Os signatários do tratado – Reino Unido, Áustria, França, Prússia, Rússia e Países Baixos – reconheciam oficialmente a independência da Bélgica, e atribuíam ao Reino Unido o papel especial de protetor⁴. Por esta razão, havia uma crença generalizada na neutralidade do país, o que fez com que a mobilização do exército, ordenada pelo governo no dia 31 de julho de 1914, às vésperas da invasão alemã, fosse feita com calma e sem grandes preocupações, e encarada como uma medida puramente preventiva.

A invasão do país em 4 de agosto de 1914 representou um grande choque, e incitou o fervor patriótico e a adesão coletiva a uma guerra defensiva. O sentimento de unidade nacional foi intensificado pelos massacres, estupros, pilhagens e destruição perpetrados pelas tropas alemãs⁵. Em algumas semanas, o país experimentou um êxodo maciço de 1,5 milhão de refugiados, e quando as frentes se estabilizaram, a Bélgica foi dividida em três: um pequeno pedaço de território livre atrás do rio Yser; a zona sob ocupação alemã; e a população belga exilada na Grã-Bretanha, Países Baixos, França e, em pequeno número, na Suíça. O governo foi estabelecido perto da cidade francesa de Le Havre.

Foi nessa atmosfera que as mulheres foram envolvidas no cenário da guerra. Entre elas havia medo e tristeza, mas também orgulho em resistir a uma força invasora, sentimento que foi alimentado ainda mais pelos discursos de autoridades públicas e religiosas. Muitas mulheres viam essa resistência



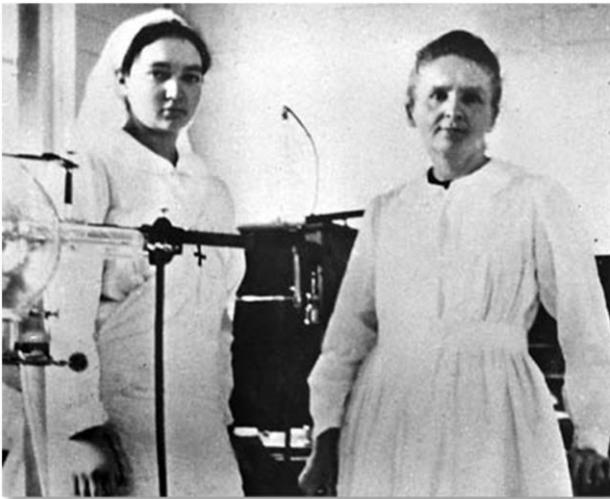
como um dever nacional do qual não podiam se furtar.

CONTRIBUINDO COM O ESFORÇO DE GUERRA

Como resultado das novas armas e dos enormes exércitos mobilizados, as primeiras semanas de guerra foram extremamente difíceis e provocaram uma quantidade de mortos e feridos sem preceden-

tes na história. Os serviços de saúde militares ficaram rapidamente sobrecarregados e em todos os lugares da frente a resposta foi a mesma: o chamamento das mulheres. Nos hospitais de campanha e de retaguarda, instalados apressadamente em escolas, museus, mosteiros e castelos, a enfermagem surgiu como a via preferencial para as mulheres se envolverem no conflito.

Fig. 1 – Marie Curie, à direita, e sua filha adolescente, Irène, operavam as “Petite Curies” e estabeleceram um programa para treinar outras mulheres para usar o equipamento de raios-X na Bélgica.



Fonte: IEEE Spectrum

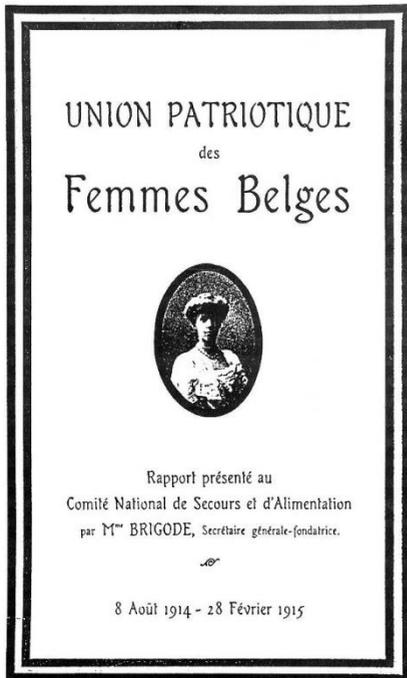
Na condição de mães em potencial, eram consideradas possuidoras de qualidades “naturais” úteis para essa tarefa, uma das tantas associadas ao cuidado.

Na frente belga, cedo se destacou uma figura feminina, a renomada cientista francesa Marie Curie⁶, vence-



dora de dois prêmios Nobel, que, junto com sua filha Irène Joliot-Curie, rapidamente estabeleceu um serviço móvel de radiografia para auxiliar no tratamento dos feridos em combate (Fig. 1).

Fig. 2 – Relatório da *Union Patriotique des Femmes Belges* produzido por Jane Brigode (1914-1915).



Fonte: Liberas.eu.

A partir da deflagração da guerra, as principais associações

feministas da Bélgica cessaram suas disputas e se alinharam em nome do patriotismo. Já em 8 de agosto de 1914, elas criaram a União Patriótica das Mulheres Belgas (*Union patriotique des femmes belges*), com o propósito de centralizar todos os recursos femininos⁷. Em todos os lugares surgiram grupos de apoio compostos por mulheres, cuja principal tarefa era cuidar dos refugiados e feridos (Fig. 2).

Nesse contexto, dificilmente se encontrava uma voz a favor da paz. A defesa da Pátria invadida era legítima, mesmo para aquelas que se consideravam pacifistas antes de 1914. Muitos grupos de mulheres haviam defendido a resolução de disputas por meio de arbitragem, mas sem defender o desarmamento total. A violação da neutralidade do país, bem como a agressão aos direitos humanos, com os massacres e estupros por parte do invasor, levaram-nas a apoiar uma guerra defensiva.

Com o fracasso do Plano Schlieffen⁸, as frentes se estabilizaram em novembro de 1914 e a



guerra tornou-se uma questão de longo prazo. A experiência de guerra das mulheres na Bélgica foi muito diferente da das mulheres em outros países, pois a proporção entre os gêneros era muito menos acentuada na sociedade belga do que em países com elevadas taxas de mobilização. A Bélgica neutra possuía um exército muito pequeno quando o conflito começou, e a mobilização não foi possível devido ao fato de o país haver sido rapidamente ocupado.

Mesmo quando os alemães iniciaram as deportações forçadas de trabalhadores masculinos, a partir de 1916, as mulheres nunca substituíram sistematicamente os homens em seus postos de trabalho, prejudicando os objetivos econômicos dos invasores⁹. Muitas mulheres belgas se alistaram em instituições de caridade, outras se engajaram na resistência civil. Diversamente, as mulheres nas zonas não sujeitas à ocupação e as exiladas foram solicitadas para atender às necessidades do exército, cuidar dos feridos e ajudar os refugiados.

NA FRENTE DO YSER

Na região do Rio Yser, no Noroeste da Bélgica, a única do país que não foi ocupada pelos alemães em 1914, a vida seguia o ritmo do Exército Belga, que continuava atuando junto aos britânicos e franceses, o qual era a única fonte de renda da população. O ímpeto inicial do voluntariado havia passado, com a reorganização dos serviços de saúde e a chegada de enfermeiras profissionais de diferentes nacionalidades. Elas foram enviadas pela Cruz Vermelha ou por organizações privadas, como o *Women's Emergency Corps*¹⁰, e trabalharam ao lado das enfermeiras belgas, que eram muito poucas. Longe da imagem romântica do anjo vestido de branco, modelado a partir da figura materna consoladora, as enfermeiras atuavam em hospitais e centros de convalescença, executando trabalho físico e psicologicamente exaustivo, mal remunerado e moralmente exigente, sob a autoridade dos médicos e em contato permanente com o sofrimento e com a morte¹¹.



O Exército Belga também recrutou um grande número de mulheres para atuarem em serviços

máscaras de gás e redes de camuflagem¹².

Em outra vertente de apoio,

Fig. 3 – Diversas mulheres belgas foram mobilizadas para tomarem conta de crianças na região do Yser, muitas delas órfãs de guerra, um trabalho associado ao cuidado e ao feminino.



Fonte: RTBF 14-18

auxiliares de apoio logístico, como lavanderia, limpeza, desinfecção e cozinha. Oficinas de costura foram instaladas na cidade de De Panne, para produzir e consertar uniformes militares, pequenas fábricas empregavam mulheres para fazer

diversas belgas foram mobilizadas para cuidar de crianças na região não ocupada do Yser, muitas vezes deixadas sozinhas em uma região devastada pelos combates, e a evacuá-las para a França ou Suíça (Fig. 3).



Embora grande esforço fosse feito para proporcionar trabalho para as mulheres, a insegurança de renda crescia e, com ela, a prostituição clandestina se desenvolveu perto das trincheiras.

AS EXILADAS

Mais de 600 mil mulheres belgas permaneceram durante a guerra no exílio, vivendo em condições difíceis, embora o governo empreendesse grandes esforços para empregá-las em suas oficinas de vestuário ou fábricas de armas. O exército precisava muito desse trabalho e as mulheres necessitadas recebiam um bom salário em troca. No entanto, sua mobilização permaneceu baixa em comparação com as 450 mil *munitionnettes*¹³ francesas e as operárias britânicas, totalizando quase 1 milhão. Em 1917, havia pouco mais de 1.300 mulheres refugiadas envolvidas na fabricação de munições para o Exército Belga, em fábricas que foram instaladas na França pelo

governo belga, e na Inglaterra, por engenheiros e empresários¹⁴.

Fora das fronteiras da Bélgica, a mobilização feminina concentrou-se em grande parte no cuidado, na proteção dos filhos e na caridade, segundo a divisão do trabalho da época que refletia as classes sociais. Mas as mulheres também se inscrevem no trabalho de escritório ou nos serviços de entrega de cartas e encomendas a soldados e prisioneiros. Finalmente, algumas mulheres, muitas esposas de políticos, como Lalla Vandervelde, ou de personalidades importantes, como Julie Horta e Marie Depage, engajaram-se em serviços de propaganda patriótica e realizaram extensas viagens ao exterior, seja para arrecadar fundos para “a pobre pequena Bélgica”¹⁵ bem como para neutralizar a propaganda espalhada pela Alemanha junto aos países neutros.

VIVENDO SOB OCUPAÇÃO

Na Bélgica ocupada, as mulheres estavam sujeitas a dificuldades de toda ordem e tinham que



garantir, em primeira instância, a subsistência de suas famílias, já que os homens haviam sido enviados para a guerra.

O país, uma frente doméstica atípica por estar localizado atrás das linhas inimigas desde o início do conflito, rapidamente mergulhou na miséria. Ao contrário de outros países beligerantes, cujas economias foram sustentadas pela guerra, a indústria belga entrou em colapso sob o peso da destruição, das requisições e do bloqueio continental promovido tanto pelos Aliados quanto pelos alemães. O desemprego explodiu e afetou as mulheres, que representavam 30% da força de trabalho em 1914¹⁶. A escassez de alimentos instalou-se rapidamente, apesar da organização do Comitê Nacional de Assistência e Alimentação (*Comité National de Secours et d'Alimentation*, CNSA), responsável pela distribuição de alimentos com a ajuda de países neutros¹⁷.

Em vez de serem convocadas como trabalhadoras substitutas e ganharem alguma independência, as mulheres foram empurradas para

os ofícios mais tradicionais associados ao feminino e ao cuidado, como confeccionar rendas, costurar e cozinhar.

Os postos de trabalho que exigiam formação profissional mais qualificada eram reservados, sobretudo, aos homens. A divisão do trabalho seguia uma estrita segregação de gênero. A União Patriótica das Mulheres Belgas, integrada ao CNSA, coordenava o trabalho das mulheres em três áreas: serviços domésticos, produção de vestuário e confecção de rendas. Muitas oficinas foram abertas em prédios públicos e um serviço especial tratava das rendeiras, que constituíam um grupo particularmente numeroso e miserável.

Surgiram cantinas, refeitórios populares e restaurantes econômicos, proporcionando emprego em tempo integral para milhares de mulheres. A fundação de uma instituição de caridade para a fabricação de brinquedos em 1915, a *l'Œuvre du jouet*, criou novas oportunidades de trabalho para as mulheres. As mulheres também investiram na proteção de crianças e



gestantes, em escolas e consultórios infantis¹⁸. Durante a guerra, a sociedade belga só conseguiu sobreviver por causa das organizações de ajuda mútua e da integração massiva de mulheres em uma ampla rede filantrópica, todas baseadas no patriotismo. Mulheres de conduta considerada fora dos padrões sociais vigentes, inclusive as prostitutas, eram sistematicamente excluídas de qualquer tipo de assis-

tência.

As mulheres precisaram administrar a vida em condições precárias e assegurar a sobrevivência de suas famílias. Isso se tornou uma tarefa cada vez mais difícil, devido à escassez de suprimentos, principalmente nas cidades¹⁹. Aos poucos, os homens também se envolveram na busca de alimentos e, a partir de 1917, a fome ameaçou a população, mas elas tinham

Fig. 5 – Selo britânico de 1915, emitido como propaganda de guerra e evidenciando a execução de Edith Cavell pelos alemães.



Fonte: Thehistorypress.com.uk



que continuar trabalhando na frente doméstica, tecendo, cozinhando e costurando. À medida que a guerra prosseguia, as diferenças entre as classes sociais e entre os gêneros diluiu-se, pois todos passaram a enfrentar as mesmas dificuldades.

A alimentação tornou-se um problema persistente: as feministas espalhavam receitas de guerra, as organizações de mulheres cristãs organizavam cursos de economia doméstica, e as associações de agricultores organizavam Semanas da Alimentação. Essas reuniões também ajudaram a manter um controle social e moral sobre as mulheres, e influenciá-las com o discurso patriótico.

A miséria e o desemprego inevitavelmente levaram várias mulheres para a prostituição, especialmente em Bruxelas, local de trânsito das tropas alemãs, e em outras grandes cidades do país. Em setembro de 1914, as forças de ocupação tomaram medidas drásticas para monitorar e controlar as prostitutas. As autoridades militares consideravam a prostituição um mal necessário, mas tinham espe-

cialmente a propagação de doenças venéreas. Mulheres infectadas, prostitutas ilegais e mulheres de conduta suspeita eram trancadas em "hospitais" e submetidas a um regime de trabalhos forçados, a exames médicos regulares e a inúmeras humilhações. Na época da libertação, essas mulheres seriam consideradas duplamente traidoras – da pátria e da moral – e foram submetidas à violência pública e estigmatizadas ao terem seus cabelos raspados pela população²⁰.

RESISTINDO AO INIMIGO

Também sob o cenário da ocupação, uma pequena quantidade de mulheres rompeu radicalmente com os papéis tradicionais de gênero ao se engajar no movimento de resistência civil, iniciado em novembro de 1914.

Para apoiar diretamente os exércitos aliados, a resistência foi articulada com base em três tipos de ação: coleta de informações, organização de rotas de fuga e imprensa clandestina.



Durante a guerra, muitas redes foram estabelecidas no país, tendo como clientes os serviços de inteligência belga, francês e britânico. As mulheres envolvidas viram na resistência um substituto do serviço militar, do qual haviam sido originalmente excluídas.

Estima-se que cerca de 30% dos membros da resistência eram mulheres, embora determinar sua

quantidade exata seja difícil, uma vez que operavam contando mais com redes informais de solidariedade, incluindo a ajuda ocasional de vizinhos, amigos e parentes, que nunca foram reconhecidos como agentes oficiais²¹.

Antes de ser capturada e fuzilada como espiã em 1915, a enfermeira britânica Edith Cavell²² contou com o auxílio das alunas de sua

Fig. 6 – A belga Gabrielle Petit espionou para o Serviço Secreto Britânico durante a Grande Guerra. Ela foi executada em 1916 e se tornou uma heroína nacional após o final do conflito. Uma estátua de Gabrielle encontra-se na elegante Place Saint-Jean em Bruxelas.



Fonte: foto do autor.



escola de enfermagem. Algumas redes eram dominadas por mulheres: a direção da *Dame Blanche*, a mais famosa delas, era composta por 41% de mulheres²³; outras eram exclusivamente femininas, como as redes de Louise de Bettignies e Madeleine Doutreligne²⁴.

A diversidade social nessas redes era grande, ainda que a nobreza estivesse particularmente bem representada, devido às suas relações nos meios político e diplomático, seu conhecimento da língua alemã, que era comum antes de 1914, e seus recursos financeiros necessários para operá-las.

Nenhuma das tarefas da resistência era reservada para um ou outro gênero. As ações mais perigosas eram as relacionadas às rotas de fuga para os Países Baixos, pois uma cerca elétrica de alta tensão havia sido construída ao longo da fronteira belga-holandesa em dezembro de 1914, e, muitas vezes, essas tarefas eram confiadas às mulheres. Rosalie Cortvrintd foi eletrocutada aos 24 anos de idade, ao ajudar seis homens a escapar em 19 de julho de 1917. Essas mulhe-

res experimentaram perigo e medo e demonstraram verdadeira bravura, como foi reconhecido pelas inúmeras condecorações recebidas. Algumas delas foram detidas, encarceradas e transferidas para prisões na Bélgica ou na Alemanha (em Siegburg, Delitz e Holzmin-den).

As mulheres não foram poupadas por causa do gênero, idade ou *status* social. Várias freiras foram presas por espionagem; mulheres da nobreza foram condenadas a trabalhos forçados, ao lado de mulheres mais humildes. Das 358 mulheres presas e levadas a julgamento, 37 foram condenadas à morte e 13 foram executadas²⁵. As execuções causaram um escândalo na imprensa nacional e internacional e foram suspensas após o fuzilamento de Gabrielle Petit²⁶, em 1º de abril de 1916, mas retomadas a partir de 1917.

Sujeitas à mesma miséria moral e física, as mulheres forjaram uma solidariedade para além das estruturas sociais tradicionais.



AS VOZES DISSONANTES

Tanto na Bélgica ocupada quanto no exílio, o ódio ao inimigo encontrava-se em níveis tais que havia pouco espaço para apelos pacifistas. Quando feministas de países neutros concordaram em realizar um congresso internacional de paz na Haia, em abril de 1915, a delegação belga, composta por apenas cinco mulheres, disse no início que a paz era impossível enquanto seu país estivesse ocupado²⁷.

Diante dessa unanimidade patriótica, apenas um grupo muito reduzido de mulheres se engajou na *Flamenpolitik*²⁸ e colaborou com as forças de ocupação. Entre elas estavam algumas feministas, como Roza de Guchtenaere (1875-1942) e Anna Mortelmans (1893-1951). A primeira dirigia uma escola em Ghent, fundada por alemães e estabelecida para a independência da Flandres; a última participou de reuniões nacionalistas flamengas e lançou apelos considerados derrotistas. Ambas foram

julgadas e condenadas após a guerra.

O armistício de 11 de novembro de 1918 não levou à libertação imediata da Bélgica. Os termos do acordo estabeleceram um cronograma para a retirada alemã para evitar confrontos. No entanto, lutas esporádicas continuaram e o Exército Belga avançou gradualmente através do país, atrás da evacuação da força de ocupação alemã, que seguiu para o leste, em direção à fronteira com a Alemanha, evacuando gradualmente maior porção do território. As derradeiras tropas alemãs deixaram o país no dia 23, depois de quase quatro anos de ocupação militar.

AS VIÚVAS DA GUERRA

As viúvas constituíam um grupo especial de mulheres na sociedade do pós-guerra. Não apenas as esposas de soldados falecidos, ou civis fuzilados por atuarem na resistência durante a guerra pertenciam a esta categoria, mas também as esposas de veteranos inválidos



que morreram antes de 1929, mesmo que seus casamentos tivessem terminado depois de 1918.

Seu número é estimado em aproximadamente 40 mil, mas as informações sobre elas são imprecisas. Foram reconhecidas e louvadas por ocasião da libertação como símbolos do sofrimento e resiliência, e conquistaram o direito de voto em 1919²⁹, uma das principais demandas femininas da época. No entanto, só podiam falar em nome dos maridos mortos, pois perdiam o direito se voltassem a se casar. Quando um homem solteiro morria na guerra, esse direito podia ser transferido para sua mãe, se ela fosse viúva.

As viúvas de guerra se beneficiaram de uma pensão do Estado em condições definidas por lei em 1919³⁰, e retinham essa pensão mesmo que se casassem novamente, a menos que fosse com um cidadão de país considerado inimigo (a legislação claramente visava à Alemanha). No entanto, as viúvas podiam perder suas pensões em caso de má conduta social ou condenação criminal. A partir de 1924,

essas mulheres se associaram em uma união de mães e viúvas de guerra.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A situação peculiar da Bélgica mostra a complexidade da análise quando se trata de relações de gênero, e possibilita distinguir entre as convulsões que se originaram na guerra e os efeitos de longo prazo sobre o *status* das mulheres. A guerra distinguiu claramente os gêneros – os homens deveriam lutar, enquanto as mulheres cuidariam do lar –, mas também representou um momento de indefinição de sua normatização. Em muitos países, o estado de emergência forçou a convocação das mulheres para substituir os homens, quando todas as outras possibilidades se esgotaram. As mulheres então ingressaram em novos espaços mistos, particularmente no mercado de trabalho. Foram indispensáveis ao esforço de guerra e, pelo que fizeram, suscitaram receios de mascu-



linização e inversão dos papéis na sociedade.

A relativa autonomia adquirida durante o conflito teria favorecido a emancipação das mulheres. Existem, contudo, indícios de retrocesso, com discursos consolidando a supremacia masculina. Os governos tentaram reimpôr os papéis tradicionais, vendo os homens como chefes de família, protetores e provedores, e atribuindo às mulheres seu papel doméstico. De acordo com essa visão, a guerra teria sido um interlúdio que terminou rapidamente.

Onde situamos o caso belga neste debate? Durante a guerra, nada foi libertador para as mulheres na Bélgica ocupada, visto que a prioridade era tão somente sobreviver, e seu *status* continuou a se deteriorar, em meio à pobreza e carestia.

Quando a paz voltou, a sociedade parecia ansiosa para esquecer o episódio particularmente doloroso, e retornar aos valores tradicionais de outrora que faziam sentido para muitos. Temporariamente obscurecidos pelas condições que

caracterizaram a vida de homens e mulheres durante o conflito, os estereótipos de gênero renasceram. Apenas um pequeno grupo de feministas clamou por mais direitos civis e políticos, legitimado pelo esforço patriótico das mulheres na guerra.

Como em muitos países europeus, o governo belga deu prioridade máxima à reintegração dos homens na vida civil; a igualdade política foi estabelecida em 1919, mas apenas para os homens. O trabalho assalariado para as mulheres foi fortemente condenado.

Apesar dessas limitações, no entanto, os efeitos negativos da guerra interagiram com outros aspectos e resultaram em progressos de longo prazo para as mulheres. Nessa perspectiva, a análise deve ter em conta as mudanças sociais a nível nacional e internacional no pós 1918.

A constituição da Organização Internacional do Trabalho em 1918 como uma agência da Liga das Nações³¹, estabeleceu a igualdade salarial entre homens e mulheres em caso de trabalho de igual valor.



Sob a égide da Liga, as organizações internacionais de mulheres foram capazes de pressionar pelos direitos de nacionalidade de mulheres casadas e o fomento a pesquisas sobre a condição das mulheres em geral.

Na Bélgica, as ações variaram significativamente, visto que as aspirações das mulheres não eram homogêneas em função da idade, bem como não o eram em função do estado civil, das condições sociais e territoriais. Tomando como exemplo dois elementos particularmente presentes durante a Grande Guerra – o empobrecimento crescente das mulheres e sua adesão massiva à filantropia – é possível verificar que eles geraram, eventualmente, alguns efeitos favoráveis para as mulheres, na medida em que, apesar da tentativa de interdição ao espaço social promovido pelo governo no pós-guerra, elas terminaram por se (re)posicionar na sociedade.

O empobrecimento das classes médias forçou as meninas a ganharem a vida, e, apesar das mensagens pró-família, o casamento já

não aparecia como seu único destino e se tornou uma escolha menos óbvia em tempos de crise. Um maior número de jovens procurou (re)entrar no mercado de trabalho em melhores condições, afastando-se dos empregos que lhes eram oferecidos em tempos de guerra, mal pagos e já em declínio: trabalho doméstico, costura e trabalho industrial pesado.

Certamente, as ocupações femininas ainda eram consideradas inferiores às masculinas e a desigualdade salarial persistiu, mas houve avanços. Além disso, muitas mulheres que desejavam manter certa autonomia econômica continuaram trabalhando após o casamento. Elas gradualmente adquiriram uma identidade profissional dissociada das atividades do lar, obtendo, até mesmo, uma perspectiva de carreira. Isso representou um elemento totalmente novo nas relações de gênero, sendo a integração social por meio da atividade profissional outrora uma característica puramente masculina.

Retomando o campo da filantropia, percebe-se que tomou novas



dimensões durante a guerra, tanto no âmbito como na organização. Por ter sido estendido a toda população, saiu do domínio da caridade privada e passou a ser visto como assistência geral humanitária. A mudança de escala foi significativa, o trabalho de caridade passou a ser um dever social, voltado para o interesse geral, ligado a questões políticas, diplomáticas e econômicas.

Após a guerra, as mulheres usaram essa concepção mais ampla a seu favor, investindo ainda mais na esfera pública e teorizando sobre a cidadania social, em nome da qual reivindicavam direitos e voz na organização sociopolítica dos Estados. Os efeitos negativos da guerra tiveram, portanto, implicações paradoxais.

REFLEXÕES FINAIS

Participando do esforço de guerra, as mulheres desempenharam um papel fundamental durante o conflito de 1914-1918. Substituíram os homens que tinham partido

para a frente e se tornaram cartei-ras, condutoras de bonde, *munitionnettes* etc, se envolveram e demonstraram patriotismo e solidariedade.

Ganhando mais autonomia, as mulheres se emanciparam durante a Grande Guerra. Foi no final da guerra que surgiu o fenômeno das “melindrosas”³²: mulheres com moral liberada no sentido de que ousavam ter cabelos curtos, revelar partes de seus corpos, ouvir música da América (jazz e charleston, que demandavam uma dança sensual, escandalosa para os padrões da época), fumar, dançar ou dirigir.

Durante a guerra de 1914 a 1918, o patriotismo e o pacifismo feminino mostraram o compromisso político das mulheres que reclamavam seu lugar na sociedade. Entretanto, a desmobilização dos soldados no final da guerra forçou a maioria das mulheres a voltar à sua posição anterior à guerra.

Após a guerra, muitos países concederam progressivamente às mulheres o direito de voto, notadamente o Reino Unido, Alemanha, Áustria e Hungria a partir de



1918. Entretanto, foi somente em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, que as mulheres belgas obtiveram o pleno direito ao voto e adquiriram outros direitos.

Como este artigo demonstrou, do ponto de vista da posição da mulher na sociedade belga, a guerra caracterizou-se pelo sacrifício feminino, e marcou uma ruptura seguida de uma transição, na qual as relações de gênero se reajustaram entre tradições e novas ideias. Apesar dos avanços, a relação social hierarquizada, que colocava as mulheres em uma condição inferior aos homens, permanece até os dias atuais, decorridos mais de um século, em diferentes níveis, com a atribuição das funções sociais relacionadas ao “cuidado” ainda bastante associada ao feminino e a equiparidade ainda é uma terreno que a mulher tem conquistado gradativamente. O caminho para a emancipação, no entanto, havia sido aberto, e seria desenvolvido desde então, no curso do século XX, e na quadra temporal atual.

BIBLIOGRAFIA

A MOTHER’S answer to “a common soldier”. *The Morning Post*, London, 14 ago. 1916. Disponível em

<<https://web.viu.ca/davies/H482.WWI/poem.ALittleMother.1916.htm>>. Acesso em 13 jan. 2023.

AMARA, Michaël. *Des Belges à l'épreuve de l'Exil: les réfugiés de la Première Guerre mondiale - France, Grande-Bretagne, Pays-Bas, 1914-1918*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2008.

BAKER, Chris. Women and the British Army in the First World War. *The Long, Long Trail*. Disponível em

<<http://www.longlongtrail.co.uk/army/regiments-and-corps/women-and-the-british-army-in-the-first-world-war/>>. Acesso em 18 jan. 2023.

BELGIUM.BE. Service fédéral des Pensions. *Victimes civiles de guerre et d'actes de terrorisme*. Disponível em

<<https://www.sfpd.fgov.be/fr/droit-a-la-pension/victimes-civiles>>. Acesso em 19 jan. 2023.

BRITISH RED CROSS. *Marie Curie, the Red Cross, invisible*



light and WWI. Disponível em <<https://www.redcross.org.uk/stories/our-movement/our-history/marie-curie-invisible-light-the-red-cross-and-wwi#:~:text=Servicing%20her%20a%20country,but%20this%20offer%20was%20refused>>. Acesso em 19 jan. 2023.

CENTRE D'ARCHIVES ET DE RECHERCHES POUR L'HISTOIRE DES FEMMES. *Les femmes et le droit de vote en Belgique*: un peu d'histoire, Bruxelles, s.d. Disponível em <http://www.avg-carhif.be/cms/dossier_fpol_fr.php>. Acesso em 19 jan. 2023.

DARÓZ, Carlos. O saque de Dinant: a morte de uma cidade belga. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 28-51, abr. 2022.

DE LAUNOY, Jane. *Infirmières de guerre en service commandé* (Front de 14 à 18). Brussels: Memogrames, 1937.

DE SCHAEPDRIJVER, Sophie. *Gabrielle Petit: the death and life of a female spy in the First World War*. London: Bloomsbury Publishing Plc. 2015.

DE WEERDT, Denise. *De vrouwen van de Eerste Wereldoorlog*. Ghent: Stichting Mens en Kultuur, 1993.

DECOCK, Pierre. La Dame Blanche, 1916-1918. *Revue Belge d'Histoire Militaire*, Bruxelles, n. 27, p. 217-226, 1987.

DUMOULIN, Michel et al. *Nouvelle histoire de Belgique, v. II: 1905-1950*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2005.

GUBIN, Eliane; DE SMAELE, Henk. *Femmes et hommes en guerre, 1914-1918*. Bruxelles: Renaissance du Livre, 2015.

HORNE, John; KRAMER, Alan. *1914, les atrocités allemandes*. Paris Tallandier, 2005.

JAUMAIN, Serge et al. *Bruxelles 14-18: au jour le jour, une ville en guerre*. Bruxelles: Musée de la Ville de Bruxelles, 2005.

KEEGAN, John. *The First World War*. New York: Random House, 1998.

MAJERUS, Benoît. La prostitution à Bruxelles pendant la Grande Guerre: contrôle et pratique. *Crime, Histoire et Société*, Genève, v.7, n. 11, p. 5-42, 2003.



MARISSAL, Claudine. *Protéger le jeune enfant. Enjeux sociaux, politiques et sexués*: Belgique, 1890-1940. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculté de Philosophie et Sciences sociales, l'Université de Bruxelles, Bruxelles. 2014.

PAULL, John. The women who tried to stop the Great War: the International Congress of Women at the Hague 1915. In: CAMPBELL, A. H. (org.). *Global leadership initiatives for conflict resolution and peacebuilding*. Hershey: IGI Global, 2018.

ROSENBERG, Jennifer. Flappers in the roaring Twenties. *ThoughtCo*, New York, 25 mar. 2020. Disponível em <<https://www.thoughtco.com/flappers-in-the-roaring-twenties-1779240>>. Acesso em 22 jan. 2023.

SCHROEDER, Paul. La transformation de la politique européenne. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, Oxford, n. 43-3, p. 557-558, 1996.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.

THOMAS, Christophe. *L'Occupation pendant la Grande Guerre*. Bayeux: Orep Editions, 2021.

UNITED NATIONS. *The League of Nations*. Disponível em <<https://www.ungeneva.org/en/library-archives/league-of-nations>>. Acesso em 18 jan. 2023.

VAN ROKEGHEM, Suzanne et al. *Des femmes dans l'histoire en Belgique, depuis 1830*. Waterloo: Luc Pire Editions, 2006.

VAN YPERSELE, Laurence; DEBRUYNE, Emmanuel. *De la guerre de l'ombre aux ombres de la guerre: l'espionnage en Belgique durant la guerre de 1914-1918, histoire et mémoire*. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.

¹ Pesquisa desenvolvida durante estágio doutoral na Université Libre de Bruxelles, com fomento do *Programme Erasmus+*, da União Europeia.

² A MOTHER'S answer to "a common soldier". *The Morning Post*, London, 14 ago. 1916. Disponível em <<https://web.viu.ca/davies/H482.WW1/poem.ALittleMother.1916.htm>>. Acesso em 13 jan. 2023.



³ De acordo com SONDHAUS (2015, p.13) “em setembro de 1914, em declarações citadas pela imprensa norte-americana, o biólogo alemão e filósofo Ernst Haeckel fez a primeira referência registrada ao conflito como ‘Primeira Guerra Mundial’ [...]”. No entanto, segundo o autor, “o rótulo de ‘Primeira Guerra Mundial’ só se tornaria corrente depois de 1939, quando a revista *Time* e uma série de outras publicações popularizaram seu uso como corolário da expressão ‘Segunda Guerra Mundial’.” No presente artigo, a partir daqui, utilizarei a expressão contemporânea Grande Guerra, ou, como também é conhecido na Europa, Conflito 1914-18.

⁴ SCHROEDER, Paul. La transformation de la politique européenne. *Revue d’Histoire Moderne & Contemporaine*, Oxford, n. 43-3, p. 557-558, 1996.

⁵ Durante os primeiros estágios da guerra, o Exército Alemão se envolveu sistematicamente em numerosas atrocidades contra a população civil da Bélgica, o que foi descrito pela propaganda aliada como “o estupro da Bélgica”. Calcula-se que soldados alemães assassinaram mais de 6 mil civis belgas, e 17.700 morreram durante a expulsão, deportação, prisão ou sentenças de morte. Ver HORNE, John; KRAMER, Alan. *1914, les atrocités allemandes*. Paris Tallandier, 2005 e DARÓZ, Carlos. O saque de Dinant: a

morte de uma cidade belga. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 28-51, abr. 2022.

⁶ A cientista polonesa naturalizada francesa Marie Curie (1867-1934) foi a primeira mulher na França a obter um doutorado. Quando a Grande Guerra começou, em 1914, ela já havia recebido dois prêmios Nobel (1903 e 1911). Marie imediatamente viu o potencial de suas pesquisas com raios-X para salvar vidas no campo de batalha. Ela até se ofereceu para derreter suas duas medalhas de ouro do Prêmio Nobel para pagar pelo serviço, mas a oferta foi recusada. Marie e Irène desenvolveram uma máquina de raios-X, e treinaram outras mulheres para se juntarem a elas. Ver BRITISH RED CROSS. *Marie Curie, the Red Cross, invisible light and WWI*. Disponível em <<https://www.redcross.org.uk/stories/our-movement/our-history/marie-curie-invisible-light-the-red-cross-and-wwi#:~:text=-serving%20her%20adopted%20country,but%20this%20offer%20was%20refused>>. Acesso em 19 jan. 2023.

⁷ A *Union patriotique des femmes belges* foi fundada por Jane Brigode e Louise van Den Plas em 8 de agosto de 1914, em Bruxelas, com o objetivo de promover a ajuda mútua entre as mulheres que haviam perdido seus empregos por causa da ocupação



alemã e aquelas cujos maridos tinham seguido para a frente de combate. Ver VAN ROKEGHEM, Suzanne et al. *Des femmes dans l'histoire en Belgique, depuis 1830*. Waterloo: Luc Pire Editions, 2006.

⁸ O Plano Schlieffen foi um plano de guerra ofensivo da Alemanha, elaborado pelo Conde Alfred von Schlieffen, chefe do Estado-Maior Geral entre 1891 e 1906, como resposta à aliança militar franco-russa de 1894, que criou para a Alemanha a possibilidade de uma guerra em duas frentes. A Alemanha podia se antecipar a tal evento atacando primeiro, mas não era forte o suficiente para combater os dois países juntos; um tinha que ser derrotado antes que o outro pudesse ser atacado. Von Schlieffen acreditava que o maior perigo vinha da França e calculou que os russos levariam seis semanas para lançar uma ofensiva, de modo que previu atacar a França e vencê-la rapidamente, antes que a Rússia pudesse ser completamente mobilizada. A inesperada resistência da Bélgica e a atuação dos exércitos francês e britânico, no entanto, frustraram os planos alemães e levaram a guerra ao imobilismo na Frente Ocidental. Cf KEEGAN, John. *The First World War*. New York: Random House, 1998.

⁹ Ver THOMAS, Christophe. *L'Occupation pendant la Grande Guerre*. Bayeux: Orep Editions, 2021.

¹⁰ O Corpo de Emergência Feminino (*Women's Emergency Corps*) foi uma organização feminista britânica fundada em 1914 por Evelina Haverfield, Decima Moore e pela *Women's Social and Political Union*, com o objetivo de contribuir com o esforço de guerra do Reino Unido na Grande Guerra. O Corpo treinava mulheres médicas, enfermeiras e mensageiras motociclistas. Mais tarde, foi incorporado às forças armadas britânicas como Reserva Voluntária Feminina (*Women's Volunteer Reserve*). Ver BAKER, Chris. *Women and the British Army in the First World War. The Long, Long Trail*. Disponível em <<http://www.longlongtrail.co.uk/army/regiments-and-corps/women-and-the-british-army-in-the-first-world-war/>>. Acesso em 18 jan. 2023.

¹¹ DE LAUNOY, Jane. *Infirmières de guerre en service commandé* (Front de 14 à 18). Brussels: Memogrames, 1937.

¹² GUBIN, Eliane; DE SMAELE, Henk. *Femmes et hommes en guerre, 1914-1918*. Bruxelles: Renaissance du Livre, 2015.

¹³ As *Munitionettes* eram mulheres francesas empregadas nas fábricas de munições durante a Grande Guerra.



¹⁴ AMARA, Michaël. *Des Belges à l'épreuve de l'Exil: les réfugiés de la Première Guerre mondiale - France, Grande-Bretagne, Pays-Bas, 1914-1918*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2008.

¹⁵ A expressão “a pobre pequena Bélgica” (*poor little Belgium*) foi utilizada pela propaganda Aliada no início da guerra, para denunciar a invasão alemã e incentivar a resistência. Ver HORNE; KRAMER, op.cit.

¹⁶ THOMAS, op.cit.

¹⁷ DUMOULIN, Michel et al. *Nouvelle histoire de Belgique, v. II: 1905-1950*. Bruxelles: Éditions Complexe, 2005.

¹⁸ MARISSAL, Claudine. *Protéger le jeune enfant. Enjeux sociaux, politiques et sexuels: Belgique, 1890-1940*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculté de Philosophie et Sciences sociales, l'Université de Bruxelles, Bruxelles. 2014.

¹⁹ JAUMAIN, Serge et al. *Bruxelles 14-18: au jour le jour, une ville en guerre*. Bruxelles: Musée de la Ville de Bruxelles, 2005.

²⁰ MAJERUS, Benoît. La prostitution à Bruxelles pendant la Grande Guerre: contrôle et pratique. *Crime, Histoire et Société*, Genève, v.7, n. 11, p. 5-42, 2003.

²¹ VAN YPERSELE, Laurence; DEBRUYNE, Emmanuel. *De la guerre de l'ombre aux ombres de la guerre: l'espion-*

nage en Belgique durant la guerre de 1914-1918, histoire et mémoire. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.

²² A enfermeira britânica Edith Louisa Cavell (1865–1915) salvou várias vidas de ambos os lados, e ajudou cerca de 200 soldados Aliados a escaparem da Bélgica ocupada pela Alemanha durante a guerra. Presa por autoridades alemãs, ela foi culpada por traição e sentenciada à morte. Apesar de um movimento internacional contra a sentença ter pressionado o governo alemão a seu favor, a pena de morte não foi alterada, e ela foi fuzilada por um pelotão alemão em Schaerbeek, nos arredores de Bruxelas, em 12 de outubro de 1915.

²³ *La Dame Blanche* era o codinome de uma rede de inteligência clandestina que operou na Bélgica ocupada pelos alemães durante a Grande Guerra. Tomou o nome de uma lenda alemã que afirmava que a queda da dinastia Hohenzollern seria anunciada pelo aparecimento de uma mulher vestida de branco. A rede forneceu informações sobre os movimentos das tropas alemãs, observando o sistema ferroviário. Cf. DECOCK, Pierre. *La Dame Blanche, 1916-1918. Revue Belge d'Histoire Militaire*, Bruxelles, n. 27, p. 217–226, 1987.

²⁴ VAN YPERSELE; DEBRUYNE, op.cit.



²⁵ DE WEERDT, Denise. *De vrouwen van de Eerste Wereldoorlog*. Ghent: Stichting Mens en Kultuur, 1993.

²⁶ A belga Gabrielle Eugenia Maria Petit (1893-1916) espionou para o Serviço Secreto Britânico durante a Grande Guerra a partir de Bruxelas. Depois de ter sido traída, foi capturada pelos alemães e fuzilada no dia 1º de abril de 1916, aos 23 anos de idade, e, após a guerra, tornou-se mártir e heroína nacional belga. Cf. DE SCHAEPRUIJVER, Sophie. *Gabrielle Petit: the death and life of a female spy in the First World War*. London: Bloomsbury Publishing Plc. 2015.

²⁷ PAULL, John. The women who tried to stop the Great War: the International Congress of Women at the Hague 1915. In: CAMPBELL, A. H. (org.). *Global leadership initiatives for conflict resolution and peacebuilding*. Hershey: IGI Global, 2018.

²⁸ A *Flamenpolitik*, ou política flamenca, foi um conjunto de certas políticas adotadas pelas autoridades alemãs que ocuparam a Bélgica durante as duas guerras mundiais. Seu objetivo final era a dissolução da Bélgica, originariamente um Estado bilíngue, em componentes valões e flamengos separados.

²⁹ CENTRE D'ARCHIVES ET DE RECHERCHES POUR L'HISTOIRE DES FEMMES. *Les femmes et le droit de vote en Bel-*

gique: un peu d'histoire, Bruxelles, s.d. Disponível em <http://www.avg-carhif.be/cms/dossier_fpol_fr.php>. Acesso em 19 jan. 2023.

³⁰ BELGIUM.BE. Service fédéral des Pensions. *Victimes civiles de guerre et d'actes de terrorisme*. Disponível em <<https://www.sfpd.fgov.be/fr/droit-a-la-pension/victimes-civiles>>. Acesso em 19 jan. 2023.

³¹ UNITED NATIONS. *The League of Nations*. Disponível em <<https://www.ungeneva.org/en/library-archives/league-of-nations>>. Acesso em 18 jan. 2023.

³² “Melindrosa” é um termo típico dos anos 1920, utilizado para se referir ao novo estilo de vida das mulheres jovens que usavam saias curtas, recusavam-se a usar espartilho, cortavam seus cabelos curtos (cortes popularmente conhecidos como *à la garçonne* ou *bob cut*, hoje também como corte *chanel*), ouviam e dançavam provocativamente o jazz e o charleston e desacatavam a tradicional conduta feminina. Nos países de língua francesa e em outros países como Portugal, eram conhecidas como as *garçonnes*, nos de língua inglesa, como *flappers*. Faziam das brincadeiras com os homens um estilo de vida, até então mal vistas como bons modos para as mulheres.

A artilharia portuguesa dos séculos XVIII e XIX: relações entre tecnologia e organização¹

Carlos Alves Lopes ^a

Resumo: Num período que vai desde o século XVIII até ao ano da Independência do Brasil (1822), é reconhecido um profundo momento de alteração a nível das ciências militares e em particular da artilharia de alma lisa. Portugal no continente europeu e na América do Sul (Brasil) manteve-se em conflito quase constantemente com a Espanha, mas também com a França e a Holanda. Hoje, o Exército Brasileiro e o Exército Português partilham sobre este período uma história comum e é nesse âmbito que se apresenta este estudo, com particular interesse para todos aqueles que pretendam conhecer um pouco mais sobre a evolução tecnológica das armas de alma lisa, mas também sobre a influência destas na organização militar e no desenvolvimento de táticas nos campos de batalha.

Palavras-chave: Artilharia, orgânica e tecnologia, doutrinas militares.

INTRODUÇÃO

As Guerras Revolucionárias e Napoleónicas (1792-1815) marcam o período da transformação dos pequenos exércitos de homens contratados existentes na segunda metade do século XVIII, para um retorno no início do século XIX aos grandes exércitos de homens alistados.

Mas o que veio a ser excepcional foi a evolução tecnológica verificada, e por vezes esquecida no estudo deste período, que elevou a arma de artilharia para uma arma científica que conquistou o seu reconhecimento e a autonomia táctica nos campos de batalha, ao ponto de progressivamente passar a dominar os mesmos. Este reconhecimento é documentado pela evo-

^a Auditor de Defesa Nacional de Portugal. Associado correspondente internacional do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



lução do número de peças que foram empregues em combate, de poucas dezenas antes da época napoleónica até milhares na campanha de Napoleão na Rússia em 1812.

A exigência do treino e formação dos artilheiros teve de acompanhar a crescente complexidade da operação das peças, o que levou a incorporar nas suas fileiras especialistas em diversas áreas, tal como em: mecânica, química e matemática.

Os processos industriais de fabrico também evoluíram em resultado de novos métodos de fundição que tornaram as armas mais eficientes e consequentemente abriram novas oportunidades de emprego tático, isto conjugado com décadas de experimentação em batalha.

A utilização de canhões e obuses foi na prática uma forma de aumentar a capacidade de fogo dos exércitos, mas nem todas as opções táticas foram um sucesso e acabaram por ser abandonadas. Um exemplo foi a utilização de canhões de batalhão, peças ligeiras e

pequenas com a função de adicionar capacidade de fogo às unidades de infantaria, mas que implicava uma alteração na mobilidade das mesmas. Se durante o século XVIII e até no início das Guerras Revolucionárias (1792-1802), mas também em alguns momentos particulares durante as Guerras Napoleónicas (1803-1815), com o aumento da utilização de táticas ancoradas na mobilidade das unidades no campo de batalha, as peças de artilharia de batalhão deixaram de ser vistas como úteis por várias nações. O reforço da capacidade de fogo não compensava a perda de mobilidade tática da infantaria.

A doutrina tática geral dos campos de batalha do início do século XIX viria a ter a característica sustentada na “mobilidade tática” das forças presentes e as unidades de infantaria com os seus canhões de batalhão tendiam a perder capacidade de manobra, especialmente porque as peças de artilharia, mesmo que pequenas, dificilmente tinham possibilidade de acompanhar o movimento de



ataque das unidades a que estivessem associadas.

Se genericamente a capacidade de manobra era solicitada a todo o tipo de unidade presente no campo de batalha, à artilharia era ainda solicitado planos de fogos para apoio no ataque e sempre que necessário planos de fogos para interditar zonas específicas na defesa.

Esta exigência levou a outra doutrina tática específica da artilharia a “concentração de fogo”, que embutiu na artilharia um potencial expressivo na sua capacidade destrutiva, o colidia com a opção de dispersão por batalhões de infantaria. Na época foi reconhecido que poder de fogo de uma bateria era sempre superior à soma das partes.

DA PRODUÇÃO ARTESANAL À INDUSTRIAL

a. Séculos XV-XVI, o período militar renascentista

Com um foco genérico sobre a produção de peças de artilharia,

efectuámos uma abordagem sobre estas grandes armas que são operadas por um conjunto de pessoas, genericamente designadas por guarnição, sejam canhões, obuses ou morteiros de calibre maior do que utilizado em armas pequenas pessoais, atribuídas normalmente à infantaria.

Neste contexto em Portugal a produção de grandes armas, refira-se artilharia, datam de um período anterior ao reinado de D. Manuel I (1495-1521), mas é sem dúvida a partir da Expansão Marítima Portuguesa, momento histórico com impacto internacional, que se observou um esforço de organização da produção de armamento pesado militar nacional.

Na época a produção estava dependente das ferrarias existentes (muitas privadas), que centravam a produção de vários tipos de armas desde as armas brancas, pequenas armas de fogo (pistolas, arcabuzes e mosquetes), mas também armas forjadas em chapas metálicas² por enrolamento em forma de tubo às quais se adicionavam cintas metálicas de reforço.



Estas peças de artilharia eram fabricadas para lançarem essencialmente projecteis (pelouros) de pedra³, ou de metal, mas para uma utilização a partir de posições fixas e contra alvos igualmente fixos, cenário táctico que se obtinha em cercos, contra fortalezas e cidades. Se bem que as peças de artilharia foram produzidas inicialmente como peças de pequenas dimensões, estas foram evoluindo até se tornarem enormes, muito pesadas, difíceis de deslocar. Isto por seu lado levou também a uma evolução paralela dos reparos, ou seja, a caixa que sustentava a peça, que em meados do século XV se caracterizam por serem modelos fixos e pesados, mas que foram progressivamente tornando-se móveis.

Dois factos históricos viriam a colocar a artilharia como armamento indispensável para todos os exércitos: por um lado o reconhecimento da importância da artilharia durante o cerco e na da Queda de Constantinopla⁴ (1453), mas também as vantagens obtidas com esta nos cercos durante a Guerra dos Cem Anos⁵ (1337-1453).

Ainda, no reinado de D. Manuel I (1495-1521), houve a iniciativa de desenvolver uma produção nacional de pólvora para acompanhar o fabrico de armas de fogo. Portugal com a sua baixa densidade demográfica e perante um processo de Expansão Marítima, a necessidade do aumento do poder de fogo foi um grande catalisador para a produção nacional de armamento, já que o armamento pesado representava uma forma de colmatar as insuficiências em homens disponíveis para guarnecer fortalezas e para pacificar territórios.

Para a produção de pólvora viria a ser encontrada uma localização ideal em Barcarena, hoje situada no actual concelho de Oeiras, com as condições necessárias para uma futura expansão e com a possibilidade de aproveitamento da energia hidráulica extraída da ribeira do mesmo nome.

A produção de pólvora e pequenas armas não esteve localizada apenas em Barcarena. Em Lisboa, em Santa Apolónia, na zona onde actualmente se situa o Museu Militar de Lisboa, foi instalada a Ter-



cena da Porta da Cruz, a qual também produzia pólvora, pequenas armas, mas que especialmente se diferenciava por ter fornos de fundição (fundição de baixo) que lhe permitia fabricar peças⁶ de artilharia.

No entanto, ao invés de Barcaena, a Tercena da Porta da Cruz não dispunha de uma força motriz hidráulica, o que levou a depender de uma força motriz “a sangue” por parselhas de bois e muares, situação que se manterá para todo o polo industrial até, pelo menos, ao final das campanhas da Guerra Peninsular (1807-1814), quase sem interrupções significativas com a exceção derivada das consequências do terramoto de 1755.

A área industrial existente no reinado D. Manuel I viria a ser expandida no reinado de D. João III (1521-1557), com a construção de uma nova fundição (fundição de cima) na zona de Santa Engrácia. O incremento da capacidade de produção demonstra por si só o aumento da procura de armas de fogo por parte das forças terrestres e navais, mas também uma neces-

sidade premente de guarnecer as praças ultramarinas, no entanto e apesar dos investimentos industriais efectuados, Portugal continuou a ter uma produção deficitária em relação às necessidades correntes e a necessitar de uma contínua importação de armamento.

O progresso da artilharia durante o período do Renascimento⁷, que coincide em Portugal com o período da Expansão Marítima, radica numa evolução tecnológica que variou desde os materiais utilizados: bocas de fogo de lata reforçada por aros de ferro, canhões de ferro forjado, canhões de ferro fundido até chegarem à produção de peças de bronze fundido, mais perfeitas, menos quebradiças.

A nível da química e produção da pólvora, esta também foi sendo aperfeiçoada, e acompanhou a evolução tecnológica verificada na produção dos tubos das peças e o desenvolvimento dos tipos de bala, primitivamente em pedra até uma produção em ferro.

Mas a artilharia pesada renascentista caracterizou-se por ter um pequeno alcance, ser excessiva-



mente pesada, o seu municionamento ser lento (cadência de tiro muito lenta), em resumo de difícil manejo, o que implicou uma quase exclusiva utilização estática em cercos e por estas razões, um emprego em campos de batalha muito restrito e ineficaz.

A nível tático, a escola militar portuguesa manteve-se afastada das evoluções que se desenvolviam na restante Europa e foi parco o reflexo de uma influência da escola militar hispano-italiana de Gonçalo de Córdoba⁸, ou posteriormente do Duque de Alba⁹, essencialmente porque Portugal se manteve à margem dos grandes conflitos europeus.

b. Séculos XVII-XVIII, o período militar iluminista

O choque do exército de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir (1578) contra o reino de Marrocos levou a um período de União Ibérica com a coroa de Espanha, período felipino (1580-1640).

Durante este período, as Terceiras em Lisboa mantiveram-se

em funcionamento, tendo estas ficado conhecidas na época como a “fundição castelhana”. Será somente após a Restauração da Nacionalidade com D. João IV (1640-1656), que as Terceiras (1640) viriam a ser reformadas e viriam a receber a designação de Tenência-Geral de Artilharia.

O século XVII e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) viria a marcar o início da mudança do valor tático da artilharia nos campos de batalha. Este grande conflito colocou várias nações europeias em luta entre si por um longo período, por motivos dinásticos, religiosos, territoriais e comerciais, o que viria a obrigar aos exércitos a encontrar novas soluções táticas no campo de batalha e novas soluções tecnológicas no campo da indústria militar, porque a progressiva dificuldade de mobilização de homens e o custo da guerra assim o obrigavam.

Se durante o século XV as táticas europeias de choque tinham por base a utilização de grandes efectivos organizados de forma heterogénea, especialmente com



unidades compactas em massas de grande profundidade para colmatarem a qualidade inferior das tropas, a introdução cada vez maior de armas de fogo e o efeito devastador da artilharia sobre este tipo de formações, obrigaram a procurar melhores soluções táticas, tendo sido observado um estender da frente das unidades de infantaria (maior poder de fogo) e uma diminuição da profundidade (menor exposição ao fogo de artilharia).

As evoluções táticas¹⁰ introduzidas por Maurício de Nassau¹¹, em 1625, ao serviço dos Países Baixos (táctica holandesa), contra as forças de Espanha (táctica hispano-italiana) tiveram um impacto resultante do aperfeiçoamento e generalização das pequenas armas de fogo portáteis, dentro de um pensamento tático de vencer as massas com a mobilidade (táctica holandesa).

Desde a redução dos efectivos dentro das unidades de infantaria e de cavalaria, o que produziu de imediato uma maior mobilidade, conceptualmente alterou as táticas de cavalaria, de uma doutrina de

defesa do terreno que pisavam, para passar a defender o terreno à sua frente, o que modificou de imediato a ordem de batalha da cavalaria de uma posição inicial na linha da frente, para uma posição mais protegida e mais atrás até ao momento de esta intervir (carga).

Mas no que se refere à artilharia a reorganização tática de Maurício de Nassau, apesar de não ser ainda uma autonomização da arma, viria a dividi-la em artilharia de linha, com a função de colmatar pontos fracos na linha de batalha e em artilharia ligeira para reforçar e acompanhar as unidades de infantaria, um início conceptual do que mais tarde se viria a denominar como canhões de batalhão.

Estes princípios táticos¹² de Maurício de Nassau foram posteriormente seguidos e desenvolvidos por Gustavo Adolfo¹³ ao serviço da Suécia (táctica sueca), com uma aposta no incremento do número de armas portáteis de fogo por unidade de infantaria já à data organizadas em regimentos, uma modernização do equipamento da cavalaria retirando-lhe elementos



de protecção, dando-lhe capacidade de fogo e uma especialização por tipos de missão.

No que respeita à artilharia Gustavo Adolfo dividiu-a em dois grupos funcionais segundo os seus calibres associado a um conceito básico de mobilidade. Um primeiro grupo de artilharia de batalha (móvel) para o qual se aplicava a capacidade de acompanhar a infantaria e cavalaria em marcha e um segundo grupo de artilharia de posição (fixo) para as restantes peças.

A questão da mobilidade, que virá a ser muito importante, nesta época apresentava dois grandes constrangimentos. O transporte de peças era assegurado por civis contratados e os trens de artilharia eram tão rudimentares que não tinham capacidade operacional para deslocar as peças das suas posições iniciais no campo de batalha. O método de transporte, em face do peso das grandes peças de artilharia, levava a que os tubos fossem transportados em carroças de quatro rodas e só no local fossem transferidos para os reparos já

numa posição de combate no campo de batalha.

Neste ponto será importante falar Henri de Turenne¹⁴ (táctica francesa) que em conjunto com o arquitecto militar de fortificações Vauban¹⁵, ao serviço de Luís XIV, foram duas peças fundamentais da estratégia francesa durante a Guerra dos Trinta Anos.

França apresentava na época uma vantagem logística e de comando em face da centralização dos assuntos militares no Ministro da Guerra, desde a manutenção das fortificações às missões operacionais em campanha. O Exército francês dispunha de um serviço de intendência e de saúde, com armazéns de víveres e de material de guerra escalonados por etapas, o que lhe dava uma muito maior capacidade de continuidade de operações, em relação a outros exércitos europeus¹⁶. A existência de linhas de comunicação seguras foi uma inovação que capacitou o exército com uma superioridade operacional.

A capacidade de organização militar francesa viria a marcar duas



grandes inovações ao nível da logística de guerra: a introdução de fardamentos de estilo padronizado, se bem com quadros de cores regimentais diversas, mas uniformizado dentro de cada regimento, o que criava já um nexo de corpo dentro de cada unidade; outra viria a ser a introdução de aquartelamentos permanentes e códigos de disciplina.

Já não por uma questão logística, mas tática, o Exército francês viria a quebrar a tradição de disposição de unidades na linha de combate, deixando de formar os regimentos por hierarquia dos seus coronéis, o que foi posteriormente seguido noutros países.

Henri de Turenne alterou a composição da infantaria que passou a organizar-se em regimentos, à cavalaria retirou as armaduras que à data eram quase inúteis perante o aumento das armas de fogo, mas a inovação mais radical foi a de organizar a artilharia em regimentos com carácter permanente.

Se a tática francesa descendia directamente do sistema táctico espanhol (hispano-italiano), Tu-

renne modificou-o para reflectir as tácticas suecas (mobilidade e flexibilidade) e introduziu na infantaria o conceito de manobra por alas, num sistema de “brigadas” formadas por dois ou mais batalhões.

No campo de batalha Turenne introduziu mais uma novidade táctica com a utilização sistemática da ordem de batalha em duas linhas, suportadas por trabalhos de fortificação, com a adaptação dos princípios do sistema do arquitecto-militar Vauban na preparação do terreno.

Estes estados da arte das ciências militares na Europa central não chegaram a Portugal, que a 1 de Dezembro de 1640 se encontrava dentro da União Ibérica e consequentemente influenciado pelas tácticas de guerra do Exército espanhol.

Só após o acto de Restauração de 1 de Dezembro de 1640 foi dado o passo necessário para se iniciar o processo de reorganização do Exército português, tendo existido logo a 28 de Dezembro a nível dos trens de artilharia, a decisão de instituir um comando geral de arti-



lharia, com ampla jurisdição sobre o material de guerra, produção de pólvoras, artilharia, fundições, etc., o que corresponde à reorganização de D. João IV (1640-1656), em que se distingue o estabelecimento da fábrica de ferro, em Tomar, uma ferraria para produção de balas e artilharia, a acomodação dispersa por várias comarcas da produção de pólvora e a instalação de coude-larias na regiões do Alentejo e Ribatejo.

A nível do ensino da arte militar para os oficiais¹⁷ foi criada a Aula de Fortificações e Arquitectura Militar, que incorporou o corpo de Bombardeiros de Nómima, o que significa a abertura de uma Escola Prática de Artilharia.

Durante a Guerra de Restauração (1640-1668), que coincidiu com os oito anos finais da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) na Europa central, a artilharia portuguesa não chegou a ser organizada militarmente como um ramo do exército com unidades independentes, à imagem das suas congéneres europeias, se bem que passou a

estar sob a direcção de um Tenente-Geral da Artilharia.

A organização militar da artilharia portuguesa da época da Restauração dividia as peças de artilharia em: artilharia de sítio, artilharia de posição e artilharia de batalha. As bocas de fogo eram servidas pelos troços de artilheiros que eram contratados por um período limitado e esta mesma opção de contratos era utilizada para a aquisição de serviços de transporte da artilharia e de munições.

Estas formações agrupadas temporariamente para as campanhas eram denominadas de “trens”¹⁸ de artilharia, e as suas composições não são muito claras, sendo que as descrições que chegaram até hoje indicam no máximo o número de peças e não referem informações sobre o transporte de munições e outros abastecimentos necessários. Como à data ainda não se verificava uma standardização de calibres, é razoável aceitar que estes tinham uma composição muito diversa.

Durante os confrontos da Guerra da Restauração, na Penín-



sula Ibérica a utilização de artilharia no campo de batalha foi sempre muito diminuta, com uma média de cinco ou seis peças, presentes em cada opositor. Quando presente a sua utilização esteve quase ligada ao assédio a praças fortificadas, como se verificou contra Badajoz, Elvas, Olivença ou Valença. Nas campanhas no Brasil¹⁹ as tropas portuguesas em quase todas as situações não registam a utilização de artilharia na sua ordem de batalha.

No quadro das alianças formuladas por D. João IV, a França em 1646 que combatia a Espanha dentro do conflito europeu da Guerra dos Trinta Anos pressionou Portugal a manter uma posição ofensiva sobre Espanha, mas sem grandes sucessos e depois da morte do General Matias de Albuquerque²⁰ em 1647 a guerra na fronteira continental com Espanha passou para uma fase defensiva, numa trégua informal quase perfeita entre 1647-1657, mas o conflito continuou activo nos domínios portugueses da América do Sul (Brasil) e do Oriente.

A data de 1648 marcou o fim da Guerra dos Trinta Anos com os acordos do Tratado de Paz de Westfália. Com a paz os interesses estratégicos franceses foram alterados e o apoio de França a Portugal contra Espanha terminou. Por outro lado, Espanha conseguia aumentar o isolamento diplomático de Portugal e também libertar tropas que estavam empenhadas noutros teatros de guerra europeus, para se concentrar sobre Portugal.

Mas a guerra entre Espanha e França continuou para lá do Tratado de Westfália, razão justificativa para a manutenção da trégua fronteiriça entre Portugal e Espanha que durou até 1657.

No campo diplomático é interessante referir que a relação de Portugal com a Holanda foi marcada por diversos períodos. Inicialmente a Holanda enquanto inimiga de Espanha, entre 1619 e 1648, firmou um acordo de não agressão entre Holanda e Portugal e vice-versa com D. João IV, através do Tratado de Haia de 1641, mas a devolução dos territórios ocupados



no Brasil, Angola e São Tomé e Príncipe não chegou a ocorrer.

No entanto, no Brasil a ocupação holandesa contou com a presença de Maurício de Nassau, entre 1637-1644, o já referido estratega militar holandês à data governador da Companhia da Índias Ocidentais. Na realidade a sua presença foi muito mais que de foro político e militar, estendeu-se a um fomento cultural iluminista que transformou o Recife numa cidade de ideias, gostos e de cultura centro europeia.

Enraizada a colónia holandesa no Brasil, o seu interesse económico era importante para a Holanda, razão por que não tinha a intenção de devolver os territórios ocupados e até existia uma vontade de aumentar a expressão do território.

Depois de uma longa Campanha de Restauração, Portugal conseguiu expulsar os holandeses do Brasil em 1654, já depois de ter expulsado os holandeses de Angola e São Tomé e Príncipe em 1648. Mas no Oriente as campanhas tiveram um desfecho diferente com a perda de Malaca (1641), Colombo

(1656), Ceilão (1658), Caranganor e Cochim (1662) e Bombaim com a ocupação inglesa em 1665.

Depois das guerras ultramarinas, a partir de 1657 e até 1660 Espanha voltou a tomar uma posição ofensiva sobre Portugal continental. Em 1659 Felipe IV de Espanha (o deposto Felipe III de Portugal) conseguiu assinar o Tratado dos Pirenéus (1659) em que ficou em paz com a Inglaterra, França e Holanda. Isto abriu uma nova oportunidade para formar um novo exército para reconquistar de Portugal, com novas ofensivas espanholas sobre o Alentejo e o Minho, onde se pode destacar: a Batalha das Linhas de Elvas (1659), Batalha de Ameixial (1663), Batalha de Castelo Rodrigo (1664) e Batalha de Montes Claros (1665).

Portugal não integrou as resoluções de paz do anteriormente referido Tratado dos Pirenéus e terá sido à margem das mesmas que a delegação portuguesa em Paris terá conseguido a anuência do rei de França para a contratação de um general, com o objectivo de



organizar e modernizar as táticas do Exército português.

Terá sido então por indicação do próprio Turenne²¹ que o general Friedrich Herman von Schomberg, à data ao serviço do exército francês, foi contratado para servir no Exército português.

Será com Schomberg²² em Portugal, que a partir de 1660 o exército português recebe uma forte influência do pensamento militar iluminista centro-europeu, que implicou a introdução da tática francesa na arte da guerra portuguesa, novas formas de apoio logístico, ordem de marcha, de bivaque e ordem de batalha.

Durante a pausa de inverno de 1661, implementou um programa de instrução das tropas portuguesas, à moderna, com o tipo de formações de batalha e manobra já testadas com sucesso por Turenne, mas que encontrou oposição por parte dos oficiais superiores portugueses, em especial em face da alteração dos efectivos das unidades.

Schomberg reduziu e uniformizou os efectivos das unidades de

infantaria e cavalaria, compatibilizando-as com os efectivos das unidades estrangeiras aliadas francesas e inglês e em 1666 introduziu a utilização de fardamento padronizado com casaca à francesa, ou “à la Schomberg”, muito importante para o afirmar do espírito de corpo. Assim, a transformação dos uniformes²³ portugueses data de Dezembro de 1666, com a opção da utilização de fardamento cinzento com forros de cores diferentes de regimento para regimento, ao estilo francês, mas com uma influência do sistema inglês pelas cores dos forros.

Relativamente à artilharia, se bem que nos confrontos com os espanhóis o número de peças tenha aumentado em média, esta arma ainda não tinha conseguido conquistar uma autonomia formal.

Será apenas após a vitória na Batalha de Montes Claros (1665) e na consequência desta última vitória decisiva de Portugal sobre Espanha e da assinatura de um tratado de aliança entre a França e Portugal, em 1667, que se viriam a encontrar as condições mínimas para



o reconhecimento da independência de Portugal por parte de Espanha, com o reconhecimento da Casa de Bragança como dinastia legítima e reinante.

Este Tratado de Lisboa de 1668, em 12 de Fevereiro, foi já assinado na regência de D. Pedro II enquanto ainda regente do reino e em nome de D. Afonso VI, situação que se manteve desde 27 de Janeiro de 1668 até à morte de D. Afonso VI em 1683.

Schomberg voltou ainda a Portugal mais uma vez em 1686, não numa missão militar, mas como parte da missão diplomática francesa, com o plenipotenciário Amelot que veio tratar do segundo casamento de D. Pedro II, uma vez que existia o interesse em colocar uma rainha francesa na corte portuguesa, por parte do rei de França Luís XIV.

Espanha por seu lado tinha todo o interesse em conseguir que D. Pedro II viesse a casar com a irmã da rainha de Espanha e em face às informações obtidas pela missão diplomática portuguesa, viria a ser escolhida Maria Sofia de Neuburgo

filha do príncipe-eleitor do Palatinato do Reno do Sacro Império Romano-Germânico e irmã da rainha de Espanha.

Com a presença de Schomberg em Lisboa, o Conselho de Guerra solicitou-lhe a elaboração de um documento que servisse de orientação à regulamentação da disciplina militar para o Exército português, o que foi redigido e entregue às autoridades portuguesas e traduzido, mas que se pensa que o original se encontra perdido²⁴.

Nesta data, Schomberg já era conhecedor da evolução da organização da artilharia francesa, a qual já se encontrava organizada em regimentos a partir de 1671, data que coincide com a opção francesa de militarizar o pessoal de artilharia.

c. O século XVIII, Portugal e a Europa

O final do reinado de D. Pedro II (1682-1706) e início do reinado de D. João V (1706-1750), atravessam o período da Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), em



que Portugal continental acabou por participar entre 1702 e 1712 e em que o território português da América do Sul, no Brasil, foi atacado por França²⁵ em 1710 e 1711.

Pouco tempo depois da aclamação de D. João V, a 15 de Novembro de 1707 foi estabelecida uma reorganização militar com as Novas Ordenanças, que partiu de um modelo francês numa linha de continuidade reformista iniciada por Schomberg quando esteve pela primeira vez em Portugal.

A partir desta data foi abolida a antiga designação de terço para as unidades administrativas militares e estas passaram a ter a designação uniforme de regimento para todas as armas. A artilharia que até esta data não apresentava uma organização militar formal e permanente, foi organizada em regimentos de 12 companhias, sendo uma de serviço de mineiros. Por outro lado, a artilharia ganhou um comando geral da artilharia, sob a administração de um general de artilharia²⁶.

Com esta a Nova Ordenança de D. João V o Exército passou a

ter uma estrutura de unidades permanentes de: 34 regimentos de infantaria²⁷ (mais guarnições de praças e fortalezas), 20 regimentos de cavalaria e 2 regimentos de artilharia (Regimento de Artilharia da Corte e Armada, e o Regimento de Artilharia do Alentejo). É também durante esta reorganização que as unidades deixaram de ser designadas pelo nome dos seus coronéis e passaram a ter a denominação das suas sedes de aquartelamento.

No que se refere a tropas auxiliares e reservas, a Nova Ordenança de 1707 não fez alterações em relação às Ordenanças de D. Sebastião de 1570, ou seja, não substituiu a organização de terços auxiliares como viria a ser confirmado em 1709.

Em 1715, após ter terminado a Guerra da Sucessão Espanhola o Exército recebeu um licenciamento de unidades de primeira linha, com uma redução para um mínimo funcional que permitisse garantir a operacionalidade de fortalezas e guarda de fronteiras em tempo de paz.



O Exército passou a ter uma estrutura de unidades permanentes de: 20 regimentos de infantaria, 10 regimentos de cavalaria e 2 regimentos de artilharia, aos quais se acrescia dois regimentos de infantaria da Marinha Real²⁸, um regimento da Junta do Comércio de Lisboa²⁹ e um regimento da Junta de Comércio do Porto. Ainda no Reinado de D. João V, em 1735, os regimentos passaram a estar organizados em batalhões e teve início a integração de engenheiros nas fileiras do Exército e tanto as unidades de infantaria como de cavalaria viram as suas fileiras reforçadas em números de homens.

Portugal volta a entrar em conflito armado com Espanha entre 1735 e 1737, se bem que a operação militar apenas se tenha desenvolvido na Banda Oriental do Uruguai, posteriormente conhecida como região Cisplatina e actualmente República Oriental do Uruguai. No território continental europeu não houve hostilidades em face do auxílio solicitado por D. João V à Inglaterra, que manteve em Lisboa uma forte esquadra du-

rante todo o período do conflito. Na América do Sul coube a honra à Marinha portuguesa a defesa dos interesses nacionais e o sucesso do bloqueio a Montevidéu. Este conflito viria a ser sanado com um armistício em 1737, com a mediação de França, Inglaterra e Holanda.

Este conflito veio a marcar em Portugal a separação da responsabilidade do comando do Exército do comando da Marinha, com a formação em 1736 de duas secretarias independentes³⁰: a Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra e Estrangeiros (Exército), e; a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Conquistas (Marinha).

Para além do Brasil, o Exército teve uma intervenção armada na Índia em 1741, com quatro batalhões de infantaria reforçados com 16 canhões de batalhão, quatro peças por batalhão com uma capacidade de fogo de 20 tiros por minuto. Esta força expedicionária do Exército, transportada pela Marinha e numa conjunção de esforços, asseguraram um conjunto de vitó-



rias sobre os Maratas e novas conquistas territoriais no Oriente.

Talvez porque o reinado de D. João V foi um período histórico em que o território português europeu não foi ocupado por estrangeiros, as suas reformas militares não são referidas com a mesma ênfase com que são referidas outras posteriores, como por exemplo a do Conde de Lippe.

É efectivamente a partir de 1707 que as bases do Novo Exército, moderno e profissionalizado com três escalões de prontidão: tropas de primeira linha, com comandos e quadro de tropas permanentes com soldo fixo; uma reserva territorial de tropas milicianas (terços auxiliares de milicianos), com comando e quadro permanente com soldo apenas quando chamados, e; reserva geral (ordenanças do reino) com comando privativo e uma função principal de recrutamento de soldados para as tropas de linha e auxiliares, mas também com a missão de guarnecerem fortificações em caso de guerra.

Dentro do Exército a artilharia ganhou uma estrutura autónoma,

permanente e independente da infantaria e da cavalaria. Foi introduzida a utilização de engenheiros na artilharia, definido uma uniformização dos fardamentos “à Schomberg” e consagrada a sua utilização de acordo com a doutrina militar à francesa (Turenne).

O reinado de D. José I (1750-1777) e as políticas do seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal em 1770, marcaram também um período de reformas militares, em especial na sequência da intervenção de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Mas um facto traumático transversal a toda a sociedade, o Terramoto de 1755 de magnitude 9 com as suas réplicas, incêndios e maremotos, viria a destruir Lisboa e a causar danos elevados em outras localidades de Portugal continental, e a atingir com fortes alterações de marés locais tão longínquos no Atlântico Sul como a orla litoral de Pernambuco, ou Salvador no Nordeste do Brasil³¹.

A reconstrução do tecido industrial em torno da cidade de Lis-



boa, no qual se incluía a reconstrução da Tenência em 1764, data em que a indústria militar de Lisboa passa a ser designada como Arsenal Real do Exército, que se mantém subordinado ao comando do Tenente-General de Artilharia do Reino.

Neste período a Europa estava em guerra e Portugal acabava novamente por ser chamado a intervir, com especial incidência nas zonas fronteiriças com Espanha com acções militares activas durante o ano de 1762, no que ficou conhecido como Guerra Fantástica³² e foi neste contexto que o Conde de Lippe³³ veio para Portugal para comandar e reorganizar o Exército.

D. José I manteve e reforçou os compromissos de Aliança com Inglaterra, através da recusa em aderir ao Pacto de Família³⁴ de 1761, no contexto da Guerra dos Sete Anos³⁵, o que viria a consagrar no final da guerra para Portugal a Colónia do Sacramento, ao Sul do Brasil actualmente parte integrante do Uruguai.

Entre a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714) e a Guerra

dos Sete Anos (1756-1763) a guerra nos campos de batalha evoluiu tecnicamente e a maior evolução centrou-se no poder de fogo e na procura táctica de provocar o maior número possível de baixas no inimigo com o menor número de baixas entre as fileiras.

O modelo militar francês ainda seguido em Portugal desde as Ordenanças de D. João V de 1707, viria a ser substituído pelo modelo militar prussiano imposto pelo comandante supremo do exército contratado em 1762, Wilhelm von Schaumburg-Lippe, o conde de Lippe³⁶, para reorganizar a defesa do reino.

Com um processo massivo de recrutamento que fez passar o exército de 18.000 homens para 40.000 homens³⁷, ainda em 1762, as forças militares de primeira linha passaram a um efectivo de 24 regimentos de infantaria, 1 de voluntários, 10 de cavalaria e 4 de artilharia, sendo que a artilharia passou a estar estruturada em nove companhias de artilheiros, uma companhia de bombeiros, uma



companhia de mineiros e uma companhia de artífices.

Antes da chegada do Conde de Lippe a situação militar do reino era crítica, o que terá levado o Marquês de Pombal, em 1762, a preparar um plano de emergência por precaução, para providenciar a evacuação da Família Real para fora de Lisboa, através de navios da Marinha fundeados com esse objectivo no Tejo.

Em auxílio a Portugal, a Inglaterra enviou em Maio um contingente expedicionário³⁸ de cinco regimentos de infantaria, um regimento de dragões e oito companhias de artilharia, sob o comando do General George Townshend. À chegada do Conde de Lippe em Junho, vieram mais dois batalhões de infantaria suíça.

Com o Conde de Lippe veio a doutrina militar prussiana e principalmente uma nova cultura militar, baseada no brio com recompensa, disciplina militar, honras militares, espírito de corpo, valor profissional e fidelidade ao monarca. A nível estratégico primava o valor da ma-

nobra e choque para destruir o exército inimigo.

A grande reorganização da Infantaria de 1763, com batalhões a sete companhias reflete esse mesmo primado de manobra e choque, uma vez que ao estilo prussiano era expectável que a companhia de granadeiros formasse à parte do seu batalhão e em conjunto com outras companhias de granadeiros de outros batalhões numa unidade específica para choque, enquanto os batalhões permaneciam a 6 companhias de atiradores para executarem táticas de manobra e tiro no campo de batalha.

Se bem que anteriormente à organização de 1735 já houvesse companhias de granadeiros nos batalhões, o número de homens por companhia e o modelo de 600 homens por batalhão não reflecte uma autonomização das companhias de granadeiros no campo de batalha. É a reorganização de companhias a 100 homens, com batalhões a 700 homens, (600 atiradores + 100 granadeiros), que reflete uma adaptação da doutrina militar prussiana no Exército português.



Conceptualmente é possível referir que os batalhões regimentais se reorganizavam no campo de batalha em batalhões de manobra e de choque, sendo que os batalhões de choque (granadeiros) eram formações temporárias de utilização única no campo de batalha e resultantes da conjugação de quatro companhias de granadeiros de outros quatro batalhões de infantaria.

A doutrina militar prussiana do Conde de Lippe veio colocar um novo princípio estratégico³⁹ ao Exército português em campanha: o objectivo principal de destruição do exército inimigo e não o de destruição das suas praças-fortes,

mas também o objectivo de regular o movimento inimigo por um conjunto de ataques de atrito, até ser obtido uma posição militar vantajosa. Reflexo deste pensamento estratégico foi a campanha da Guerra Fantástica (1762) conduzida pelo Conde de Lippe.

A reorganização de 1763 ficou também ligada a uma alteração do plano de uniformes, ao restauro de fortificações e a um investimento em reformas na indústria militar portuguesa que se adaptou a modelos tecnológicos já implementados em potências militares centro europeias.

O século XVIII, época do

Tab. 1 - Organização Orgânica da Infantaria

Infantaria	Regimento	Batalhão	Companhias
D. João V (1707) (1707-1715) 34 Regimentos (1715) 20 Regimentos	(1707-1735) <u>1</u> Batalhão (1735) <u>2</u> Batalhões	(1707) 12 Companhias (11 Atiradores + 1 Granadeiros) (1735) 10 Companhias (<u>9</u> Atiradores + 1 Granadeiros + 4 peças de artilharia)	(1707) Companhias de 50 homens (Batalhão de 600 homens) (1735) Companhias de 60 homens (Batalhão de 600 homens)
D. José I (1763) 24 Regimentos no Continente <u>3</u> Regimentos no Brasil	(1763) <u>2</u> Batalhões	(1763) <u>7</u> Companhias (6 Atiradores + 1 Granadeiros)	(1763) Companhias de 101 homens (batalhões de 700 homens)

Fonte: elaborada pelo autor



Marquês de Pombal, marca uma viragem na base económica de Portugal em que o tráfico marítimo com o Brasil passou a ser tão importante como era o tráfico marítimo com a Índia no século anterior, e daí a um ressurgir do poder da Marinha Real portuguesa, mas também o plano de reestruturação da defesa da Baía de Guanabara, cidade do Rio Janeiro, sede do Vice-Reino do Brasil.

Em 1776, Espanha voltou a atacar o Sul do Brasil (Sacramento), em pleno período da Guerra da Independência⁴⁰ dos Estados Unidos da América (1775-1783), ou seja, aproveitou a oportunidade internacional da Inglaterra se encontrar fragilizada e com menor capacidade para deslocar forças expedicionárias para Portugal em caso de guerra aberta entre Espanha e Portugal.

Esta situação levou a uma mobilização geral do Exército português e ao artilhar da Marinha para um novo conflito continental com Espanha, mas a morte do Rei D. José I a 24 de Fevereiro de 1777 destruiu os planos militares nacio-

nais de abrir uma guerra contra Espanha na Europa.

O reinado de D. Maria I (1777-1816) iniciou-se com uma resolução diplomática⁴¹ de cedências territoriais de ambas as partes, num exercício de formação de fronteiras no Sul do Brasil.

Iria-se seguir um novo e longo período guerra generalizada na Europa, em resultado da Revolução Francesa (1789) e com esta aproximou-se um novo teste às capacidades militares do Exército português.

Em 1793, dentro da Primeira Coligação⁴² das monarquias europeias para travar a França revolucionária, Portugal iniciou um novo ciclo militar de acções em solo europeu com a Campanha do Rosilhão⁴³, onde desta vez esteve ao lado de Espanha contra a França. Mas esta sintonia com Espanha duraria pouco tempo e em 1798, já na Segunda Coligação (1798-1802) contra a França revolucionária, Portugal e Espanha voltaram a estar em lados opostos das barricadas.



É neste período (1797) que se realiza a alteração da denominação de Terços de Milícias, para Regimentos de Milícias, numa demonstração de vontade de reorganizar estas tropas auxiliares como tropas efectivas para campanha, à imagem dos exércitos centro-europeus austro-húngaro e prussiano e que incluiu a honra de utilizar bandeiras regimentais fornecidas pelos arsenais⁴⁴.

Com uma organização de um batalhão por regimento de milícias, refira-se que os regimentos de linha tinham dois batalhões, tentava-se alcançar um reforço efectivo de tropas para campanha. Ainda em 1801, são criados dois batalhões de infantaria ligeiros (caçadores) a partir de voluntários das Ordenanças.

Não é de menos referir as expedições navais (1798-1800) do Marquês de Nisa no Mediterrâneo, onde se distingue o Bloqueio a Malta (1798) e a colaboração com a Esquadra inglesa de Lord Nelson.

A evolução da guerra contra a França revolucionária no ano de 1799, em que a França retirou da

República de Nápoles e abandono da Campanha do Egipto (1798-1799) por parte de Napoleão Bonaparte, levaram a Corte portuguesa a considerar um fim próximo do estado de guerra e a desmobilizar tropas com o intuito principal de redução da despesa do erário público, simultaneamente acompanhado por uma retirada de tropas britânicas que estavam estacionadas em Portugal continental.

Na sequência da Segunda Coligação, Carlos IV de Espanha viria a declarar guerra a Portugal com o ultimato de fevereiro de 1801, Guerra das Laranjas (1801). Em reacção Portugal efectuou uma apressada mobilização de tropas⁴⁵ para defesa da fronteira. Espanha acabou por invadir Portugal e na fronteira do Alentejo tomou a Praça de Olivença. No Brasil a guerra estendeu-se sobre a fronteira do Rio Grande do Sul.

Portugal sentiu a necessidade de procurar rapidamente um tratado de paz, Tratado de Badajoz (1801), ratificado pelo Tratado de Madrid (1801) perante a ameaça da intervenção de tropas francesas



estacionadas em Espanha junto à fronteira guardada pela Fortaleza de Almeida. Apesar da devolução dos territórios e fortificações conquistados por Espanha, a Praça de Olivença nunca viria a ser restituída. Foram, ainda, acordados um conjunto de rectificações de fronteira no Brasil com Espanha no Sul e com França no Norte (Guiana Francesa).

Em 1806, uma nova reforma do Exército encontrava-se em face de implementação, se bem que já discutida desde 1803⁴⁶, quando em 1807 Portugal é invadido por tropas francesas e a Corte é retirada para o Rio de Janeiro, no Brasil.

O FINAL DO SÉCULO XVIII E A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA MILITAR

Como pudemos depreender da evolução das estratégias militares europeias, o século XVIII foi palco de inúmeras inovações que estabeleceram padrões base para a produção e para o modo de emprego da artilharia no futuro.

As peças de artilharia que se encontravam nos campos de batalha no início do século XVIII eram grandes, muito pesadas e os seus reparos não permitiam um fácil transporte das mesmas, mesmo sobre as estradas existentes na Europa.

Para além dos problemas inventariados com a própria utilização das peças de artilharia, existiam outros problemas relacionados com a mobilidade e transporte das mesmas, em parte consequência da incapacidade dos exércitos profissionais europeus da época manterem meios logísticos próprios em tempo de paz, para o transporte dessas enormes peças de artilharia, que quando necessário em guerra esse mesmo transporte ficava a cargo de empreiteiros civis contratados, que pela própria natureza humana os levavam a evitar ao máximo a permanência na frente de batalha, o que acrescentava um problema tático de mobilidade para a artilharia.

Esta circunstância levava a ser comum que fossem os artilheiros a deslocar manualmente (prolongas-



sem) as suas peças no campo de batalha. Esta situação, mais uma vez levava a que as pesadas peças de artilharia pouco, ou nada, se movessem durante o decurso da batalha, especialmente se o terreno fosse acidentado ou ainda mais se este fosse difícil.

Podemos considerar a Batalha de Narva (1700), onde a Suécia derrotou uma força muito superior russa e lhe capturou a quase totalidade da artilharia, o ponto de partida para todo o processo europeu de iluminismo militar, personalizado com a decisão do Czar Pedro o Grande (1682-1725) reformular a artilharia do seu Império⁴⁷. Com o apoio do emigrado escocês James Daniel Bruce, Conde Jacob, a artilharia russa passou a produzir peças mais leves (maior mobilidade) e uniformizou o desenho dos reparos e dos armões.

A evolução ainda anterior ao sistema Vallière terá sido o da Prússia de 1731, com o sistema de Christian von Linger (M1731), que desenvolveu um sistema de normalização na produção de peças de artilharia, com os calibres: 3, 6, 12

e 24 libras, o que tornou muito mais fácil a produção massiva de munições. Esta normalização foi copiada e desenvolvida pelos austríacos, em 1753, e viria posteriormente a ser adoptada pela generalidade dos países europeus, excepto a França, a Espanha e alguns pequenos Estados alemães⁴⁸, que seguiram a normalização francesa de 4, 6, 8 e 12 libras.

Um outro e importante passo foi dado por Daniel Bernoulli (1673-1761), matemático e engenheiro militar ao serviço da Prússia, com a publicação do seu trabalho “*Le bombardier français, ou, nouvelle méthode pour jeter des bombes avec précision*”, de 1731, onde publicou a descoberta que era possível reduzir a carga explosiva sem diminuir o alcance da arma. As implicações foram imediatas: se era possível diminuir a carga explosiva, então era possível fazer os tubos das peças com menor espessura e consequentemente mais leves⁴⁹.

Isto viria a configurar a uma vantagem tecnológica para a artilharia prussiana durante a Guerra



da Sucessão Austríaca, que adaptou estes princípios de Bernolli. Outra descoberta prussiana em 1747, o parafuso elevatório de Ernst von Holtzmann, que foi prontamente copiado pelos austríacos.

É efectivamente a partir da segunda metade do século XVIII que a artilharia começou a ser militarizada e deixou o seu estatuto de armamento em stock para utilização pontual e limitada. Com a arregimentação e autonomização orgânica, generalizou-se a presença de peças de vários calibres nos campos de batalha, mas o seu transporte e o das munições continuaram a ser genericamente efectuados por contratado a civis⁵⁰.

A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é um exemplo da utilização de peças de artilharia em posições fixas no campo de batalha, que se bem escolhidas podiam influenciar em muito o desfecho das mesmas. Também se verificou a introdução de canhões de batalhão, pequenas peças de 3 ou 4 libras, movidas manualmente com a função de aumentar o poder de fogo das linhas de infantaria.

Estas limitações operacionais da artilharia e o potencial intrínseco da mesma, levaram a que a maioria das nações europeias efectuassem estudos e investimentos para melhorar os seus sistemas de artilharia, através da procura de novas soluções no âmbito da capacidade de tiro, mas também na procura de novas soluções no âmbito da capacidade de deslocação das mesmas, o que levou ao aparecimento de novos processos de fabricação (fundição) dos canos, mas também relacionadas com o desenho dos reparos e trens de munições.

A forma de utilização da artilharia viria alterar o rumo da história militar e tal foi a sua importância que a escola prussiana de Frederico II (1740-1786), viria a colocar a França em segundo lugar como potência militar durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

A doutrina militar de Frederico II incluía a compreensão da superioridade do poder de fogo e a necessidade de aumentar a cadência de tiro, o que por exemplo conseguiu a partir de 1740 com uma inovação simples ao nível da infan-



taria, com a substituição das varetas quebráveis de carregamento em madeira dos mosquetes, por varetas de ferro, e através da simplificação da manobra de carregamento (drill), “*uma infantaria com tiro rápido vence uma infantaria com tiro lento*”. Mas no final da guerra (1763) o Exército prussiano já não se mostrava aquela máquina de combate de há 20 anos e foi perdendo supremacia no campo de batalha, perante outras nações.

No entanto, a ascendência e a imagem da escola militar prussiana mantinham-se inalteradas nos ciclos diplomáticos e a sua influência foi introduzida em Portugal com o Conde de Lippe, no reinado de D. José I, como foi em Espanha e na Rússia, mas também como modelo copiado na Áustria e influenciou a redacção dos regulamentos militares de França de 1791, posteriormente utilizados durante a Revolução Francesa e ao longo das Guerras Napoleónicas⁵¹.

A nível do conceito de “nova artilharia”, esta passou a ser sinónimo de artilharia “tipo Gribeauval”⁵², mas esta foi o resultado

de várias influências que Gribeauval foi recolhendo de desenvolvimentos implementados previamente pelos holandeses, austríacos e os próprios franceses, se bem que regulamentados de forma estruturada e inovadora por si.

Todas as fases de desenvolvimento por que passou arma de artilharia, viriam a ser determinantes para o estado da arte no período napoleónico, especialmente pelas novas possibilidades tácticas que foram oferecidas com o poder de fogo e a sua mobilidade no campo de batalha.

Uma das primeiras problemáticas saídas da experiência em batalha e em campanha foi a necessidade de organizar as peças por tipos e características, de modo a extrair o maior potencial táctico possível.

Nos seus três tipos base: canhões, obuses e morteiros, cada tipo apresenta as suas características relacionadas com a trajectória de tiro: canhões tiro tenso; obuses tiro ligeiramente curvo (baixa amplitude) e longo, e; morteiros de tiro de grande curvatura (alta am-



plitude) e curto, isto em muito relacionado com comprimento do tubo da peça e ângulo de tiro. Também associado às características estava o tipo de munição primária: canhão com bola de ferro, obuses e morteiros com munição explosiva, sendo que para canhões e obuses também eram utilizadas munições de metralha, muito eficiente como antipessoal a curta distância.

Se fosse possível marcar um momento em que a artilharia passou a ser uma arma científica, esse poderia ser o da publicação do livro *New Principles of Gunnery* de Benjamin Rodins⁵³, em 1742.

A forma como foi sendo organizada a artilharia e como a evolução tecnológica resultou em novas possibilidades táticas no campo de batalha foi o resultado de opções de vários directores da arma de artilharia e engenheiros metalúrgicos, dos quais seleccionámos Vallière, Liechtenstein e Gribeauval.

a. O Sistema Vallière (1732)

A artilharia em França apresentava um número muito elevado

de padrões de fabrico durante a época da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714) e viria apenas a ter uma primeira sistematização de produção de peças em 1732, com Florent-Jean de Vallière, Director da Arma de Artilharia de França nesse ano.

Com Vallière foram introduzidas em 1732 melhorias técnicas ao nível do processo de fundição, que seguia os padrões de produção suíços dos irmãos Keller (1699), ainda de fundição com núcleo central tipo sino⁵⁴.

Com as peças fundidas em moldes tipo sino, refira-se moldes com um núcleo central cerâmico, a perfuração da peça para finalizar o seu interior (alma) sobre o espaço deixado pelo molde permitia rectificar imperfeições na produção do tubo das peças, mas estes eram essencialmente muito pesados. Uma outra característica desta época era a profusa decoração dos tubos com ornamentação figurativa (golfinhos), desenho e inscrições na superfície dos tubos, culatra e cascavel.



Um dos valores do sistema Vallière foi a padronização dos modelos das peças de artilharia com a produção de canhões de 4, 8, 12, 16 e 24 libras (Modelo 1732), o obus de 8 polegadas (Modelo 1743) e o morteiro 12 polegadas, mas não introduziu uma distinção formal entre peças de campanha e de posição. O padrão de peças de 6 libras foi eliminado da produção.

As peças do sistema Vallière no início da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foram consideradas as melhores da Europa, mas acabaram por ser tecnologicamente ultrapassadas pelas peças Modelo 1753 do sistema Liechtenstein austríaco.

Tab. 2 – Reparo Vallière M1732

Sistema Vallière M1732	Comprimento do bloco	Diâmetro do rodado
Reparo 8pdr	307cm	146cm
Reparo 12pdr	397cm	157cm

Fonte: elaborada pelo autor

b. O Sistema Liechtenstein (1750)

A superioridade do Exército prussiano durante a Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748) levou o Príncipe Liechtenstein⁵⁵, então Director da Artilharia do

Exército Austro-Húngaro em 1744, a investir numa reforma da arma de artilharia austríaca com o estabelecimento uma escola de artilharia e a implementação de um regulamento (1750) com um novo sistema de artilharia baseado em três grupos de peças, mas que não incluía morteiros⁵⁶.

A regulamentação de 1750 estruturava desta forma o parque de artilharia austríaco em: grupo peças de campanha, com canhões de batalhão de 3 libras e canhões de posição de 6 e 12 libras; grupo de peças de bateria ligeira, com canhões de cerco de 12 e 24 libras de tubo curto, e; grupo de peças de bateria pesada, com canhões de cerco de 12 e 24 libras de tubo longo. A isto acrescentavam-se os obuses 7 polegadas e 10 polegadas, mas a produção deste último modelo foi rapidamente abandonada.

As peças produzidas após a reorganização ficaram conhecidas como sendo Modelo 1753 Sistema Liechtenstein, apesar dos desenhos serem de 1750 e 1752. Estas alcançaram uma reconhecida qualidade à data da Guerra dos Sete Anos



(1756-1763) e foram alvo de cópia por outras nações, como por exemplo no modelo de canhão de 12 libras da Prússia.

A modernização da artilharia também esteve ligado a uma renovação dos métodos de produção de peças, com a contratação de fundidores vindos da Suíça e aquisição de máquinas de perfuração horizontal, mas também a uma normalização de peças transversais aos reparos dos vários modelos de peças e uma normalização do tamanho das rodas, algo inovador e muito útil. Associou, ainda, à artilharia regimentos de fuzileiros artilheiros para apoio à deslocação e defesa das peças no campo de batalha⁵⁷.

Não é de menos referir que Gribeauval trabalhou com o Príncipe Liechtenstein quando serviu no Exército austríaco e que estes conceitos organizativos influenciaram o seu futuro modelo de organização para a artilharia⁵⁸.

Tab. 3 – Inovações do sistema Liechtenstein M1753

Sistema de mira e parafuso elevatório
Estandardização do equipamento dos artilheiros
Estandardização das carroças de munições, puxadas a dois cavalos
Introdução de um segundo par de apoios nos reparos para os munhões das peças de 12 e 18 libras, para uma melhor distribuição do peso da peça no reparo em longas deslocações
Utilização do princípio de estandardização de peças com funções comuns em reparos e armões
Redução do comprimento do cano em um terço e o retirar da maior parte das decorações para diminuir o peso dos canos
O bricole (arnês ou cordas de puxar para os homens) e as varas para permitir que os artilheiros movessem a peça com maior facilidade, sem a necessidade de ser atrelada ao trem para pequenas deslocações.
Arredondamento do patim traseiro do reparo, para permitir que a peça pudesse ser puxada (prolonge) por uma corda ligada a uma parelha de cavalos sem ter a necessidade de ser atrelada (limber up), em emergências.

Fonte: elaborada pelo autor

c. O Sistema Gribeauval (1765)

Uma nova evolução da arma de artilharia foi observada a partir do final da década de 1760, com o redesenho segundo novos concei-



tos tecnológicos defendidos por Jean Baptiste Gribeauval, que padronizou o processo de produção desde a fundição ao design das peças até à organização orgânica de toda a logística regimental com a separação em grupos: campanha, posição, cerco e costeira, à normalização dos reparos, armões e trens.

A vantagem estrutural do sistema Gribeauval sobre outras reformas anteriores foi a possibilidade de ter acesso a um novo e inovador método de fundição por bloco com brocagem da alma, que permitiu transformar as peças de artilharia em mais leves e mais precisas.

Antes desta tecnologia desenvolvida pelo holandês Benjamin Robins⁵⁹ em 1742, e posteriormente aperfeiçoado em 1747, as peças eram fundidas em torno de um molde com um núcleo central (tipo sino) difícil de garantir a centralidade durante a injeção do metal.

As novas peças fundidas em bloco, sistema Maritz, e brocadas tinham a vantagem de apresentarem uma alma perfeitamente centrada, o que as tornava consequen-

temente mais precisas. Outra vantagem da fundição em bloco e brocagem era a obtenção de um material mais homogêneo, menos falhas de rigidez. Com a brocagem alma podia ter uma maior precisão no calibre e a possibilidade de ter paredes mais finas, o que consequentemente criava peças de artilharia mais leves.

Outra vantagem foi a de garantir a possibilidade de utilizar uma munição cilíndrica de maior diâmetro, menor vento (espaço entre a bala e a parede da alma), em face da perfeição das paredes da alma, que consequentemente permitiu a utilização de menores cargas de pólvora para se obter o mesmo efeito de fogo.

Mas Gribeauval não ficou por aqui e introduziu novos desenhos de reparos e armões, normalizou a produção de peças e rodas e militarizou os condutores de artilharia, o que transformou a artilharia francesa da época napoleônica na melhor da sua época⁶⁰.

Esta evolução não foi fácil de implementar em França, em que muitos oficiais pretendiam manter



a artilharia do sistema Vallière, que se mostrava robusta, mas muito pesada, e só em 1776 após a morte do filho de Vallière é que Gribeauval foi nomeado Inspector-General da Artilharia do Reino de França e as suas ideias começaram a ser aplicadas.

Tab. 4 – Inovações do sistema Gribeauval M1765

Eixos metálico nos reparos para maior robustez
Aumentou o diâmetro das rodas para facilidade de movimento em terreno acidentado
Introdução de um novo sistema de mira colocado na parte traseira do cano do canhão (1789)
Introduziu um sistema de placa elevatória para substituição do parafuso do sistema Liechtenstein M1753
Introduziu as descobertas de Lavoisier (1775) sobre o controlo químico das capacidades explosivas da pólvora e reduziu as quantidades de pólvora utilizada nas cargas.
Introduziu as tabelas matemáticas de tiro de Jakob Manson, que permitiam calibrar o tiro entre o ângulo da peça e o seu alcance, e calibrar entre a quantidade de pólvora utilizada e o seu alcance.
Restringiu a produção de peças de artilharia para os calibres de 4, 8, 12, 16 e 24pdr e aboliu a produção de modelos pequenos, médios e longos, para só um modelo de cano (normalização da produção).

Fonte: elaborada pelo autor

A sua sistematização bebeu influências do sistema Liechtenstein (M1753) e de outros, como por exemplo para a concepção dos reparos, na introdução de eixo metálico para os rodados de artilharia, ou novidades como o aumento do diâmetro das rodas para facilitar o movimento em terreno acidentado e a normalização dos manchegos (carroças de munições).

Tab. 5 – Reparo Gribeauval M1765

Sistema Gribeauval M1765	Comprimento do bloco	Largura do bloco	Diâmetro do rodado	Eixo
Reparo 8pdr	286cm	9,5cm	146cm	209cm
Reparo 12pdr	303cm	10,8cm	146cm	209cm
Reparo Obus 6.8in	341cm	10,8cm	146cm	209cm

Fonte: elaborada pelo autor

Mas seria o redesenho das peças, em 1761, para as tornar o mais leves possível, a redução do comprimento do cano que apresentavam dimensões entre 20 e 24 calibres no sistema Vallière para uma normalização de 18 calibres para todos os modelos e uma reposição dos munhões para maior estabilidade das peças, permitiram a criação das peças de artilharia modernas⁶¹ e o sucesso do sistema Gribeauval (M1765/77).



d. Outras realidades

A Rússia⁶² foi forte na sua arma de artilharia durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) onde apresentava peças de 3 libras para apoio à infantaria e 6, 8 e 12 libras para baterias de posição. Será, no entanto, interessante referir uma arma secreta russa em 1759, um canhão de 18 libras de alma lisa, mas elíptica, e não circular como todas as outras peças de artilharia europeias, que resultava na particularidade de ter a capacidade de fazer uma maior dispersão no tiro curto de metralha.

Em 1758 desenvolveram modelos de artilharia de 8, 10, 20, 40 e 80 libras tipo licorne, um cruzamento entre canhão e obus. Estas armas de alma cônica variavam o calibre da munição para variar o comprimento útil do tubo, ou seja, quanto maior o calibre da munição menos esta descia ao longo do tubo e conseqüentemente o seu disparo tinha uma trajectória mais curva, uma variação controlada entre tiro tenso e tiro curvo. Estas peças eram fundidas em ferro e o seu

peso levava a que fossem montados em grandes e pesados reparos.

Em 1805, em plena Guerra Napoleónica, a Rússia viria a efectuar uma reorganização⁶³ da sua artilharia e retirou as peças antigas de 3, 6, 8, 12 libras e as tipo licorne para reserva em arsenais e implementou um sistema de 6 e 12 libras como peças de campanha e 10 e 20 libras licorne para posição, um desvio notável à padronização contemporânea de outros exércitos europeus.

A Prússia⁶⁴ de Frederico II (1740-1786) entrou numa corrida de armamento contra a produção de artilharia austríaca e para tal adaptou o sistema de Christian von Linger (M1731), em que seguiu uma normalização para as peças de artilharia em calibres de 3 e 6 libras para suporte à infantaria e peças de calibre de 12 e 24 libras para baterias de posição.

Em 1792 era organicamente regulamentar a presença de peças de artilharia em batalhões de infantaria. Em 1805 teve início um processo para descontinuação das peças de calibre 3 libras até então



utilizadas e um esforço de incremento da produção de peças de 6 libras para a infantaria⁶⁵. A Prússia viria a introduzir alguma tecnologia russa e a desenvolver em paralelo com as peças de calibre de 6 libras de alma lisa cilíndrica, peças de alma lisa cônica (licorne), em modelos 1742 e em modelos 1754.

A Espanha⁶⁶ introduziu o sistema Vallière em 1743. Em 1770 começou a adotar a produção das fundições de Sevilha e de Barcelona ao sistema Gribeauval e a partir de 1783 toda a sua produção já era efectuada de acordo com os padrões Gribeauval.

Antes de 1803 eram utilizados como norma os calibres 3, 9, 12 libras e em 1803 o Governo de Godoy reorganizou o sistema para que ficasse idêntico ao francês, mas genericamente apenas utilizavam peças de 4 e 8 libras. Mesmo assim, a introdução destes calibres trouxe grandes problemas logísticos de abastecimento, numa profusão de múltiplos calibres que ainda se mantiveram a serem utilizados em simultâneo⁶⁷.

Será interessante referir que o Exército francês na Península Ibérica utilizou, em adição às suas peças nacionais, peças Gribeauval essencialmente capturadas aos espanhóis, mas também peças austríacas capturadas anteriormente em campanhas na Europa central.

A Inglaterra⁶⁸ recebeu uma vasta influência dos sistemas de artilharia continentais⁶⁹. A tradução de obras sobre balística, como de Euler de 1745 e de outros matemáticos elevaram a formação dos artilheiros. Entre 1755 e 1758, as fundições inglesas começaram a produzir de acordo com o método de Maritz e a utilização de máquinas de brocagem horizontal.

Em 1760 as armas desenhadas por Armstrong-Frederick (M1760): canhões de 3 e 6 libras e obuses de 5,5 e 8 polegadas, foram em muito influenciadas pelo sistema Vallière M1732. Seguiram-se as armas compridas e pesadas de modelo Desaguliers (M1778) de 3, 6 e 12 libras de influência prussiana, novos modelos Blomefield (M1789) já com a inovação de peças curtas e longas do mesmo calibre e em



1805 a introdução do modelo M1805 de 9 libras.

Uma inovação que viria a distinguir os reparos da artilharia inglesa das suas congêneres continentais, foi o reparo de bloco simples de Sir William Congreve que entrou ao serviço inicialmente em 1766 com peças curtas de 3 libras e posteriormente passou a ser o modelo padrão para as peças de 6 libras.

Este reparo tipo inglês serviu com sucesso na Guerra da Independência da América (1775-1783) e na Flandres (1795). Em 1797, foi introduzido um novo tipo de reparo mais robusto, o Butler M1797, onde é evocada uma especial referência para o conhecimento obtido em Portugal para a produção dos rodados. O modelo de reparo simples Congreve M1766 continuou a ser utilizado até 1811.

PORTUGAL E A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA ARTILHARIA

Em Portugal existia desde longa data a tradição de produzir peças de artilharia em bronze, que

se distinguiam dos desenhos espanhóis por serem menos ornamentadas.

Durante os séculos XVII e XVIII a produção seguiu os processos de fundição franceses. O ano de 1762 pode ser considerado a data a partir da qual o Exército dá início a uma modernização da arma de artilharia, isto na sequência da Guerra Fantástica (1762) e com a chegada do Conde de Lippe a Portugal, mas também da presença do pouco conhecido Guillaume-Louis-Antoine de Valleré (1727-1796), oficial engenheiro de artilharia contratado pelo Conde de Lippe para modernizar a produção de artilharia portuguesa e que entre outras funções foi comandante do Regimento de Artilharia de Estremoz.

Nesta data a cor base dos reparos de artilharia era a de verde-oliva, à francesa, e as partes metálicas em bronze em polido, ou se em ferro em pintado a preto. Isto em substituição da cor vermelha utilizada anteriormente para pintar a madeira, sempre que não se optava pela cor natural.



Na correspondência de Valleré com o Conde de Lippe, datada de 10 de Agosto de 1763, foi referido um ponto de situação sobre como se encontrava a artilharia na província e na capital. No seu relatório sobre o estado degradado em que se encontrava, por exemplo, refere que só encontrou quatro trens de artilharia completos⁷⁰, fez também referência a uma inexistência de padronização dos calibres das peças de artilharia: canhões longos de 6 libras, curtos de 5 libras, portugueses de 5 libras, portugueses de 4 libras, 3 libras, 1 libra e obuses de 8 polegadas.

A situação viria a ser alterada com a Direcção do General Bartolomeu da Costa⁷¹ na Arma de Artilharia e com a colaboração de Valleré, que reorganizou e incrementou uma produção⁷² moderna de peças de artilharia de calibres normalizados e mais leves fundidas no Arsenal Real do Exército⁷³.

A normalização de calibres das peças de artilharia de influência austríaca, com o padrão de 3, 6, 9 e 12 libras para peças de campanha e 18 e 24 libras para peças de

posição⁷⁴, foi efectuada com os novos fornos de fundição e a utilização de modernos tornos de brocagem horizontal.

O engenheiro-militar Valleré viria ainda a desenvolver um reparo especial para a artilharia, o reparo de varais específico para peças curtas de 3 libras, que deu à artilharia de montanha e de batalhão uma maior mobilidade para manobra em terreno acidentado e que aumentava a facilidade para acompanhar as unidades de infantaria.

Não é de menos referir a grande interligação entre a artilharia e a engenharia a partir desta data, depois das reformas do Conde de Lippe (1763) com a incorporação de engenheiros-militares nas fileiras de cada Regimento de Artilharia, em especial nas Companhias de Bombeiros, Artífices e Mineiros.

Como já referido a artilharia teve um papel importantíssimo na defesa e preservação das praças ultramarinas e neste âmbito é lícito referir a associação de engenheiros-militares neste papel. Mas no Brasil esse papel ultrapassou a



cartografia-militar e a construção de fortificações, primeiro integrados nas companhias de Infantaria (1752), de Artilharia (1763) e posteriormente no Real Corpo de Engenheiros (1792).

No reinado de D. José I (1750-1777) Portugal encontrava-se economicamente muito dependente do ouro vindo do Brasil e neste contexto, a alteração da administração do território do Vice-Reino do Brasil, com a passagem da sede de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro (1763) viria a implicar a ampliação e modernização do sistema defensivo da Baía de Guanabara pelos engenheiros-militares portugueses, que também viriam a influenciar o desenvolvimento urbanístico e arquitetural da cidade.

Nesta data o Arsenal Real de Lisboa apresentava limitações de produção em face das obras de reconstrução após o Terramoto de 1755, mas também obras de modernização que concorriam em simultâneo.

Para complementar o material de guerra recebido de Lisboa e

manutenção do material guardado na Casa do Trem do Rio de Janeiro (1762), houve a necessidade de associar localmente oficinas que posteriormente formaram uma unidade fabril onde se fabricaram e repararam armas⁷⁵. A Casa de Armas da Fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro (1765) e a Casa do Trem formavam no seu conjunto o Arsenal do Rio de Janeiro.

A produção de pólvora para o Exército no Brasil apenas seria implementada mais tarde, quando Príncipe Regente D. João revogou em 1808 a proibição de instalação de fábricas e manufacturas no Brasil e instalou a Real Fábrica de Pólvora (1808) no Rio de Janeiro⁷⁶.

A importância do ouro das Minas Gerais no início do século XVIII criou a necessidade de complementar as ordenanças locais com tropas metropolitanas. A nível da artilharia existiam guarnições de pé-de-castelo nas capitâncias⁷⁷ e em 1739 capitania da Bahia existia um troço de artilharia a dez companhias. Em 1763 para combater os espanhóis no Sul foram enviados do continente europeu três regimentos



de infantaria de linha: Bragança, Estremoz e Moura⁷⁸, para auxiliar a força militar no Brasil. A formação do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro⁷⁹ foi organizada em 1765 e em 1779 apresentava uma orgânica de 10 companhias: 7 de Artilheiros, 1 de Bombeiros, 1 de Mineiros e 1 de Artífices.

Se bem que tenha sido reportado que o Arsenal Real do Exército tivesse a capacidade de fundir uma peça por dia⁸⁰ em 1763, Portugal não tinha uma produção que habilitasse a Nação a responder a todas as solicitações do Exército e da Marinha. Este problema era crónico existindo sempre falta de peças de artilharia para os navios e fortalezas ultramarinas, o que muitas vezes implicava a importação de armamento pesado.

Já no reinado de D. Maria I (1777-1816) e no contexto das coligações contra a França revolucionária, as defesas marítimas e terrestres (metrópole e Brasil) iniciaram um novo ciclo de melhorias, com especial atenção para a artilharia nas principais fortificações⁸¹.

O Exército português entrou em acção na Campanha do Rossilhão (1796) com uma força expedicionária organizada no modelo prussiano do Conde de Lippe, apoiada por canhões de 3 e 6 libras e obuses 6 polegadas modernos e fabricados no Arsenal Real do Exército, mas passados 40 anos sobre a data do Terramoto ocorrido em Lisboa, Portugal continuava a importar peças de artilharia para completar as necessidades operacionais, tal como se verificou nesta data com a importação de 20 peças de artilharia inglesas⁸² com todo o trem completo.

A artilharia regimental com canhões de batalhão de 3 libras, tinha sido modernizada com os reparos de varais⁸³ e as baterias de campanha estavam mais leves o que lhes habilitava uma maior manobra táctica. No entanto, as experiências recolhidas em campanha no estrangeiro, em 1797, vieram a produzir uma experiência de trem de artilharia com maior mobilidade, denominado de artilheiros-cavaleiros, mobilizada a partir da



Legião de Tropas Ligeiras, em 1803 e abandonada em 1804.

Após a morte Bartolomeu da Costa, em 1801, a Direcção do Arsenal Real de Lisboa foi assumida por Antoine Napion⁸⁴ que prosseguiu o esforço de normalização da artilharia e introduziu novas pesquisas no campo dos explosivos e um estudo comparativo com pólvoras de outras nações: Inglaterra, França e Prússia.

O relatório de recenseamento do armamento das fortalezas e dos trens do reino efectuado entre 1802 e 1803, demonstrou a continuação da inexistência de uma uniformização de calibres de artilharia e as consequentes dificuldades logísticas de abastecimento que se deparavam⁸⁵ em face dos múltiplos calibres encontrados ao serviço. Nesse mesmo relatório foram identificadas peças de ferro e de bronze e as suas respectivas dotações de munições.

A primeira Invasão Francesa (1807-1808) veio transformar por completo as características da actividade do Arsenal Real do Exército. Depois de 1808 a maior parte

do armamento foi importado da Inglaterra, tanto ao nível de armas pessoais, como de peças de artilharia, reparos e trens.

O Arsenal Real do Exército de Lisboa voltou a produzir a partir de 1809, especialmente peças de artilharia de campanha para o exército continental de 3 e 6 libras, mas a partir de 1810 também produziu peças para responder às encomendas do Príncipe Regente D. João para rearmar as fortalezas e o Exército no Brasil.

É a partir desta data que o Arsenal Real do Exército começa a produzir reparos de artilharia do modelo inglês de bloco simples, assim como os restantes carros do trem e a data em que a cor base da artilharia passa a cinzento e as partes metálicas pintadas a preto.

Entre 1797 e 1807 a infantaria foi perdendo as suas peças de 3 libras, que foram posteriormente utilizadas para formar as baterias de montanha⁸⁶, bastante apropriadas à geografia continental europeia de Portugal. A utilidade deste tipo de artilharia na Península Ibérica levou os britânicos em 1809 a



enviarem peças de 3 libras em reparo de montanha desmontável para transporte em dorso de animal, com o objectivo de reforço da sua artilharia em Portugal. A experiência positiva reconhecida na utilização de baterias de montanha portuguesas na Guerra Peninsular terá influenciado a organização⁸⁷ deste tipo de baterias na artilharia inglesa.

Neste período (1806-1814) a nível regimental a artilharia estava organizada a dez companhias, brigadas em baterias de duas companhias, formada por dois canhões de 3 libras, dois de 6 libras, um de 9 libras e um obus de 5 polegadas, mas estas formações foram todas desmobilizadas com a ocupação francesa de Portugal continental. Assume-se que esta organização seria acompanhada pelo Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro e mantida durante o período da Corte no Brasil.

Na prática a organização da artilharia de campanha portuguesa, entre 1809 e 1814, enquanto associada à força anglo-portuguesa, ficou ligada à estrutura orgânica

das baterias britânicas integradas nas divisões do Exército, com 12 peças cada, de 3 e 6 libras conforme o material disponível. Mais tarde a artilharia portuguesa começou a receber peças de 9 libras, tudo ao estilo organizativo inglês de Beresford⁸⁸.

CONCLUSÃO

O século XVIII é um período pouco estudado numa perspectiva de avanço tecnológico e científico, que ao contrário de outras épocas centraliza uma alteração de mentalidades no objectivo de encontrar respostas para questões práticas e imediatas, o que no conjunto podemos chamar o iluminismo militar.

A partir da evolução dos métodos de produção metalúrgica, com a procura de ligas de bronze com maior rigidez, das experiências químicas para a produção de pólvoras de melhor qualidade e estudos matemáticos que permitiram expandir o conhecimento sobre balística, a artilharia tornou-se



a rainha das batalhas em terra e no mar.

O século XVIII é uma evidente luta entre o poder de choque, de fogo e de manobra, um abandono de táticas neurobalísticas e preponderância cada vez maior da pirobalística.

O ponto de viragem do poder de fogo e manobra da artilharia foi efectuado longe dos campos de batalha, dentro das fundições e na alteração do processo de fundição: em molde de eixo central (sino), para molde em bloco compacto (cilindro), com toda a evolução da brocagem e de acabamentos.

O poder de fogo e a manobra tornaram-se a essência para a evolução das tropas no campo de batalha através de novas propostas táticas e contrapropostas espelhadas nas doutrinas seguidas por diferentes exércitos ao longo das guerras na Europa a partir do século XVII até inícios do século XIX.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi o primeiro momento em que se observa a mudança do valor tático das armas de fogo pessoais, da artilharia nos

campos de batalha e o efeito devastador da artilharia sobre formações de massa de homens. Assim, houve a necessidade de procurar novas soluções táticas: estender da frente das unidades de infantaria (maior poder de fogo) e diminuir a profundidade (menor exposição ao fogo de artilharia). Em causa estava a tática hispano-italiana de Gonçalo de Córdoba/Duque Alba perante a resposta tática holandesa de Maurício de Nassau, vencer as massas com a mobilidade.

Ainda dentro deste longo período de guerra viria assurgir uma nova proposta, a tática sueca de Gustavo Adolfo, com uma aposta no incremento do número de armas portáteis de fogo por unidade de infantaria, atribuição de poder de fogo à cavalaria e pela primeira vez uma mobilidade efectiva para peças de artilharia ligeira. Para além de um constante aumento do poder de fogo da infantaria, rumo que se observa até aos dias de hoje, a tática sueca adiciona à mobilidade a flexibilidade de emprego das unidades no campo de batalha.



Surge posteriormente a tática francesa de Henri Turenne, que acompanhado pelo engenheiro-militar Vauban, adiciona duas vantagens estratégicas aos desenvolvimentos táticos do campo de batalha: vantagem logística de um serviço de abastecimento munições e víveres por etapas, a capacidade de criar linhas de comunicação seguras e ao nível da artilharia a transformação desta em unidades autónomas e regulares com transportes militarizados. Por último, a vantagem tática francesas distinguiu-se na introdução da ordem de batalha em duas linhas num sistema de disposição de tropas em profundidade e na utilização de trabalhos de engenharia para preparação do terreno para a batalha.

Chegada a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) as opções táticas no campo de batalha já tinham sido quase todas experimentadas e será o poder de fogo da artilharia, a cadência de tiro com a utilização generalizada de munições preparadas e a capacidade de acompanhar um exército em marcha que irá

determinar muitos desfechos de batalhas.

A artilharia de peças de alma lisa chegou ao seu expoente máximo durante as campanhas das Guerras Napoleónicas (1803-1815), mas este período também marca a data a partir da qual teve início o seu rápido declínio, com a introdução e desenvolvimento generalizado de peças da artilharia de alma estriada.

FONTES

Arquivo Nacional do Brasil.

Arquivo Histórico Militar (Portugal).

Biblioteca Nacional de Portugal.

Comissão Cultural de Marinha (Portugal).

Fundação Calouste Gulbenkian – HPIP.

Memória da Administração Pública (Brasil).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Lopes. Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668): Intervenção do Marechal Schomberg. *Revista*



Militar, n. 2530, 2012. Disponível em

<https://www.revistamilitar.pt/artigo/768>. Acesso em 25 set. 2022.

AMARAL, Manuel. *A luta política em Portugal: nos finais do Antigo Regime*, v. I. Parede: Tribuna da História, 2010.

AMARAL, Manuel. *Oliveira 1801: Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Parede: Tribuna da História, 2004.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*, v. 192. Brasília: Edição do Senado Federal, 2019.

BEBIANO, Rui. A Arte da Guerra: Estratégia e Tática. In *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004.

BORGES, João Vieira. *A artilharia na guerra peninsular*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

CHARTRAND, René. *Louis XIV's Army* (Men-At-Arms Series, 203). Berkshire: Osprey Publishing, 1988.

CHARTRAND, René. *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars 3: (Men-at-Arms Series, 358)*. Berkshire: Osprey Publishing, 2001a.

CHARTRAND, René. *The Spanish Army of the Napoleonic Wars 3: 1812-1815* (Men-at-Arms Serie 334). Berkshire: Osprey Publishing, 2001b.

COELHO, Sérgio Veludo. *Os arsenais reais de Lisboa e Porto, 1800-1814*. Porto: Fronteira do Caos, 2013.

DARÓZ, Carlos. A Artilharia de Costa e a Defesa do Litoral no Brasil: em uma perspectiva histórica, in *Seminário da Força Terrestre pela Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea do Exército Brasileiro* (01/09/2022), Rio de Janeiro, 2022.

DAWSON, Anthony L.; DAWSON, Paul L.; SUMMERFIELD, Stephen. *Napoleonic Artillery*. Wiltshire: The Crowood Press, 2007.

FRANCIS, A. D. The Campaign in Portugal. *Journal of the Society for Army Historical Research*, v. 59, n. 237, Spring 1981, pp. 25-43, London, Society for Army Historical Research, 1981.

LAGRANGE, Louis Chacal de (trad. Mário Ferreira França). *A tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-Trouin*. Rio de Janeiro,



ro: Departamento da Imprensa Nacional, 1967.

MANUCY, Albert. *Artillery through the ages: a short, illustrated history of cannon, emphasizing types used in America*. Washington: United States Government Printing Office, 1949.

PINTO, Renato Fernando Marques. As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no Exército Português. *Revista Militar*, n. 2496, 2004. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528>. Acesso em 22 set. 2022.

RODRIGES, Letícia, Tsunami que devastou Portugal em 1755 chegou ao Brasil, *Revista Galileu* (edição on-line, 2020 - 03/16). Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/03/tsunami-que-devastou-portugal-em-1755-chegou-ao-brasil-conclui-estudo.html>. Acesso em 5 out. 2022.

ROTHENBERG, Gunther Erich. *The Art of Warfare in the Age of Napoleon*. Indianapolis: Indiana University Press, 1981.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História*

Militar e Naval de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

WISE, Terence. *Artillery equipments of the Napoleonic Wars (Men-at-Arms, Serie 96)*. Berkshire: Osprey Publishing, 1979.

¹ Artigo elaborado em Português europeu, conforme nacionalidade do autor.

² As antigas armas de fogo, algumas vezes conhecidas como bombardas, eram inicialmente feitas de bronze ou cobre e, posteriormente a partir de 1370, de barras de ferro fundidas em cilindros. Disponível em <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1231/artilharia-na-europa-medieval/> Acesso em 15 ago. 2022.

³ Eles atiravam pequenas balas feitas de madeira com uma cabeça de ferro (garrotes). Disponível em <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1231/artilharia-na-europa-medieval/> Acesso em 15 ago. 2022.

⁴ Cerco de Constantinopla (1453) pelo Sultão Otomano Mehmed II (1451-1481). O seu exército apresentou no campo de batalha 62 canhões.

⁵ A artilharia francesa na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) apresentava uma superioridade em relação à artilharia inglesa.

⁶ PINTO, Renato Fernando Marques. As indústrias militares e as armas de



fogo portáteis no Exército Português. *Revista Militar*, n. 2496, 2004. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/528>. Acesso em 22 set. 2022, p.1-4.

⁷ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931, p.254-255.

⁸ Gonzalo Fernández de Córdoba y Aguilar (1453-1515), ficou conhecido como o Grande Capitão das campanhas militares de Espanha na Itália. Introduziu novas táticas de uso coordenado de infantaria, cavalaria e artilharia e o fundamento para o aparecimento dos tercios, numa franca substituição das táticas medievais de choque, por uma doutrina tática de defesa-ataque com o predomínio de infantaria.

⁹ Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel (1507-1582), foi um militar com experiência nas campanhas de Itália, da Holanda e de Portugal, e um dos comandantes vencedores da Batalha de Alcântara em 1580, que vieram proporcional a Espanha a União Ibérica de 1580-1640 com Portugal.

¹⁰ SELVAGEM, op.cit., p.379-380.

¹¹ Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679), organizador e estratega militar mais conhecido por Maurício de Nassau, esteve ao serviço da Holanda durante a Guerra dos Trinta

Anos, e posteriormente, entre 1636-1643, como governador da colônia holandesa do Recife.

¹² SELVAGEM, op.cit., p.380-382.

¹³ Gustav II Adolf (1611–1632), Rei da Suécia. Transformou a Suécia numa grande potência militar regional durante a Guerra dos Trinta Anos (1618–1648).

¹⁴ Henri de La Tour d'Auvergne (1611-1675), mais conhecido como Turenne, foi um estratega francês e Marechal de França. A sua principal intervenção teve lugar durante a Guerra dos Trinta Anos.

¹⁵ Sébastien Le Prestre de Vauban (1633-1707) distinguiu-se como arquitecto militar ao serviço de França durante o reinado de Luís XIV. A sua obra destaca-se o desenho de sistemas defensivos permanentes, mas também noutros campos militares.

¹⁶ SELVAGEM, op.cit., p.434-435.

¹⁷ *Ibid.*, p.386.

¹⁸ CHARTRAND, René. *Louis XIV's Army* (Men-At-Arms Series, 203). Berkshire: Osprey Publishing, 1988, p.38.

¹⁹ No Brasil a instalação de uma Casa do Trem (artilharia) data de 1763, coincidindo com a elevação do Rio de Janeiro a cidade e sede Vice-Reino do Brasil. (Fundação Calouste Gulbenkian–HPIP). Disponível em <https://hPIP.org/pt/heritage/details/1300>. Acesso em 17 ago. 2022.



²⁰ Matias de Albuquerque (1595-647) militar português, vencedor da Batalha do Montijo contra os espanhóis (1644). Durante o período felipino exerceu o cargo de Governador de Pernambuco, tendo nesse período enfrentado a 2ª invasão holandesa do Brasil, em 1630.

²¹ ALVES, José Lopes. Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668): Intervenção do Marechal Schomberg. *Revista Militar*, n. 2530, 2012. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/768>. Acesso em 25 set. 2022, p.3.

²² Friedrich Hermann von Schönberg (1615-1690), oficial contratado para comandar o Exército português, entre 1660 e 1668, ficou conhecido em Portugal por Schomberg.

²³ CHARTRAND, op.cit., p.21. Nas memórias de Frémont de Ablancourt é referido que as tropas ao serviço de Schomberg em Portugal, contra os Espanhóis, tinham adoptado uniformes cinzentos, com aplicações de diversas cores (golas, punhos, bandas e forros) em imitação dos uniformes ingleses. As cores escolhidas variavam de regimento para regimento.

²⁴ ALVES, op.cit., p.4.

²⁵ LAGRANGE, Louis Chacal de (trad. Mário Ferreira França). *A tomada do Rio de Janeiro em 1711 por Duguay-*

Trouin. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1967.

²⁶ SELVAGEM, op.cit., p.464-465.

²⁷ Ibid., p.644. Os regimentos de infantaria foram organizados em 12 companhias de 50 homens, 11 de linha e 1 de granadeiros de acordo com o plano de 1707. A Cavalaria em 12 companhias de 40 homens e a artilharia em 12 companhias, 11 de artilheiros e 1 de mineiros.

²⁸ Disponível em https://ccm.marinha.pt/pt/biblioteca_web/multimedia_web/Paginas/225-criacao-brigada-real-de-marinha.aspx. Acesso em 5 out. 2022.

²⁹ Refira-se que as unidades de infantaria formadas pelas Juntas do Comércio de Lisboa e do Porto tinham um efectivo teórico de 600 homens, o equivalente a um batalhão de acordo com a organização de 1735.

³⁰ SELVAGEM, op.cit., p.467.

³¹ RODRIGES, Letícia, Tsunami que devastou Portugal em 1755 chegou ao Brasil, *Revista Galileu* (edição on-line, 2020 - 03/16). Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/03/tsunami-que-devastou-portugal-em-1755-chegou-ao-brasil-conclui-estudo.html>. Acesso em 5 out. 2022.

³² O nome de Guerra Fantástica ficou ligada à derrota das tropas de linha



espanholas por um conjunto de acções de manobra e desgaste por tropas de linha e auxiliares (milícias) sob o comando do Conde de Lippe. As sucessivas acções levaram o Exército espanhol a retirar de Portugal, sem ter existido um verdadeiro confronto entre os exércitos regulares de ambos os países.

³³ PT/AHM/DIV/1/08 (Comando do Conde de Lippe (1762 - 1768). *“Foi no contexto da Guerra Fantástica, iniciada em 18 de Maio de 1762, quando Portugal declarou guerra à Espanha e à França devido à violação de fronteiras, que o conde de Lippe foi nomeado marechal-general do Exército português, por conselho da Inglaterra, para prestar auxílio militar a Portugal. A sua ação pautou-se sobretudo por criar uma organização e regulamentos para o Exército português, consolidando a disciplina das tropas incluindo a uniformização dos fardamentos e promovendo a instrução militar.”*

³⁴ Refere-se a um tratado de defesa entre a França, Espanha e o Ducado de Parma (Família Bourbon) com a finalidade de unir forças militares contra a superioridade naval britânica.

³⁵ A Guerra dos Sete Anos foi um conjunto de conflitos armados internacionais que ocorreram entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França apoiada pelos seus aliados: Saxónia, Império Russo, Impé-

rio Sueco e Império Espanhol (Habsburgo) e a Inglaterra apoiada por: Reino da Prússia, Portugal e Hanover.

³⁶ BEBIANO, Rui. A Arte da Guerra: Estratégia e Tática. In *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Rio de Mour: Círculo de Leitores, 2004, p.133.

³⁷ Cf. Selvagem (1931), p.475, é referida uma mobilização militar de mais de 40.000 homens; e Cf. Bebianno (2004), p.133, uma mobilização militar de 60.000 homens.

³⁸ Cf. Francis (1981), p.25-43, é referida a presença de dois regimentos irlandeses e três regimentos ingleses em Lisboa, que chegaram ao Tejo em Abril.

³⁹ SELVAGEM, op.cit., p.474.

⁴⁰ A Guerra da Independência dos Estados Unidos (1775-1783), entre as Treze Colónias e o Reino Unido, só viria a terminar com a assinatura do Tratado de Paris (1783), em que o Reino Unido encerrou formalmente a guerra e reconheceu os Estados Unidos da América como uma nação independente.

⁴¹ SELVAGEM, op.cit., p.482.

⁴² A República Francesa formalmente declarou guerra contra a Monarquia dos Habsburgo em 20 de Abril de 1792, o que levou à formação da Primeira Coligação de Estados europeus contra a França revolucionária até 1797, data em que foi assinado um



acordo de paz entre o Sacro Imperio Romano e a 1ª República Francesa.

⁴³ Intervenção de uma corpo expedicionário português, formado por uma Divisão Auxiliar comandada pelo General escocês Forbes Skellater, de 6 regimentos de infantaria (5.400 homens) e 22 peças de artilharia, teve o objectivo de auxiliar os contingentes espanhóis contra as tropas francesas revolucionárias nos Pirenéus (Rossilhão).

⁴⁴ AMARAL, Manuel. *Oliveira 1801: Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Parede: Tribuna da História, 2004, p.20-23.

⁴⁵ SELVAGEM, op.cit., p.490. Carlos Selvagem refere uma mobilização de 18.500 homens. AMARAL (2004, pp.23-24) indica um efectivo operacional de cerca de 15.000 homens para defender a fronteira do Norte e a fronteira Sul 8.000 homens no Alentejo, 7.000 na Beira e 3.000 no Algarve.

⁴⁶ AMARAL, Manuel. *A luta política em Portugal: nos finais do Antigo Regime*, v. I. Parede: Tribuna da História, 2010.

⁴⁷ DAWSON, Anthony L.; DAWSON, Pauk L.; SUMMERFIELD, Stephen. *Napoleonic Artillery*. Wiltshire: The Crowood Press, 2007, p.30.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ ROTHENBERG, Gunther Erich. *The Art of Warfare in the Age of Napoleon*.

Indianapolis: Indiana University Press, 1981, p.30.

⁵⁰ Ibid., p.15.

⁵¹ Ibid., p. 20.

⁵² Jean-Baptiste Vaquette de Gribeauval (1715-1778) foi um oficial de artilharia e engenheiro militar que revolucionou a organização da artilharia no Exército francês. Foi o responsável pela superioridade obtida pela artilharia francesa ao longo das Guerras Napoleónicas.

⁵³ Benjamin Robins (1707-1751) foi um matemático e engenheiro militar, com trabalhos na área da artilharia e que desenvolveu os princípios base para o cálculo de tiro e uma forma expedita de medição da velocidade dos projecteis.

⁵⁴ Sistema de fundição com núcleo central (tipo sino). A produção do canhão envolvia criar uma cavidade em torno de um núcleo de argila, que era removido após a fundição, método com um grau de imprecisão que levava por vezes ao deslocamento do eixo da alma e conseqüentemente a um baixo desempenho da peça. Outra conseqüência prática era a necessidade de paredes mais espessas pela menor rigidez do material fundido por este processo, em relação à rigidez que se viria a conseguir com o novo método de fundição dos tubos em moldes sem núcleo central.



⁵⁵ ROTHENBERG, op.cit., p.200.

⁵⁶ Disponível em http://www.kronoskaf.com/syw/index.php?title=Austrian_Liechtenstein_Cannon. Acesso em 12 out. 2022.

⁵⁷ DAWSON et al, op.cit., p.32.

⁵⁸ Ibid., p.36.

⁵⁹ ROTHENBERG, op.cit., p.23.

⁶⁰ MANUCY, Albert. *Artillery through the ages: a short, illustrated history of cannon, emphasizing types used in America*. Washington: United States Government Printing Office, 1949, p.11

⁶¹ Sistema de fundição sem núcleo central (tipo cilindro compacto). O cilindro metálico obtido por este método apresentava maior rigidez, em face de uma maior simplicidade de injeção homogênea do líquido em fundição. Por outro lado, a brocagem permitia um maior rigor no controlo da centralidade do eixo da alma, mas também uma maior aproximação entre o calibre da alma e o diâmetro da munição, algo que viria a ter consequências muito positivas na diminuição do vento (espaço de folga entre o calibre da peça e da munição) e assim também a alterar a quantidade de explosivo propelente (pólvora) utilizado, para uma mesma eficiência (alcance e efeito).

⁶² DAWSON et al, op.cit., p.48-54.

⁶³ WISE, Terence. *Artillery equipments of the Napoleonic Wars* (Men-at-Arms, Serie 96. Berkshire: Osprey Publishing, 1979, p.36.

⁶⁴ DAWSON et al, op.cit., p.41-46.

⁶⁵ WISE, op.cit., p.35.

⁶⁶ DAWSON et al, op.cit., p.147.

⁶⁷ CHARTRAND, René. *The Spanish Army of the Napoleonic Wars 3: 1812-1815* (Men-at-Arms Serie 334). Berkshire: Osprey Publishing, 2001b, p.22.

⁶⁸ DAWSON et al, op.cit., p.101-114.

⁶⁹ Ibid., p.89.

⁷⁰ Biblioteca Nacional, Correspondência do Tenente-General Guilherme Luiz António de Valleré, [Cota: COD-4513, p.9.] Disponível em: https://purl.pt/24928/4/cod-4513_PDF/cod-4513_PDF_24-C-R0150/cod-4513_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. Acesso em 12 out. 2022.

⁷¹ Bartolomeu da Costa (1731-1801) foi engenheiro-fundidor no Arsenal do Exército em Lisboa e General do Exército e responsável pela fundição a um só jacto da estátua equestre de D. José I, de Machado de Castro, que se encontra na Praça do Comércio de Lisboa.

⁷² Informação referida na “relação de toda a Artilharia e mais trem que existe no Arsenal Real do Exército em 30 de Dezembro de 1797”, assinada



pelo tenente-general Bartolomeu da Costa. PT/AHM/DIV/3/13/03/36.

⁷³ BORGES, João Vieira. *A artilharia na guerra peninsular*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

⁷⁴ O objectivo destes calibres era para serviço em praças-fortes e para utilização como artilharia de cerco.

⁷⁵ Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/174-fabrica-de-armas-da-fortaleza-da-conceicao>. Acesso em 17 out. 2022.

⁷⁶ Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/393-real-junta-de-fazenda-dos-arsenais-do-exercito-fabricas-e-fundicoes>. Acesso em 17 out. 2022.

⁷⁷ BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*, v. 192. Brasília: Edição do Senado Federal, 2019, p.17.

⁷⁸ Ibid. p.20.

⁷⁹ DARÓZ, Carlos. A Artilharia de Costa e a Defesa do Litoral no Brasil: em uma perspectiva histórica, in *Seminário da Força Terrestre pela Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea do Exército Brasileiro (01/09/2022)*, Rio de Janeiro, 2022.

⁸⁰ COELHO, Sérgio Veludo. *Os arsenais reais de Lisboa e Porto, 1800-1814*. Porto: Fronteira do Caos, 2013, p.106.

⁸¹ AMARAL, 2010, op.cit.

⁸² CHARTRAND (2001a), op.cit., p.7.

⁸³ COELHO, op.cit., p.106.

⁸⁴ Carlo António Maria di Galleani Napione Coconato (1757-1814), fez a sua carreira em química e metalurgia aplicada à indústria militar. Em 1800 veio para Portugal por convite para Inspector do Exército e com a missão de reorganizar a artilharia. Depois da primeira invasão francesa em 1807, foi para o Rio de Janeiro onde manteve a sua posição ao serviço do Príncipe Regente D. João.

⁸⁵ COELHO, op.cit., p.77-98.

⁸⁶ CHARTRAND, 2001a, op.cit., p.4.

⁸⁷ DAWSON et al, op.cit., p. 56-157.

⁸⁸ CHARTRAND, 2001a, op.cit., p.5.

Bares cariocas na Segunda Guerra Mundial

Daniel Mata Roque ^a

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir os reflexos da Segunda Guerra Mundial na cidade do Rio de Janeiro, particularmente em 1942, o ano da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo. O texto analisa os movimentos populares de rua que levaram a uma série de mudanças nos nomes e estruturas de estabelecimentos comerciais de origem alemã na cidade, bem como os confiscos, pelo Estado brasileiro, de diversas propriedades de cidadãos dos países inimigos aqui estabelecidos. Acreditamos que tal movimento expressou de maneira representativa a vivência da guerra em território brasileiro e que a permanência de tais estabelecimentos citadinos guarda, no presente, esta representação de memória. Para tal, amparamo-nos nas bases conceituais de Carlo Ginzburg sobre micro-história, Pierre Nora sobre lugar de memória e Giulio Argan sobre cidade-capital, além de ampla bibliografia sobre o tema.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, micro-história, memória.

INTRODUÇÃO – O BRASIL EM GUERRA

A Segunda Guerra Mundial foi um evento sem precedentes na história da humanidade. O maior conflito armado já visto, com até então impensáveis números de combatentes envolvidos, de armamentos poderosos, de novas tecno-

logias, de vítimas¹. A invasão da Polônia pela Alemanha marca o início do conflito em setembro de 1939, quando imediatamente sobrevieram as declarações de guerra da França e da Inglaterra contra a Alemanha. O conflito tomaria vulto global, terminando seis anos depois, com cerca de noventa e três milhões de combatentes envolvi-

^a Cineasta. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



dos². O saldo seria de quase sessenta milhões de mortos³, incluindo militares e civis.

Adotando o princípio da neutralidade e mantendo relações de comércio com ambos os lados em disputa desde o princípio do conflito, o Brasil, alinhado definitivamente aos Estados Unidos após o ataque a Pearl Harbor em dezembro de 1941, viu-se efetivamente envolvido na guerra em agosto de 1942, quando seis navios mercantes foram afundados por submarinos nazistas na costa nordestina. A guerra marítima geraria grandes manifestações populares na Capital Federal e consagraria o apoio à entrada do Brasil no conflito como um desagravo, uma resposta aos agressores.

Segundo o historiador britânico Neill Lochery, quando a população brasileira soube da notícia do torpedeamento do navio mercante *Cairu*, afundado por um submarino nazista na costa americana em 8 de março de 1942, vitimando cinquenta e três brasileiros⁴, entre passageiros civis e tripulantes, aí incluído o comandante do navio, “houve

grandes tumultos no Rio de Janeiro e no Sul do país”⁵. Durante as manifestações populares nas ruas da então Capital Federal, muitas empresas alemãs foram atacadas e depredadas, como “represália” ao país agressor.

Havia, naturalmente, um grande apelo nas vítimas dos torpedeamentos: era uma espécie de “choque de realidade” do povo brasileiro com o drama da guerra, o risco real e cada vez mais próximo de morrer, particularmente em um país como o Brasil, muito dependente não só da navegação comercial, para a quase totalidade das exportações e importações, mas da navegação de cabotagem para conectar as populações das distantes cidades costeiras de um território continental. Por mais de dois anos, desde o rompimento das relações diplomáticas até as primeiras atuações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, e principalmente durante a evolução da crise que culminou na declaração de guerra, as vítimas civis e militares na Marinha Mercante eram os únicos mortos do Brasil no conflito,



uma causa extremamente simbólica para lutar. E, no polo oposto a este simbolismo, estavam os cidadãos naturais de países agora inimigos, na distância de um quarteirão.

O MOVIMENTO ANTINAZISTA NO RIO DE JANEIRO

O historiador Cesar Campiani reforça que “muitos descendentes de alemães tiveram suas casas e propriedades comerciais depredadas”⁶ durante a guerra, em diversas cidades brasileiras. Lojas foram saqueadas e prédios incendiados⁷, enquanto manifestantes gritavam “morra Hitler”, “morra Mussolini” e vivas ao Brasil, a Vargas e a Roosevelt⁸.

O movimento anti-Eixo espalhou-se pelo país, particularmente no Rio de Janeiro. Um dos casos emblemáticos dos efeitos destas manifestações na então Capital Federal refere-se ao Bar Luiz, botiquim carioca fundado com o nome de Zum Schlauch em 1887 por Jacob Wendling, filho de suíços nascido em Petrópolis⁹. Em 1907 o bar passou a ser administrado por

Adolf Rumjaneck, brasileiro filho de alemães. Após diversas mudanças de nome e de endereço, o botiquim passou, em homenagem ao dono, a chamar-se Bar Adolf em 1915 e estabeleceu-se em 1927 na Rua da Carioca, número 39, onde funciona até hoje¹⁰.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o bar foi invadido por estudantes secundaristas [do Colégio Pedro II], que pensavam tratar-se o nome uma homenagem a Hitler. Quando o quebra-quebra começou, Ary Barroso, freguês da casa, subiu em uma cadeira e explicou aos perplexos estudantes que o nome se referia ao brasileiríssimo Adolf Rumjaneck [...]. Apaziguados os ânimos, todos foram beber.¹¹ O Adolf brasileiro havia falecido em 1926. Por garantia, o nome do estabelecimento foi mudado definitivamente para Bar Luiz.

Casos bastante semelhantes, e pelas mesmas razões, aconteceram com outros bares cariocas de tradição alemã. O Bar Berlim, fundado em 1934 na Avenida Epiácio Pessoa, chegou a ter a fachada apedrejada e foi renomeado para Bar La-



goa, como ainda é conhecido. O Bar Brasil, localizado no bairro da Lapa, passou a essa denominação patriótica também em 1942, já que havia sido fundado em 1907 como Bar Zeppelin e logo ficou conhecido como Bar Germânico ou Alemão da Lapa¹². Outro Bar Zeppelin seria inaugurado em 1937 por um imigrante austríaco no bairro de Ipanema e, durante a guerra, passaria a ser o brasileiroíssimo Bar Santos Dumont, retomando a denominação original alguns anos depois¹³. Curiosamente, este Bar Zeppelin, aparentemente o único que retomou o nome original, é também um dos poucos desta lista que não está mais em funcionamento.

Outro estabelecimento extinto é o Bar Jangadeiro, fundado em Ipanema em 1935 por um imigrante alemão como Bar Rhenania. Durante a guerra, “como muitas casas alemãs, foi invadido e depredado”¹⁴, levando o proprietário a alterar o nome, usando como referência a Rua Jangadeiros, onde se localizava.

Os bares Luiz, Brasil e Lagoa, juntamente com outros estabelecimentos cariocas tradicionais, foram declarados Patrimônio Cultural Carioca pelo Decreto Municipal nº 34.869, de 05/12/2011, assinado pelo prefeito Eduardo Paes¹⁵. Os três bares e sua “denominação de guerra” ainda mantida representam na atualidade alguns dos últimos vestígios da Segunda Guerra Mundial na cidade do Rio de Janeiro.

Os ataques e as consequentes mudanças nos bares e em outras realidades da cidade refletiram um sentimento de resposta aos ataques estrangeiros. A cidade tornou-se palco efetivo dos reflexos da guerra europeia e a “arena simbólica” passou a conter também o embate corporal e a depredação física.

A cidade, ou o espaço, aqui, passa a protagonizar nossas análises. Como destaca Maurício Abreu, não podemos observar os espaços físicos onde se desenrolam as ações históricas no tempo apenas como um lugar abstrato, como se a ação pudesse ocorrer da mesma maneira e com as mesmas características fosse qual fosse o lugar em



que toma palco. Toda ação, afinal, ocorre em determinado tempo e em determinado espaço.

[...] a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas¹⁶.

No presente caso, quando observamos os reflexos da guerra na população citadina brasileira, encontramos essas expressões públicas e coletivas na cidade do Rio de Janeiro como matéria-prima.

Conforme progrediam as mortes brasileiras no mar, particularmente em nossa costa já no ano de 1942, crescia o sentimento antinazista nacional. O historiador Giovanni Latfalla transcreve um relatório da inteligência americana feito em setembro de 1942, logo após a declaração de guerra brasileira, afirmando “a existência de uma unidade nacional a favor da participação no conflito” e “a ocorrência de distúrbios em todo o Brasil contra pessoas e propriedades ligas ao Eixo”¹⁷.

Lochery relata, nos primeiros meses de 1942, “um sentimento anti-Eixo que, segundo a polícia, estava saindo do controle” no Rio de Janeiro. O Estado passou a agir contra a atuação hostil. Cerca de 130 suspeitos de espionagem para o Eixo seriam presos no Rio de Janeiro¹⁸, e muitos pelo país, julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Um espião alemão preso no bairro carioca do Leblon tinha em seu poder equipamentos de radiotransmissão e tabelas com horários de partida, tonelagem, carga e destino de navios mercantes nacionais e aliados que partiam da cidade¹⁹. Ações de sabotagem também foram registradas na Base Aérea de Parnamirim, em Natal, “sem, contudo, poder ser considerada uma grande ameaça”²⁰.

Ainda antes da declaração de guerra, a título compensatório pelos prejuízos causados ao país e aos cidadãos, o presidente Getúlio Vargas decretou, em 12 de março de 1942, a apreensão de 30% dos bens de todos os cidadãos do Eixo residentes no Brasil²¹. O montante estimado chegou a 500 milhões de



dólares. Dentre o confisco, alguns casos tornaram-se emblemáticos, como o Colégio Cruzeiro: fundado em 1862 no centro do Rio de Janeiro com o nome de Escola Alemã, o estabelecimento com cerca de 700 alunos trocou de nome em 1939, já em “consequência da situação mundial”²², passando a chamar-se Colégio Humboldt. Não bastou. O colégio foi encampado pelo governo federal, que passou a administrá-lo. Após os torpedeamentos de agosto, o colégio foi fechado, ficando inativo até o ano seguinte. O estabelecimento foi devolvido à administração privada, adotando o brasileiroíssimo nome Cruzeiro ao final da guerra.

Outro caso que merece destaque é o do Hospital Alemão do Rio de Janeiro, inaugurado no Rio Comprido em 1934. Dentro da lógica tanto de combate aos inimigos infiltrados quanto do ressarcimento financeiro através da expropriação, o hospital foi encampado pelo governo federal em 17 de agosto de 1942²³, imediatamente após a sequência de torpedeamentos e antes da declaração de guerra.

Passou a chamar-se Hospital Central da Aeronáutica, subordinado ao Ministério recém-criado. Fato curioso e que reforça a atualidade da pesquisa e seu caráter de “lugar de memória”, como veremos mais adiante, é que o confisco não foi desfeito, sendo até o presente momento uma unidade militar subordinada à Diretoria de Saúde da Aeronáutica.

Um dos mais emblemáticos episódios sobre o antinazismo carioca e as lutas dentre as correntes internas do governo Vargas ocorreu em julho de 1942, quando um grupo de estudantes universitários reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, organizou uma manifestação em apoio aos Estados Unidos, denominada “Passeata estudantil antitotalitária”²⁴, por ocasião do aniversário da independência americana, no dia quatro. O evento ocorreu com o aval e o patrocínio do interventor do estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, genro de Vargas e entusiasta dos Aliados²⁵. A manifestação, no entanto, havia sido proibida na cidade



do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pelo chefe de polícia Filinto Müller, associado à ala germanófila estadonovista. Em apoio à passeata, o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Leitão da Cunha, determinou a prisão de Müller e autorizou o evento que, segundo Lochery, “contou com um grande público e recebeu ampla cobertura dos meios de comunicação”²⁶. Estudantes desfilaram vestidos como caricaturas dos líderes totalitários, em carros alegóricos com figuras de bigode como o de Hitler, carregando faixas com os dizeres “estamos com as democracias” ou “abaixo a quinta-coluna” e dando vivas a Vargas, Roosevelt e Aranha²⁷, carregando bandeiras do Brasil.

O caso acirrou as disputas internas e opôs os segmentos governistas polarizados ideologicamente. Em busca de solução, Vargas demitiu os dois protagonistas, Filinto Müller e Leitão da Cunha, e mais dois supostos germanófilos: o diretor do DIP, Lourival Fontes, e o próprio Ministro da Justiça, Francisco Campos.

Em agosto, após a sequência de torpedeamentos na costa brasileira, uma “multidão de mais de cinco mil pessoas cantou apaixonadamente o hino nacional e aplaudiu quando as bandeiras alemã e italiana foram queimadas em frente ao Theatro Municipal”²⁸. No mesmo mês, Getúlio Vargas discursou de uma sacada no Palácio Guanabara para milhares de manifestantes que, após percorrerem diversos pontos políticos do centro carioca, lotavam os jardins fazendo com as mãos o “V de Vitória” criado pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill²⁹ e reivindicando vingança contra os nazi-fascistas³⁰.

Curioso notar que, apesar do aparente entusiástico apoio à declaração de guerra e ao combate contra o Eixo, os índices de voluntariado na FEB foram bastante baixos, tendo o Exército que recorrer a amplas convocações de reservistas. “O número de voluntários era mínimo”³¹, segundo o pesquisador Francisco Ferraz.

É interessante observar que Grimaldo Carvalho, médico e ex-integrante da Força Expedicionária



Brasileira, em um livro de memórias romanceado publicado décadas depois da guerra, recorda de forma crítica das manifestações que pediam a guerra e, particularmente, do não-alistamento posterior daqueles que defendiam a entrada do Brasil no conflito:

Protestos em nosso país nunca foram muito significativos, jamais exerceram preponderante influência nas decisões políticas e nunca partiram de homens amadurecidos. O que se observa nas manifestações populares de rua são estudantes, politicamente irresponsáveis em sua maioria por se acharem a salvaguarda do serviço militar ou das ferozes agressões policiais, que estas eram por demais comuns nos tempos da ditadura getuliana³².

É bastante plausível que as manifestações populares não tenham sido determinantes, mas de alguma forma validadoras da decisão governamental, racional, política e econômica, de declarar guerra aos países do Eixo.

Lira Neto, biógrafo de Getúlio Vargas, reforça que o apoio popu-

lar serviu inicialmente como impulso ao governo, que capitalizava a onda antinazista e a declaração de guerra para projetar-se ao lado das grandes nações democráticas do Ocidente. A entrada efetiva na guerra, porém, seria capaz de expor e reforçar “as incongruências de um governo que se dispunha a lutar contra o totalitarismo no plano externo enquanto no plano interno se recusava a aceitar as contingências do jogo democrático”³³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta análise, utilizamos o conceito de “cidade-capital”, cunhado pelo historiador italiano Giulio Argan³⁴. A historiadora Mônica Pimenta Velloso, ao apresentar o Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX como uma autêntica “cidade-capital”, define o conceito em português como um “polo captador e irradiador de culturas, apresentando um clima de forte efervescência de ideias e de práticas culturais”³⁵. A cidade carioca consolida-se como



este microcosmos e como a vanguarda nacional, responsável por criar, assimilar, transformar e, então, retransmitir ao restante do país como verdadeira nacionalidade.

Cidade-capital e de fato capital administrativa e política do Brasil, o Rio de Janeiro, através das notícias e impactantes manifestações de rua, exportou para outras localidades do país o apoio público pela entrada na guerra. Foi o Rio de Janeiro também uma "cidade anti-Eixo", uma "cidade antinazista". Ao ser palco de tão expressivas manifestações, representando, em conjunto, toda a nacionalidade brasileira (no plano interno e no plano externo), o Rio de Janeiro tornou-se ainda uma "capital Aliada", inserindo-se no rol das nações combatentes e no novo concerto internacional.

Podemos perceber que os citados bares cariocas, de destaque na vida boêmia da cidade e muitos ainda em funcionamento, exercem hoje a função de verdadeiros "lugares de memória" da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, uma vez que os "lugares de memó-

ria" nascem com o objetivo de não deixar que determinadas memórias sejam esquecidas. Sua razão de ser "é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento [...]"³⁶. Não estão mais presentes na cidade os estudantes e as manifestações com o "V de Vitória", mas estes estabelecimentos e sua trajetória, particularmente seus nomes comerciais, são espaços físicos capazes de preservar um momento histórico singular da cidade e transportar-nos, por vezes pela simples menção de seu nome pós-guerra, a um engajamento popular e uma notável memória coletiva.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, série I, volume XIV. Porto, 1998.

AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck. Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.



ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skiras, 1964.

CARVALHO, Grimaldo. *O hono- rável José Honório*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1982.

FERRAZ, Francisco César Alves. Brasil e Segunda Guerra Mundial. in SILVA, Fran- cisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os fru- tos da guerra*. Rio de Janeiro: In- trínseca, 2015. MARTINS, Hélio Leôncio (coord.). *História Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo II. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Mari- nha: Rio de Janeiro, 1985.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: sol- dados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MELLO, Paulo Thiago de; SE- BADELHE, Zé Octávio. *Memória*

afetiva do botequim carioca. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos luga- res. *Revista Projeto História*, São Paulo. Volume 10, dezembro de 1993.

ROQUE, Daniel Mata; BER- NARDES, Margarida Maria Ro- cha; OLIVEIRA, Alexandre Bar- bosa de; BLAJBERG, Israel (orgs). *Práticas e representações fotográficas do Ser- viço de Saúde brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

Sítio digital da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dls- tatic/10112/4368015/4108326/15DE CRE- TO34869CadastrodeBareseBotequ insTradiconais.pdf>. Acessado em 1 mai. 2020.

Sítio digital do Bar Brasil. Dispo- nível em <http://restaurantebarbrasil.com.br/r estaurante-alemao/>. Acessado em 1 mai. 2020.



Sítio digital do Bar Luiz. Disponível em <https://www.barluiz.com.br/curiosidades/>. Acessado em 1 mai. 2020.

Sítio digital do Colégio Cruzeiro. Disponível em http://www.colegiocruzeiro.g12.br/ins_titucional.php?crz=historico&. Acessado em 6 out. 2020.

Sítio digital do Hospital Central da Aeronáutica. Disponível em <https://www2.fab.mil.br/hca/index.php/historico>. Acessado em 5 out. 2020.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

¹ ROQUE, Daniel Mata; BERNARDES, Margarida Maria Rocha; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; BLAJBERG, Israel (orgs). *Práticas e representações fotográficas do Serviço de Saúde brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019, p. 8.

² MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados*

brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010, p. 362.

³ AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck. Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções*: v. 2 – 1919-1945. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 229.

⁴ MARTINS, Hélio Leôncio (coord.). *História Naval Brasileira*. Quinto Volume, Tomo II. Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha: Rio de Janeiro, 1985, p. 343.

⁵ LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, p. 159.

⁶ MAXIMIANO, op.cit., p. 14.

⁷ LOCHERY, op.cit., p.186.

⁸ Ibid.

⁹ Sítio digital do Bar Luiz. Disponível em <https://www.barluiz.com.br/curiosidades/>. Acessado em 1 mai. 2020.

¹⁰ MELLO, Paulo Thiago de; SEBADLHE, Zé Octávio. *Memória afetiva do botequim carioca*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015, p. 85-86.

¹¹ Ibid.

¹² Sítio digital do Bar Brasil. Disponível em <http://restaurantebarbrasil.com.br/restaurant-alemao/>. Acessado em 1 mai. 2020.



¹³ MELLO; SEBADELHE, op.cit., p. 213-214.

¹⁴ Ibid., p. 186.

¹⁵ Sítio digital da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4108326/15DECR ETO34869CadastrodeBareseBotequins Tradicionais.pdf>. Acessado em 1 mai. 2020.

¹⁶ ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, série I*, volume XIV. Porto, 1998. p. 88.

¹⁷ LATFALLA, Giovanni. *Relações militares Brasil-Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 241.

¹⁸ LOCHERY, op.cit.

¹⁹ NETO, Lira. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 413.

²⁰ LATFALLA, op.cit., p. 179.

²¹ LOCHERY, op.cit., p. 167.

²² Sítio digital do Colégio Cruzeiro. Disponível em <http://www.colegiocruzeiro.g12.br/institucional.php?crz=historico&>. Acessado em 6 out. 2020.

²³ Sítio digital do Hospital Central da Aeronáutica. Disponível em <https://www2.fab.mil.br/hca/in->

[dex.php/historico](#). Acessado em 5 out. 2020.

²⁴ LOCHERY, op.cit., p. 173.

²⁵ NETO, op.cit., p. 417.

²⁶ LOCHERY, op.cit., p. 174.

²⁷ NETO, op.cit., p. 417.

²⁸ LOCHERY, op.cit., p. 186.

²⁹ NETO, NETO, op.cit., p. 421.

³⁰ LOCHERY, op.cit., p. 187-188.

³¹ FERRAZ, Francisco César Alves. Brasil e Segunda Guerra Mundial. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções: v. 2 – 1919-1945*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, p. 29.

³² CARVALHO, Grimaldo. *O honorável José Honório*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1982, p. 28.

³³ NETO, op.cit., p. 434.

³⁴ ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. Genebra: Albert Skiras, 1964.

³⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004, p. 25.

³⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo. v. 10, dezembro de 1993, p. 22.

Almirante Sylvio de Camargo

Patrono do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil

Ricardo Moojen Nácul ^a

Resumo: O texto apresentar, por meio de uma complicação de dados obtidos em pesquisa de outros trabalhos publicados e/ou em documentos, a história do Patrono do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, o almirante Sylvio de Camargo. Um brasileiro que serviu brilhantemente por quase 50 anos, sempre buscando inovação no que tange ao preparo, quebrando paradigmas, mas sempre com lealdade aos seus superiores e também aos seus comandados. Uma de suas grandes realizações foi a criação do Centro de Instrução para o Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, que em sua homenagem leva o seu nome.

Palavras-chave: Sylvio de Camargo, Corpo de Fuzileiros Navais, biografia.

Sylvio de Camargo nasceu em 16 de fevereiro de 1902, em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, filho dos professores João Baptista de Oliveira Camargo e Aurélia de Almeida Camargo.

Ingressou na Escola Naval, em 1919, época em que aquele estabelecimento formava oficiais para os quadros dos Corpos da Armada e de Engenheiros Maquinistas. Foi

declarado guarda-marinha em 1922, ano em que foi promovido a segundo-tenente. No posto de tenente, serviu em importantes unidades navais como o encouraçado *Minas Gerais*, o navio escola *Benjamin Constant*, o contratorpedeiro *Paraíba*, o cruzador *Rio Grande do Sul* – a bordo do qual foi promovido ao posto de capitão-tenente em 1929 – e no cruzador *Bahia*.

^a Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Fig. 1 – Almirante Sylvio de Camargo, Patrono do Corpo de Fuzileiros Navais.



Fonte: Museu da Vitória.

Casou com Zelia Brandão em 21 de setembro de 1929, na Paróquia do Senhor Bom Jesus do Monte da Ilha de Paquetá. Em 1930, tendo declinado de honroso convite para servir num gabinete, achando mesmo um dever ir para bordo ou para o Corpo de Fuzileiros, foi designado ajudante do então chamado Regimento Naval. Em janeiro de 1931, teve sua primeira comissão no então Regimento Naval.

No início da Revolução de 1932, o Exército Constitucionalista compôs um perímetro de defesa do porto de Santos por meio de minas submarinas e de guarnições de artilharia e infantaria situadas no Forte de Itaipu e em outros pontos estratégicos na região de Santos, de modo a impossibilitar a aproximação da esquadra da Marinha Brasileira ou um assalto de seus fuzileiros navais, na época comandada pelo Ministro da Marinha Protógenes Guimarães. Sylvio de Camargo comandou alguns fuzileiros durante a Revolução de São Paulo.

Em 24 de fevereiro de 1932, na função de Oficial de Ligação do gabinete do Ministro da Marinha com o do Ministro da Guerra, foi transferido para o novo Corpo de Fuzileiros Navais. Em consequência, frequentou o Curso das Armas do Exército.

Em 1934, Sylvio de Camargo, foi promovido ao posto de capitão-de-corveta. Para consolidar sua inata vocação anfíbia, estagiou nos anos de 1934 e 1935 no *Royal Marine Corps Depot, em Deal*, Condado de Kent, Inglaterra. Em 1936,



frequentou o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, concluindo-o em 1º lugar.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi instalado um destacamento de fuzileiros navais na Ilha da Trindade, para a defesa contra um possível estabelecimento de base de submarinos inimigos e, ainda, foram criadas Companhias Regionais ao longo da costa, que mais tarde se transformariam nos Grupamentos de Fuzileiros Navais. Os combatentes anfíbios embarcaram, também, nos principais navios de guerra da Marinha do Brasil. Em 1940, ano em que o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais passou ao comando de um contra-almirante, Sylvio de Camargo foi promovido ao posto de capitão-de-fragata.

A promoção a capitão-de-mar-e-guerra de Sylvio de Camargo ocorreu no ano de 1943 e, com sua

nomeação para o cargo de Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em 8 de novembro de 1945, foi promovido a contra-almirante.

Em 1949, o contra-almirante Sylvio de Camargo, avisou ao Ministro da Marinha que estava para terminar o tempo de quatro anos

Fig. 2 – Sylvio de Camargo junto com sua família, por ocasião de sua promoção a capitão de mar e guerra.



Fonte: Museu da Vitória.

dele como contra-almirante. Ele tinha grandes relações de amizade com o almirante Silvío de Noronha, que estranhou que ele não tivesse antes chamado a sua atenção, tendo em vista que não existia o posto de vice-almirante no Corpo



Fig. 3 – Acervo do almirante Sylvio de Camargo existente no Museu da Vitória.



Fonte: Museu da Vitória.

de Fuzileiros e já estava com o tempo regulamentar para promoção. Dias depois o almirante Sylvio foi chamado e recebeu a informação que o Ministro tinha criado um posto acima, de maneira que foi promovido, em 1949, a vice-almirante, o primeiro do Corpo de Fuzileiros Navais.

No mesmo ano, foi criado o curso da Escola Superior de Guerra. O almirante Sylvio de Camargo já era vice-almirante e naturalmente o Ministro da Marinha achou até fora de propósito que ele quisesse cursar a escola. Havia a possibilidade, então, dos oficiais gerais tirarem aquele curso fazendo só uma parte do curso. O almirante Sylvio de Camargo disse ao Ministro que era uma necessidade. Ele comandava o Corpo de Fuzileiros e não queria que dias depois aparecesse um Oficial cursado que quisesse doutrinar que naquela escola era “assim ou assado”. Assim, ele fez o curso normal e depois curso de revisão da escola. Portanto, ele pertenceu à primeira turma, como já era vice-almirante, e vice-almirante antigo. Foi o primeiro aluno vice-almirante que apareceu na Escola Superior de Guerra.



Fruto de uma convicção firmada nos anos anteriores, quanto à necessidade de uma área própria para exercícios de campanha e para

Fig. 4 – Quepe que pertenceu ao almirante Sylvio de Camargo existente no Museu da Vitória.



Fonte: Museu da Vitória.

a instrução específica de oficiais e praças do Corpo de Fuzileiros Navais, o almirante Sylvio de Camargo implementou, entre os anos de 1945 e 1955, grande dinamismo nos atos que culminaram na criação do Campo de Instrução da Ilha

do Governador, da Linha de Tiro e, prioritariamente, Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais. O Centro foi inaugurado com a presença do Ministro da Marinha. Foi uma inauguração altamente cerimoniosa e uma cerimônia muito bonita, militar, com todos os Almirantes, com um pelotão especial de cada graduação e cada posto. O almirante Sylvio de Camargo teve a honra, nessa inauguração, de içar a bandeira.

Em 22 de dezembro de 1955, data que assinala a criação do Centro de Instrução, o almirante Sylvio de Camargo apresentou seu pedido de transferência para a reserva, fato que gerou manifestações no sentido de demovê-lo da decisão. Na reserva, foi promovido ao posto de almirante de esquadra e, pouco tempo depois, a almirante cinco estrelas.

O almirante Sylvio de Camargo faleceu em 1º de dezembro de 1989, na cidade do Rio de Janeiro.



O Centro de Instrução e Ades-
tramento do Corpo de Fuzileiros
Navais na Ilha do Governador teve
seu nome modificado para Centro
de Instrução Almirante Sylvio de
Camargo, pelo Decreto nº 98.803,
de 8 de janeiro de 1990. Este, tal-
vez, tenha sido o ponto inflexão na
história do Corpo de Fuzileiros
Navais, rompendo com o paradig-
ma das operações terrestres e pas-
sando para a formação específica
em operações anfíbias.

Como reconhecimento a esta
valiosa contribuição para a nossa
história, foi instituído como Patro-
no do Corpo de Fuzileiros Navais
em 26 de fevereiro de 2009. No
Decreto nº 8.804, de 7 de julho de
2016, foi criada a Medalha-Prêmio
“Almirante Sylvio de Camargo”,
de prata, para agraciar o oficial que
concluir na primeira colocação o
Curso de Aperfeiçoamento de Ofi-
ciais do Corpo de Fuzileiros Na-
vais.

ADSUMUS!

Jamais será esquecido!

BIBLIOGRAFIA

PROJETO MUSEU DA VITÓ-
RIA. *Almirante Sylvio de Camar-
go*. Disponível em
<[http://projetomuseudavitoria.blog
spot.com](http://projetomuseudavitoria.blogspot.com)>. Acesso em 20 jan.
2023.

MARINHA DO BRASIL. *Corpo
de Fuzileiros Navais - Patrono*.
Disponível em
<[https://www.marinha.mil.br/cgcfm
/patrono](https://www.marinha.mil.br/cgcfm/patrono)>. Acesso em 20 jan. 2023.

TELLES, Nídia. Um almirante
santa-ritense. *Empório de Notícias*,
Santa Rita do Sapucaí, s./d. Dispo-
nível em
<[http://www.emporiodenoticias.co
m/um-almirante-santa-ritense-por-
nidia-telles/](http://www.emporiodenoticias.com/um-almirante-santa-ritense-pornidia-telles/)>. Acesso em 20 jan.
2023.

3D EXPLORA. Espaço Histórico
Almirante Sylvio de Camargo.
Youtube. Disponível em
<[https://www.youtube.com/watch?
v=86I46y7UQ1k](https://www.youtube.com/watch?v=86I46y7UQ1k)>. Acesso em 20
jan. 2023.

O despertar das forças militares asiáticas: o expansionismo estratégico

Henrique Corrêa Lopes ^a

Resumo: Esse artigo tem em seu conteúdo uma abordagem política, econômica e militar a qual o mundo nos últimos 10 anos tem enfrentado, seja diretamente, nos países em que há um conflito ou uma incursão militar, abrupta e ostensiva, seja pelos fatores políticos, relacionados neste caso ao seu tipo de governo e por seu governante propriamente dito. Para isso, será contextualizado neste artigo a expansão logística e militar de três países asiáticos, a China, a Coreia do Norte e o Japão, seus propósitos territoriais de defesa, de estratégia econômica ou simplesmente de presença militar, utilizando-se dos conceitos relacionados à obra de Max Weber – Ciência e Política e do estrategista e teórico militar general Carl Von Clausewitz, além de páginas da internet relacionadas às notícias e manchetes sobre os países que compõem este trabalho.

Palavras-chave: Ásia, Forças Armadas, Exército, Força Aérea.

INTRODUÇÃO

O mundo enfrenta constantemente a presença não muito agradável da sombra da guerra e outros conflitos, destacando assim a Guerra entre Ucrânia e Rússia, que completou um ano de conflito em 2023, mas ainda assim há no mundo outros conflitos armados, que causam e ampliam a fome e a mi-

séria dos povos em questão, que atuam como participantes de atos contra os direitos humanos, a autonomia política de um país e que afetam a segurança e a sobrevivência de seus integrantes.

Conflitos que conforme a rede britânica de televisão BBC (*British Broadcasting Corporation*) assolam outras regiões do mundo, como a guerra do Iêmen, que há mais

^a Professor. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



de uma década já causou a morte de milhares de pessoas e que outros milhares enfrentam constantemente a falta de água, comida e atendimento médico.

A guerra civil na Etiópia, motivada por questões políticas, contra um sistema de governo federativo e que já colocou em confronto vários grupos étnicos, ocasionando a morte de milhares e deixando milhões em algum tipo de dificuldade.

Ainda podia citar neste artigo as tensões políticas e militares na Síria, em Mianmar, Haiti, Afeganistão entre outros países, mas não seria essa a intenção, pois o mundo atualmente está muito próximo a um jogo de tabuleiro que jogava em minha adolescência, chamado de War, o jogo da estratégia, e essa estratégia tenho observado como historiador.

POLÍTICA E GUERRA

A política está ligada diretamente ao poder, e pode ser interpretada por alguém que já possui esse poder, ou por aquele que quer

conseguir esse poder, contextualizando as formas para chegar a esse poder e como exercê-lo, incluindo ainda suas características e atributos pessoais e emocionais, seu conhecimento, organizações as quais faz parte e inserido em uma sociedade, ter a capacidade de gerir os conflitos de interesses.

Portanto, a política está relacionada ao ato de governar, ligando suas decisões ao conceito de estado, mas também relacionado ao cidadão, pois os governantes precisam tomar decisões que atendam às necessidades e interesses deste cidadão, estando assim a política inserida no dia a dia, no relacionamento humano, com o intuito de chegar a um objetivo em comum.

A palavra política, do grego *politike* “governo da cidade para o bem comum de todos”, e que segundo Max Weber em sua obra *Ciência e Política*, a política é o conjunto de esforços feitos para participar do poder ou influenciar em sua divisão.

Quem faz política aspira ao poder, a gozar do poder ou bem



como meio a serviço de outras metas – ideias ou egoístas – ou bem a gozar do poder “em virtude dele mesmo”, em virtude do sentimento de prestígio que ele fornece¹.

Para Aristóteles não entra no plano da política determinar o que pode convir a cada indivíduo, mas sim o que convém à pluralidade, o homem precisa viver em grupos, e desta convivência surge a política, a importância de viver e de se comportar, e de como governar, como tratar as questões da cidade e do espaço público, a política relacionada por temas ou etapas.

A resolução de conflitos com o uso da diplomacia ou pelo uso da força, a tomada de decisões, sejam elas tomadas pelo grupo, ou com base na escolha da maioria, por escolha direta ou indireta e por último o poder.

A interpretação do poder entra em debate, bem como, a sua definição, pois está cercado por interesses políticos e sociais, presente nas ciências jurídicas e econômicas, o poder pode ser exercido por meio de instrumentos ou coisas,

mas ele não está nas coisas, e sim nas relações existentes².

Como o poder pode ser criado leis e regras, pode castigar ou julgar, pode ter paz ou fazer guerra, a guerra para o General Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz³ é um ato de força para obrigar o inimigo a fazer algo contra a sua vontade, ou seja, um fenômeno político e militar, baseado na mobilização dos recursos nacionais. Desta forma, surge a imprevisibilidade, ou como atuar em um terreno composto de vários sujeitos e objetos, que não há a possibilidade de prever a postura adotada pelo inimigo, a área de conflito, ainda mais tendo uma zona urbana, habitada e orgânica, enfim, tudo aquilo que pode interferir direta ou indiretamente em um conflito.

Na perspectiva de Clausewitz, as guerras reais são aquelas suscetíveis aos acasos, imprevisíveis e probabilidades, provenientes da própria realidade e que a diferem de uma perspectiva abstrata e teórica. As suas diversas variações frente às eventualidades fazem com que neguem qualquer esquematismo



e entendimento dentro de modelos matemáticos⁴.

A MOVIMENTAÇÃO DAS PEÇAS

Não somente estadunidenses e russos estão com movimentações militares, sejam por questões de defesas territoriais, econômicas ou políticas, mas outros países estão momentaneamente movimentando o cenário logístico e militar com projeções, metodologias e táticas, bem como, da ampliação do alcance de seus domínios.

Após o armistício e a assinatura da rendição incondicional japonesa na Segunda Guerra Mundial, ocorrida em agosto de 1945, o Japão passou a ser ocupado e administrado pelos Estados Unidos. Com os termos assinados da Declaração de Potsdam⁵, o Japão foi proibido de possuir forças armadas, com o passar do tempo, mais precisamente em 1952, as tropas americanas deixam o país e o Japão volta a ser independente.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão não tem capacidade militar para atingir alvos inimigos de longa distância devido à sua Constituição pacifista e ao seu acordo bilateral de segurança com os Estados Unidos, país que garante a defesa do arquipélago contra qualquer ameaça contra o seu território⁶.

Contudo, essa política pacificadora foi ameaçada pela interferência de países como a China e a Coreia do Norte, ora por estar próximo do alcance dos testes balísticos realizados pelos norte-coreanos, ora pela presença cada vez mais constante por água ou pelo ar, das forças militares chinesas.

Por possuírem relações políticas e econômicas muito próximas, as forças militares chinesas realizam com as forças militares russas, manobras e exercícios em conjunto, sendo que em novembro de 2022, essas manobras supostamente segundo o governo japonês, foram realizadas sobre o Mar do Japão, que abrange as costas do Japão e da Coreia do Sul.



No plano abrangente de cinco anos, anteriormente impensável no Japão pacifista, o go-verno disse que também esto-caria peças de reposição e ou-tras munições, ampliaria a ca-pacidade de transporte e de-senvolveria capacidades de guerra cibernética.

Aviões militares dos dois países sobrevoaram juntos o Mar do Japão e o Mar da China Oriental, disse a mídia estatal russa. As manobras tinham por objetivo patrulhar a região, onde os Estados Unidos têm realizado exercícios conjuntos com a Coreia do Sul nos últimos meses⁷.

São alguns dos motivos que fizeram com que o governo japonês adotasse medidas de segurança em pronta resposta as tensões regionais, seja pelas demonstrações e testes balísticos dos norte-coreanos, pelas tensões envolvendo China e Taiwan, ou até mesmo pela invasão da Ucrânia pelos russos, os quais já tiveram na história, confrontos com os japoneses, citando a Guerra Russo-Japonesa no início do século XX e a batalha de Khalkhin Gol em 1939⁸.

Desta forma, o governo japonês adotou uma postura de autodefesa ampliando seu aparato militar investindo grande soma financeira para a compra e aquisição de mísseis e a criação de novas unidades em acréscimo a sua força de auto-defesa.

No plano abrangente de cinco anos, anteriormente impensável no Japão pacifista, o governo disse que também estocaria peças de reposição e outras munições, ampliaria a capacidade de transporte e desenvolveria capacidades de guerra cibernética⁹.

Sobre as forças de autodefesa japonesas cabe destacar:

As Forças de Autodefesa são um exército de fato que tem capacidade terrestre, marítima e aérea. A razão pela qual isso é constitucional é porque o artigo 9 foi redigido de tal forma que permite ao governo japonês dispor de forças militares para fins puramente defensivos, ou seja, não podem ser usados para travar uma guerra de agressão¹⁰.



Dentro deste cenário de tensão, ainda é importante destacar as movimentações logísticas, políticas e militares chinesas, sendo que estas estão envolvidas em episódios distintos, em um primeiro momento com a questão territorial envolvendo a ilha de Taiwan, uma questão que teve origem ao término da Revolução Chinesa em 1949 e que colocou durante a Guerra Fria (1947-1991) a ilha sobre o protetorado norte-americano.

Esta tensão não envolve tão somente questões territoriais, visto que, a ilha de Taiwan tem destacado papel no cenário econômico mundial, com altas taxas de crescimento e disputas no mercado externo o que desencadeou o descontentamento chinês contra a ilha e o receio de um processo de independência.

A China vê a ilha como uma província rebelde, que sofrerá consequências caso fizer declaração de independência, enquanto Taiwan afirma que é independente há décadas, com eleições e Constituição pró-

prias. Tsai Ing-wen é presidente de Taiwan desde 2016¹¹.

Em um segundo momento, a China está empregando uma política/logística de ampliação de sua presença internacional, com a construção de bases militares ou científicas na América do Sul, mais especificamente na Argentina e a outra localizada em Djibouti na África.

A base militar localizada no continente africano serve como uma forma de elevar seus investimentos militares e seus interesses estratégicos, como a venda de armas para os países africanos, mas também como forma de garantir uma infraestrutura necessária para receber navios de guerra, incluindo assim os seus porta-aviões.

A abertura dessa base está em consonância com a vontade de Pequim de que seu Exército tenha maior protagonismo em escala global. A China afirma que não busca o expansionismo militar e tampouco pretende entrar em corridas armamentistas, mas Pequim endureceu nos últimos anos suas reivindicações territo-



riais no mar do Sul da China e teve desentendimentos com vários de seus vizinhos¹².

A segunda base militar seria na região de Ushuaia na Argentina, e que permitiria que os chineses controlassem a passagem entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, essa seria a segunda presença chinesa na Argentina, já que os chineses possuem uma base espacial na província de Neuquén na Patagônia Argentina

Uma eventual base chinesa em Ushuaia permitiria a Pequim ter um enclave permanente no hemisfério sul, com projeção para o Atlântico Sul que, dependendo das condições negociadas com a Argentina, poderia permitir a construção de instalações, assim como a presença de unidades navais e contingentes militares neste quadrante¹³.

Em relação ao terceiro país deste artigo, a Coreia do Norte é considerado um dos países mais fechados do mundo, uma nação pequena e pobre, mas com grandes investimentos em seu aparato militar, capaz de possuir condições

para o desenvolvimento de armas nucleares.

Um país militarizado, que tem como referência o paralelo 38, divisor de uma das fronteiras mais tensas do mundo, separando a Coreia do Norte e a Coreia do Sul desde o cessar fogo de 1953, para tanto, a Guerra da Coreia não teve um acordo de paz, é como se estivessem em guerra até os dias de hoje.

O sistema de poder nortecoreano tem sua persuasão pela força, um estado totalitário e militar, que investe em seu poderio bélico.

A tensão na Ásia atingiu um nível nunca antes visto desde 1953, depois de a Coreia do Norte lançar 23 mísseis de diversos pontos e em várias direções e disparar cerca de 100 projéteis de artilharia contra uma área de fronteira marítima¹⁴.

De interesses divergentes, a Coreia do Norte possui uma política militar deliberante e pronta para o conflito seja com os Estados Unidos ou com a Coreia do Sul,



estando suas forças armadas em constante modo de combate.

Mais recentemente, a Coreia do Norte lançou dois mísseis balísticos de curto alcance, segundo autoridades sul-coreanas. Os mísseis foram disparados da área de Sunan, em Pyongyang, nas águas entre a península coreana e o Japão¹⁵.

A preocupação militar com os norte-coreanos não está tão somente baseado em sua capacidade nuclear, mesmo possuindo tanques e aeronaves obsoletos, seus exércitos possuem milhares de soldados, uma força militar convencional, com a prioridade nos mísseis de médio e longo alcance, nas armas de destruição em massa e em seus programas químicos e biológicos.

Programas que põem em discussão o intuito de reunificação coreana propostas pelo norte, de tornar-se um país próspero e poderoso, sem o uso de uma guerra violenta e trágica e que possa afetar não só a península coreana, mas o mundo inteiro em seu contexto

econômico, fazendo referência neste ponto a Coreia do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As movimentações militares têm apresentado para o mundo questões relacionadas não somente ao poderio militar dos países citados neste artigo (Estados Unidos, Ucrânia, Rússia, China, Japão e Coreia do Norte), mas aos impactos econômicos e políticos que envolvem tais movimentações.

Para tanto, os interesses estratégicos da China por uma ampliação de suas bases militares já instaladas no continente africano e na América do Sul, estão relacionados não somente por sua presença militar e logística, mas também pelos interesses comerciais.

Desta forma, há uma aproximação com alguns países latinos, tendo em vista a sua presença na Argentina com uma sofisticada base espacial e as negociações para uma possível base militar, contribuindo nessa proximidade para uma relação comercial com o Uru-



guai, que se for concretizado, poderia colocar em risco a continuidade do grupo do Mercosul.

Quanto à situação dos países ao leste asiático, as tensões territoriais e políticas vividas pelas coreias, em uma instabilidade desde o cessar fogo em 1953 que coloca aquela região em um terreno altamente perigoso, sem saber como será o dia de amanhã, tendo como base os constantes testes balísticos realizados pela Coreia do Norte, ora como forma para os estadunidenses o seu poder militar, ora para demonstrar para o Japão e a Coreia do Sul em um tom provocador contra as duras sanções internacionais.

E o Japão, país de linha pacifista após o fim da Segunda Guerra Mundial, limitando suas forças armadas a um sistema de autodefesa, mas que com as conturbadas relações e demonstrações de força de seus vizinhos China e Coreia do Norte, sendo que os dois países em alguns momentos operam em conjunto com as forças militares russas, tenham executados testes e

manobras muito próximos de seu território.

Finalizando, conforme a leitura de Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios, não somente pelo ato da força, mas pela necessidade de poder, de ter e querer, corresponde aos interesses do poder, seja pela conquista territorial, de suas riquezas naturais, das matérias primas ou insumos para a sua sobrevivência, ou apenas para anular toda e qualquer tentativa de aliar-se a outro inimigo.

A política e a guerra não são exatas, são instáveis e mutáveis, e, devem ser entendidas e compreendidas seus propósitos, caso existam, com a possibilidade de que haja a paz.

BIBLIOGRAFIA

ARISTOTELES. *Política*. Tradução de Vinícius Chichurra. Petrópolis: Vozes, 2022.

BERMÚDEZ, Ángel. *Por que Japão quer acabar com pacifismo militar adotado após derrota na*



Segunda Guerra. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62197763>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução de Maria Teresa Ramos, São Paulo: Martins Fontes, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

CNN BRASIL. *Japão anuncia maior ampliação militar desde a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-anuncia-maior-ampliacao-militar-desde-a-segunda-guerra-mundial. Acesso em: 15 jan. 2023.

CNN BRASIL. *Coreia do Sul dispara tiros de alerta após drones norte-coreanos entrarem em seu espaço aéreo*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-sul-dispara-tiros-de-alerta-apos-drones-norte-coreanos-entrarem-em-espaco-aereo>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. *Tensão na Ásia aumenta após Coreia do Norte disparar 23 mísseis*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/11/5048960-tensao-na-asia-aumenta-apos->

[coreia-do-norte-disparar-23-misseis.html](https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/11/5048960-tensao-na-asia-aumenta-apos-coreia-do-norte-disparar-23-misseis.html). Acesso em: 12 dez. 2022.

FONTDEGLÒRIA, Xavier. *China inaugura primeira base militar no exterior*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492_007630.html. Acesso em: 28 dez. 2022.

G1. *China e Rússia fazem manobras militares conjuntas sobre o Mar do Japão*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/11/30/china-e-russia-fazem-manobras-militares-conjuntas-sobre-o-mar-do-japao.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2023.

INFOMONEY. *Taiwan e China: entenda a origem da disputa que voltou ao radar do mercado com a visita de Pelosi*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/taiwan-china-eua-entenda-o-que-esta-acontecendo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MAZUCATO, Thiago. (org.) *Carl Von Clausewitz*. Penápolis: Editora FUNEPE, 2020.

SAAVEDRA, Guillermo. *China pressiona Argentina para construir Base Naval*. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com>.



br/geopolitica/china-pressiona-argentina-para-construir-base-naval. Acesso em: 20 jan. 2023.

UOL. *Japão anuncia maior ampliação militar desde a Segunda Guerra*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/16/japao-anuncia-maior-ampliacao-militar-desde-a-segunda-guerra>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. *Teoria do poder*. Curitiba: Contentus, 2020.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução e notas: Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.

¹ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução e notas: Marco Antônio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015, p.63.

² VIANA, Ana Cristina Aguilar. *Teoria do poder*. Curitiba: Contentus, 2020, p.12.

³ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução de Maria Teresa Ramos, São Paulo: Martins Fontes, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p.75.

⁴ MAZUCATO, Thiago. (org.) *Carl Von Clausewitz*. Penápolis: Editora FUNEPE, 2020, p.36.

⁵ Declaração de Postdam foi uma declaração definindo os termos da rendição japonesa na Segunda guerra Mundial e sua rendição incondicional.

⁶ UOL. *Japão anuncia maior ampliação militar desde a Segunda Guerra*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/16/japao-anuncia-maior-ampliacao-militar-desde-a-segunda-guerra>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁷ G1. *China e Rússia fazem manobras militares conjuntas sobre o Mar do Japão*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/11/30/china-e-russia-fazem-manobras-militares-conjuntas-sobre->



o-mar-do-japao.shtml. Acesso em: 18 jan. 2023.

⁸ A Batalha de Khalkhin Gol aconteceu em, 1939 com enfrentamento de tropas soviéticas e japonesas na região fronteira entre Mongólia e Manchúria, conflito anterior a Segunda guerra Mundial.

⁹ CNN BRASIL. *Japão anuncia maior ampliação militar desde a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-anuncia-maior-ampliacao-militar-desde-a-segunda-guerra-mundial. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹⁰ BERMÚDEZ, Ángel. *Por que Japão quer acabar com pacifismo militar adotado após derrota na Segunda Guerra*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62197763>. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹¹ INFOMONEY. *Taiwan e China: entenda a origem da disputa que voltou ao radar do mercado com a visita de Pelosi*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/taiwan-china-eua-entenda-o-que-esta-acontecendo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹² FONTDEGLÒRIA, Xavier. *China inaugura primeira base militar no exterior*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/>

08/01/internacional/1501589492_007630.html. Acesso em: 28 dez. 2022.

¹³ SAAVEDRA, Guilherme. *China pressiona Argentina para construir Base Naval*. Disponível em: <https://www.defesaereanaaval.com.br/geopolitica/china-pressiona-argentina-para-construir-base-naval>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁴ CORREIO BRAZILIENSE. *Tensão na Ásia aumenta após Coreia do Norte disparar 23 mísseis*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/11/5048960-tensao-na-asia-aumenta-apos-coreia-do-norte-disparar-23-misseis.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

¹⁵ CNN BRASIL. *Coreia do Sul dispara tiros de alerta após drones norte-coreanos entrarem em seu espaço aéreo*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-sul-dispara-tiros-de-alerta-apos-drones-norte-coreanos-entrarem-em-espaco-aereo>. Acesso em: 02 jan. 2023.

A mobilização, recrutamento e participação do Ceará na Segunda Guerra Mundial

Gustavo Augusto de Araújo Chaves Pereira ^a

Resumo: A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial impulsionou a formação de um Corpo Expedicionário que fez sua história a partir dos confrontos engendrados no Teatro de Operações bélicas da Itália. Após o fim do conflito em solo italiano, retornaram ao Brasil no fervor dos acontecimentos como novos heróis da Nação. A formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e seu desempenho na guerra marcaram a história do Brasil, em especial a participação do Ceará naquele conflito bélico, destacando o esforço do povo, o valor da liderança dos seus governantes e a destreza e destemor dos militares, que a compuseram. Dos 377 cearenses, combatentes da FEB aos quais aprenderam a lutar na "marra", inclusive, debaixo de rigoroso inverno, cinco foram abatidos em combate e um pereceu em acidente automobilístico na cidade de Florença. Por fim, resalto que na Itália os oficiais e praças cearenses, mostraram: fé, bravura, coragem, ordem, união, obediência, espírito de solidariedade e muito patriotismo na defesa da paz, da democracia e da liberdade dos povos.

Palavras-chave: Ceará; Segunda Guerra Mundial e FEB.

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial teve início com a invasão da Polônia em 1º de setembro de 1939, que destacou como estopim o expansionismo germânico, colocado em prática por Adolf

Hitler na construção de um “espaço vital” da Alemanha (*lebensraum*). A construção desse espaço vital levou a Alemanha a modificar o seu exército, no sentido de iniciar a inclusão de países vizinhos como a Áustria e a Tchecoslováquia.

O último acordo antes do

^a Major do Quadro Complementar de Oficiais. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



início do conflito foi a assinatura de um tratado entre alemães e soviéticos, conhecido como Pacto Germano-Soviético que estipulava um período de dez anos de paz entre as duas nações e assegurava uma série de acordos comerciais importantes para a Alemanha¹. Esse pacto também estabeleceu que a Alemanha e a União Soviética (URSS) dominariam e dividiriam entre si o território polonês. Esse pacto secreto entre as duas nações aconteceu porque nenhuma delas aceitava a existência da Polônia, e, segundo Hastings, “aos olhos de Berlim e Moscou, o estado polonês devia sua existência apenas à força maior dos aliados em 1919 e não tinha legitimidade”². Dessa forma, a avançada hostilidade dos alemães evidenciou sua intenção de guerra contra a Polônia.

O propósito de Adolf Hitler na Polônia era resgatar territórios que pertenciam à Alemanha até a Primeira Guerra Mundial, no sentido de recuperar uma faixa do território polonês que dividia a Alemanha da Prússia Oriental e onde se encontrava a cidade de

Danzig. A invasão da Polônia, em 1939, mobilizou 1,5 milhão de soldados, apoiados por 3.600 blindados e 1.929 aviões de guerra³.

Os principais fatores que provocaram a Segunda Guerra Mundial estão associados com a ascensão dos regimes totalitários, sobretudo, do nazismo na Alemanha. A primeira fase da Segunda Guerra Mundial aconteceu no período de 1939 e 1941, sendo representada pelo pacto oculto entre Alemanha e URSS, um acordo de não agressão entre as duas potências. Através desse pacto, a Alemanha invadiu a Polônia em 1º de setembro de 1939, provocando a reação de países como a França e o Reino Unido, que, dois dias depois, declararam guerra à Alemanha.

A segunda fase aconteceu entre 1942 e 1943 com a participação dos Estados Unidos da América (EUA) e o confronto acentuado entre soviéticos e alemães, envolvendo, principalmente, Europa Ocidental e Oriental, Ásia Menor, Sudeste



Asiático, o Extremo Oriente e o Oceano Pacífico.

A terceira e última fase da Segunda Guerra Mundial foi assinalada entre 1944 e 1945 por um conjunto de operações que explodiram no dia 6 de junho de 1944, denominadas ‘Dia D’, quando por volta de 100.000 soldados aliados desembarcaram nas praias da Normandia, na França, com o intuito de libertação das principais cidades europeias ocupadas pelos alemães, a ocupação de Berlim e a invasão do chamado “Ninho da Águia” nos Alpes bávaros, o reduto do Partido Nazista, no qual se encontravam líderes do alto escalão⁴.

Entretanto, em abril de 1945, depreendendo o declínio do III Reich, Adolf Hitler, o líder nazista, suicidou-se ao lado de sua esposa, Eva Braun, em seu *bunker*, na cidade de Berlim. Dessa forma, os territórios ocupados foram sendo pouco a pouco libertados pelos aliados, que descobriram os campos de concentração e extermínio, como o de Auschwitz⁵. Contudo, a guerra prosseguia no

Oriente, com extensivos bombardeios americanos às cidades japonesas, como ocorreu com a Batalha de Iwo Jima. O final da guerra e a rendição do Império Japonês somente aconteceu com a elevada demonstração do poder militar por parte dos EUA através da utilização de duas bombas atômicas. A primeira arremessada sobre Hiroshima, em 6 de agosto de 1945; a segunda, em Nagasaki, em 9 de agosto do mesmo ano, onde aproximadamente, 470.000 pessoas foram vitimadas. Após essa imensa tragédia, o Japão assinou a sua rendição em 2 de setembro de 1945, através do Ministro das Relações Exteriores japonês Mamoro Shigemitsu. A guerra chegava ao fim com sequelas irreversíveis.

A PARTICIPAÇÃO DO CEARÁ NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Realizar um recorte político, social e militar acerca da História do Ceará na Segunda Guerra



Mundial é reviver um acontecimento histórico que descreve o cenário de uma tragédia que a humanidade suportou durante seis anos, quando os oficiais e praças cearenses mostraram fé, bravura, coragem, ordem, união, obediência, espírito de solidariedade e muito patriotismo.

Fig. 1 – Pracinhas cearenses em treinamento no 23º BC de Fortaleza rumo à Itália.



Fonte: PEREIRA; ARAGÃO, 2017.

Em 1939, Fortaleza tinha cerca de 180 mil habitantes, que viviam sob o regime do Estado Novo, cujo interventor era o doutor Francisco de Menezes Pimentel. Em setembro do corrente ano, o povo recebeu a infortunada notícia de que a Alemanha tinha invadido

a Polônia. Era o começo da Segunda Guerra Mundial. A partir dessa data, as exportações cearenses realizadas por via marítima, diminuíram, devido ao agravamento da guerra na Europa, provocando sérios prejuízos para a economia estadual.

Apesar de o Brasil estar vivendo uma ditadura que impossibilitava a liberdade da população e as notícias internacionais não serem promissoras, tendo em vista a disputa que os partidos de base ideológica vinham travando com os outros que não aceitavam o totalitarismo, os fortalezenses continuavam sua vida habitual dentro da total normalidade. Entretanto, depois que o Brasil cancelou as relações comerciais com os países do Eixo, submarinos alemães e alguns italianos começaram a torpedear os navios nacionais que navegavam em águas brasileiras.

A população fortalezense vivia preocupada com os destinos da guerra e as notícias que surgiam não eram das melhores. Além disso, enfrentava também



treinamentos de defesa passiva, tendo em vista um possível ataque dos inimigos.

No período de fevereiro de 1942 até 19 de julho de 1944 foram afundados 34 navios e vitimadas aproximadamente 1.080 pessoas. Existem provas de que aquela ação foi verdadeiramente efetuada por submarinos alemães, no entanto, surgiram falsas histórias de que aqueles torpedeamentos tinham sido realizados por submarinos americanos para forçar o Brasil a participar da guerra como aliado.

Com o afundamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães, ocasionando a morte de centenas de pessoas, o silêncio da imprensa que não podia se manifestar e a indecisão do Presidente Vargas em declarar guerra ao Eixo, o povo de Fortaleza revoltado, no dia 18 de agosto de 1942, reuniu-se na Praça do Ferreira e, incentivado por um orador deveras exaltado, resolveu depredar as casas comerciais de alemães, italianos, espanhóis e japoneses, ou de seus descendentes.

Logo que foi anunciado o rompimento diplomático com as potências do Eixo, em 22 de agosto de 1942 o Presidente Vargas criou a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que eram destinadas a lutarem na Europa. Os militares do Exército fizeram uma mascote mostrando uma cobra fumando e com o lema, “*A cobra está fumando*”. O desenho original foi depois aperfeiçoado nos estúdios de Walt Disney, nos Estados Unidos. Os aviadores do grupo da FAB, que foram para a Itália, escolheram uma avestruz, com o vibrante grito de guerra “*Senta a pua!*” A Esquadilha de Ligação e Observação (ELO) usava o símbolo “*Olho Nele*” representando um militar com um binóculo, sentado em um canhão com duas asas.

Dentro desse viés, o comandante da 10ª Região Militar (RM), general Gil Castelo Branco, assessorado pelo chefe de Estado-Maior Regional, coronel Aurélio Alves de Sousa Ferreira, pelo capitão Murillo Borges Moreira, e



pelo capitão Edinaldo Rodrigues Weyne, adotou as medidas cabíveis e necessárias para o envio dos expedicionários que iriam lutar em um campo de batalha, em local ainda não revelado por razões de segurança dos futuros combatentes.

Devido à perspectiva de o Brasil participar da Segunda Guerra Mundial, as Circunscrições de Recrutamento sofreram algumas alterações, inclusive a de Fortaleza, que passou a ser a 25ª Circunscrição de Recrutamento.

A fim de aumentar o efetivo de defesa do Nordeste, o Ministério da Guerra, em cumprimento ao Aviso nº 2859 de 26 de outubro de 1941, incluiu na Guarnição Cearense, o 29º Batalhão de Caçadores, sendo instalado provisoriamente em Fortaleza no dia 2 de novembro, no mesmo quartel do 23º BC, enquanto se processava os trâmites administrativos, para sua transferência definitiva localizada à Praça José Bonifácio, a qual era sede também da Força Policial do Ceará. O primeiro comandante foi o Tenente-Coronel Ernesto Pereira Rodrigues. No dia 1º de janeiro

de 1942, foram incorporados 123 soldados, sendo 103 conscritos e 20 voluntários, em sua maior parte provenientes do interior do Estado. Os oficiais, inicialmente, tiveram dificuldade em manter a disciplina militar com aqueles imaturos e briguentos recrutas, quando estavam fora do quartel. Essa Organização Militar foi dissolvida em 1946 sendo seus elementos aproveitados nas diferentes Organizações Militares de Fortaleza⁶.

O governo precisava arregimentar pessoal habilitado para enfrentar uma possível guerra contra os países do Eixo, que continuavam a prejudicar o livre trânsito dos navios mercantes nacionais.

O recrutamento teve início em agosto de 1942, logo após o quebra-quebra em Fortaleza, realizado no dia 18 daquele mês. A 25ª Circunscrição de Recrutamento teve um papel de renomada importância porque respondia pelo recrutamento, alistamento e seleção de pessoas jovens capazes de enfrentarem com destemor e galhardia a violência de uma



sangrenta luta fora do território nacional⁷.

A aliança Brasil-EUA foi de profunda dimensão para a implementação e o encaminhamento da FEB. Em um período em que o Brasil estava com equipamentos bélicos ultrapassados o Exército Americano, por meio do tratado de empréstimo e arrendamento, garantiu que apoiaria os brasileiros com armas e demais ferramentas para modernizar as tropas, além de treinamentos, instruções de manejo dos novos armamentos fornecidos e a renovação da doutrina militar da força terrestre brasileira. Assim as tropas brasileiras iniciaram a mobilização para o envio de efetivo para o cenário de operações na Itália.

O oficial escolhido e pertencente àquele contingente para dirigir aquela tarefa, foi o tenente Aderson de Aquino Pereira, que já trabalhava naquele setor. Ele visitou os municípios do Ceará, excetuando os que possuíam Tiros de Guerra, porque o pessoal ali alistado recebia instruções durante o tempo em que estava

prestando o serviço militar obrigatório. Tratava-se então de uma tarefa bastante árdua, pois se destinava a motivar pessoas de todos os níveis sociais, principalmente, os de pouca ou nenhuma instrução, esclarecendo-lhes os perigos de uma luta armada com risco da própria vida, a fim de defender o país contra os ataques dos submarinos alemães e italianos⁸.

Por outro lado, havia também o desconforto das viagens, a incompreensão de muitos convocados, estradas de má qualidade, alimentação precária e outras inconveniências. Os candidatos selecionados pelo tenente Aderson eram depois encaminhados para as unidades militares de Fortaleza, onde se submetiam a nova seleção, quanto à idade, saúde, instrução e outros qualificativos. Os aprovados ficavam nos quartéis aguardando novas ordens. Convém ressaltar que, a maioria dos que foram selecionados era composta por pessoas da classe média, com baixa ou sem nenhuma instrução.



Fig. 2 – Ex-combatente coronel Antônio A. Correia Lima, atuou na Itália junto ao 6º RI



Fonte: Álbum de família

Em Fortaleza, a chamada para alistamento deu-se depois do dia 18 de agosto de 1942 e a apresentação seria feita nos quartéis do 23º. BC e 29º BC. O Tiro de Guerra de Sobral nº 172 foi o primeiro lugar do Estado, a convocar pessoas para a FEB, sendo o Tenente reformado Delfino Batista, responsável pela preparação dos conscritos. Os selecionados somente iam para Fortaleza, de ônibus, quando estavam aptos e eram chamados, alojando-se no quartel do 23º. BC. 40 O transporte dos expedicionários cearenses para o Rio de Janeiro era feito pelo navio *Itapé*, com

Fig. 3 – Ex-combatente tenente Geraldo R. de Oliveira, atuou na Itália junto ao CRP/Dep. Pessoal/FEB.



Fonte: Álbum de família

escala em Recife. Os 377 expedicionários cearenses da 10ª. RM não viajaram juntos; o terceiro e último Escalão partiram em 24 de dezembro de 1944⁹.

O comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, informou que a participação do Ceará seria de 377 militares, não especificando a quantidade de oficiais e praças, número esse que correspondia a 1,67% do total da tropa, que totalizava 25.334 combatentes.



Os pracinhas cearenses, ao chegarem à Itália, foram distribuídos pelas diversas unidades da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, tais como o 1º Regimento de Infantaria (1º RI), 6º Regimento de Infantaria (6º RI), 11º Regimento de Infantaria (11º RI), bem como pelos órgãos não divisionários da FEB, dentre eles o Centro de Recompentamento de Pessoal, conhecido como Depósito de Pessoal (DP/FEB), órgão logístico responsável pela preparação técnica e tática de militares, bem como o preenchimento de baixas das tropas em combate, localizado em Staffoli.

Os soldados do Ceará tiveram participação ímpar em diversos combates importantes nos quais a FEB esteve em ação, dentre os quais podemos destacar: as conquistas de Massarosa, Camaiore, Monte Castello e Montese.

Vários cearenses foram feridos e seis tombaram nos campos de batalha na Itália.

- 2º Sargento Hermínio Aurélio Sampaio, nasceu em Crateús em 1908 e morreu em combate

em Monte Castello com a idade de 36 anos tendo sido promovido a 1º sargento.

- 2º. Sargento Francisco Firmino Pinho, natural de Quixeramobim, faleceu em combate na localidade de Valdibure, Região da Toscana, em 11 de novembro de 1944.

- 3º. Sargento Francisco de Castro, natural de São Bento da Amontada, atual Município de Amontada, foi morto em luta com os alemães, na localidade de Zocca, Região de Modena, na Itália, em 22 de abril de 1945, aos 27 anos de idade.

- 3º. Sargento Edson Sales de Oliveira nasceu em 1921 em União, hoje Jaguaruana, tendo sido abatido em combate na conquista de Montese, aos 24 anos de idade.

- Soldado Clóvis da Cunha Pais de Castro, de Assaré, foi abatido quando participava em uma patrulha de reconhecimento, próximo a Castelnuovo em 24 de janeiro de 1945. Foi sepultado pelos alemães, em cova rasa, junto a outros companheiros.

- Soldado José Custódio Sampaio, de Caucaia, morreu em acidente automobilístico na cidade de Florença, Itália, em 22 de maio de 1945, logo após o término da Segunda Guerra¹⁰.



Fig. 4 – Capelão cearense Joaquim de Jesus Dourado. Voluntário para ir à Itália, fez parte do Serviço Religioso da FEB.



Fonte: PEREIRA; ARAGÃO, 2017.

Com o fim da guerra, segundo Prandi¹¹, os pracinhas foram recebidos com festas, mas seu entusiasmo foi logo controlado através da distribuição de cartilhas de comportamento e de censura ao falar dos episódios da guerra. Além disso, os ex-combatentes sofreram graves problemas financeiros e de saúde, apresentando uma condição de vida penosa no pós-guerra, sobretudo diante da incapacidade de planejamento do país para receber os soldados e pelas falhas na aplicabilidade das leis existentes

que deveriam amparar os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou um recorte histórico acerca da mobilização, recrutamento e participação do Ceará na Segunda Guerra Mundial, que ocorreu no período de 1939 a 1945.

Dentro desse contexto, constata-se o valor e a grandeza dos 377 soldados cearenses que foram para a Itália, representaram o povo brasileiro e, especialmente, o nordestino, com suas particularidades, abrangendo todas as classes sociais. Eram lavradores, pedreiros, comerciários, estudantes ou simples filhos de famílias que amavam sua terra e acreditavam em Deus.

Assim sendo, com brio e determinação, o Brasil mostrou para o mundo e para os brasileiros incrédulos, o valor do soldado brasileiro, que foi enviado para uma frente de batalha inclemente,



para lutar e vencer os militares germânicos que eram considerados os mais eficientes guerreiros de todos os tempos.

A Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre 1939 e 1945 foi o maior conflito da história da humanidade, que resultou em 60 milhões de pessoas mortas durante os seis anos de guerra, na qual os países implicados mobilizaram todos os seus recursos para garantir sua participação.

Em suma, a história da humanidade perdura em função de cada período de tempo, sendo o povo, o principal protagonista de todos os acontecimentos presentes e passados.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Cláudio. "O que foi a Segunda Guerra Mundial?"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/a-segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em 13 jul. 2022.

HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

PEREIRA, Gustavo; ARAGÃO, Mário Henriques. *Reminiscências da história do Ceará na Segunda Guerra Mundial: estudo político, social e militar*. Fortaleza, 2017.

PRANDI, Danilo de Mauro. *A reintegração social dos ex-combatentes brasileiros: as condições de vida dos veteranos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

SILVA, Daniel Neves. Segunda Guerra Mundial. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VIEIRA JÚNIOR. Antônio Marloves Gomes. *Soldados do Vale: a história de homens do interior do Ceará que lutaram na Segunda Guerra Mundial*. Disponível em <http://uece.br/eventos?eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9148-30072014-205757.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.



¹ VIEIRA JÚNIOR, Antônio Marloves Gomes. *Soldados do Vale: a história de homens do interior do Ceará que lutaram na Segunda Guerra Mundial*. Disponível em <http://uece.br/eventos?eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9148-30072014-205757.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

² HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012, p. 16.

³ Ibid.

⁴ SILVA, Daniel Neves. Segunda Guerra Mundial. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

⁵ FERNANDES, Cláudio. "O que foi a Segunda Guerra Mundial?"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/a-segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em 13 jul. 2022.

⁶ PEREIRA, Gustavo; ARAGÃO, Mário Henriques. *Reminiscências da história do Ceará na Segunda Guerra Mundial: estudo político, social e militar*. Fortaleza, 2017, p. 23.

⁷ Ibid., p. 28.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid., p. 39-40.

¹⁰ Ibid., p. 32.

¹¹ PRANDI, Danilo de Mauro. *A reintegração social dos ex-combatentes brasileiros: as condições de vida dos veteranos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

RESENHA

Inteligência Militar O emprego no Exército Brasileiro e sua evolução

Sergina Maria da Motta ^a

WOLOSZYN, André Luiz. *Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

A obra *Inteligência Militar: o emprego no Exército Brasileiro e sua evolução*, de André Luiz Wołoszyn, foi escrita no formato de Introdução, 5 (cinco) Capítulos, e Considerações Finais.

O autor apresenta como objetivo de seu trabalho a pesquisa bibliográfica e documental da evolução do método dedutivo para os processos de busca e análise de dados na força terrestre, desde a Batalha de Guararapes, considerada como marco para a Inteligência Militar em 1648, até a época do pós-Guerra Fria.

O PANORAMA HISTÓRICO

Uma visão geral da matéria desenvolvida, colocando que as informações militares estavam presentes nas centenas de conflitos internos desde o Império até à República, sendo o primeiro material sigiloso anotado como referência normativa datado de 1859, e elaborado pelo Visconde do Rio Branco, que o denominou Regulamento Paranhos, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A evolução das Informações de Combate para o nível de Inteligência Militar acontece pelo estudo

a Psicóloga. Integrante da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de São Paulo.



de situações da época e pelo aprendizado prático de batalhas em ambiente físico ou não, agregados aos setores militares. A coleta, busca de dados e informações incluem desde relatos que não possuíam caráter profissional, até a organização em dados eletrônicos pelos aperfeiçoamentos dos métodos (satélites de monitoramento e outros recursos), principalmente no pós-Guerra Fria. A inserção do clero, tanto na parte do poder político como influência exercida até os meados do século XX, são lembrados, apesar de os registros serem raros e a maior parte classificados como sigilosos pelo Vaticano. A classe sacerdotal pode ser considerada como importante e fidedigna fonte de informações nos níveis tático, operacional e estratégico.

1ª FASE MÉTODOS EMPÍRICOS

Informes de guerras coletados pelo Exército de 1648 a 1916, sendo relatados fatos desde a Guerra dos Guararapes até a Guerra do

Contestado. E com isso ratificando-se a necessidade da formação dos Serviços de Informação e Inteligência, com exemplificação de casos documentais.

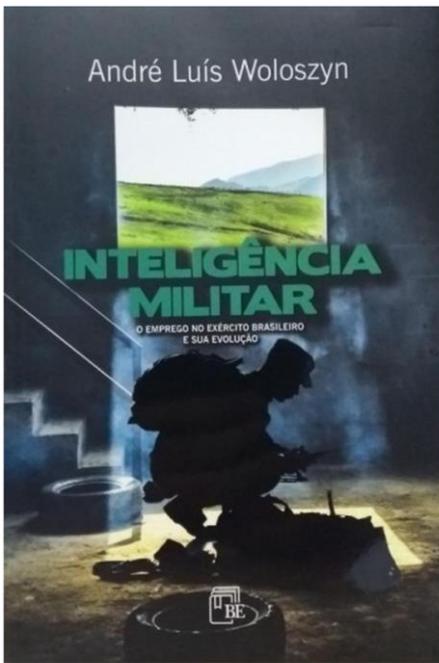
2ª FASE PRIMEIROS PASSOS RUMO À MODERNIZAÇÃO

A partir da declaração de guerra ao império alemão em 26 de outubro de 1917, posicionando-se o Brasil ao lado dos EUA, o princípio de solidariedade continental, trouxe uma movimentação diplomática intensa na defesa dos interesses nacionais, segundo relatórios confidenciais do Ministério das Relações Exteriores, já nessa época, para que se obtivesse um assento permanente na Liga das Nações. Com a Segunda Guerra Mundial, vieram os primeiros manuais de Informações e Contrainformações militares, houve o incremento das operações encobertas, técnicas de propaganda e contrapropaganda e ações de espionagem e sabotagem. Porém em relação ao Brasil, sabe-



se que em especial a contraespionagem mostrou-se incapaz de atuar frente aos experientes agentes estrangeiros. A falta de preparo da FEB na Itália é citada em relatórios confidenciais feitos por militares norte-americanos. Ainda assim, no

concluir que, entre 1943 e 1946, foram criadas estruturas dentro das forças armadas dos EUA e Reino Unido, direcionadas à coleta e busca de dados que, no desenrolar da guerra, foram sendo testadas, reformuladas ou readequadas.



final da campanha, muitos dos informes colhidos foram considerados de extrema importância e, mesmo com erros de avaliação, trouxeram resultados positivos. Pelos relatos expostos pode-se

3ª FASE DOCTRINA E OFICIALIZAÇÃO

Trata o capítulo da Guerra Fria, um período chamado de fase de ouro para as informações militares em tempos de paz. Isso vem pelo alto potencial destrutivo dos arsenais nucleares de EUA e União Soviética (URSS). Com o término da Segunda Guerra Mundial, as operações conjuntas e compartilhamento das informações entre as agências aliadas diminuíram. Porém, na fase inicial da Guerra Fria, entre 1945 e 1960, a ampliação dos serviços de informação nas forças armadas de diversos países foi significativa.

Exemplo disso, na década de 1950, surgiria o projeto ARPA, que



culminou com a criação da Internet, entre outros projetos importantes. Também cabe destacar que conflitos armados deflagrados na Ásia e na América Central levaram ao surgimento de uma nova doutrina, em especial para busca de dados e informações, avanços no campo da contra-inteligência e contrapropaganda. Com esse panorama, surge no Brasil a Escola Superior de Guerra (ESG), que desenvolve uma doutrina adequada à realidade brasileira. A prática de espionagem militar é considerada crime grave de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro de 21/10/1969 (Código Penal Militar). A partir da década de 1970 a conjuntura das atividades de inteligência, espionagem, contra-inteligência e contrapropaganda mudaram radicalmente, devido a programas do governo de alta tecnologia voltados à segurança e defesa, tanto estratégico como comerciais. Entre as décadas de 1970 e 1980, consta no Serviço Nacional de Informações (SNI) que o País era constantemente espionado, pois tinha um projeto secreto voltado ao desenvolvimen-

to de armas nucleares, em conjunto com cientistas iranianos, projeto este que está em evolução para o primeiro submarino de propulsão nuclear, garantindo no futuro hegemonia militar sobre o continente latino-americana.

Cabe destacar a criação, pelos EUA, da MILNET, atualmente Internet, que resultou da disputa tecnológica militar entre norte-americanos e soviéticos, para comunicação e armazenamento de dados científicos.

4ª FASE AS TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS

A inteligência militar do Exército no século XXI; dinâmica e transformações. Apesar das antigas ameaças persistirem, com o avanço das tecnologias para detectar e prever, as operações de inteligência e contra-inteligência são cada vez mais exigidas. Esses avanços permitem maior cobertura de movimentações em tempo real,



rapidez, segurança, grau de certeza sobre os alvos, e outros aportes.

Teve início o uso de diferentes fontes de coletas de dados; HUMINT (humanas), SIGINT (interceptação e decodificação de comunicações e sinais eletromagnéticos), IMINT (interpretação de imagens fotográficas e multiespectrais), OSINT (inteligência impressa e eletrônica) e MASINT (mensuração de diferentes tipos de emissão – sísmicas, térmicas, identificação de veículos e armas). Isso gerou a criação de um novo gerenciador de dados, tornando-se relevantes o compartilhamento com outros órgãos governamentais, pois a abordagem ficou muito mais extensa indo para áreas como armas de destruição em massa (ADM), narcotráfico, tráfico ilegal de armas, ciberguerra, terrorismo, ciberterrorismo e bioterrorismo. O desafio das ameaças cibernéticas está nestas quatro últimas áreas já elencadas, tendo como uma das características, a difícil detecção de quem ou de onde teria partido os ataques ou o patrocinador do mesmo. São primordiais a identificação

e a neutralização dessas ameaças, sendo que depende de um planejamento da estratégia de segurança e defesa, que devem ter sempre em pauta a previsão das hipóteses de emprego da Força Terrestre. A ciberespionagem por sua vez consegue abranger todas as Expressões do Poder Nacional, influenciando o desenvolvimento do Estado. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa, cabe ao Exército, Marinha e Aeronáutica o fortalecimento de três setores de importância estratégica, – cibernético, nuclear e espacial, respectivamente. Para isso foi criado, em 2010, o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCIBER), que integra o Sistema Militar de Defesa e subsidia outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e é ligado ao Departamento de Ciência e Tecnologia, no âmbito do Ministério da Defesa.

Essa importância em se tratar de inteligência culminou com o Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, que estabelece a Política Nacional de Inteligência (PNI). O controle externo desta atividade a



partir de 1999 é feito pelo Congresso Nacional e o controle interno, pelo Ministério da Defesa. A questão da manutenção do sigilo vem sendo debatida em ambientes acadêmicos, pois esses dados, sejam civis ou militares dependem de transparência e legalidade, e ainda fundamentalmente da doutrina e do conhecimento que se está obtendo de todas essas informações e seus efeitos têm impacto direto na esfera governamental e nas instituições militares.

Concluindo parcialmente e em suas considerações finais, Wołoszyn destaca que o Brasil, em se tratando de contrainteligência, tem grandes desafios pela frente no que diz respeito às tecnologias cibernéticas por falta de infraestrutura tecnológica e de pesquisa nessa área, as quais estão sendo aprimoradas pelo investimento nas fontes humanas que geram ou são parte desse sistema.

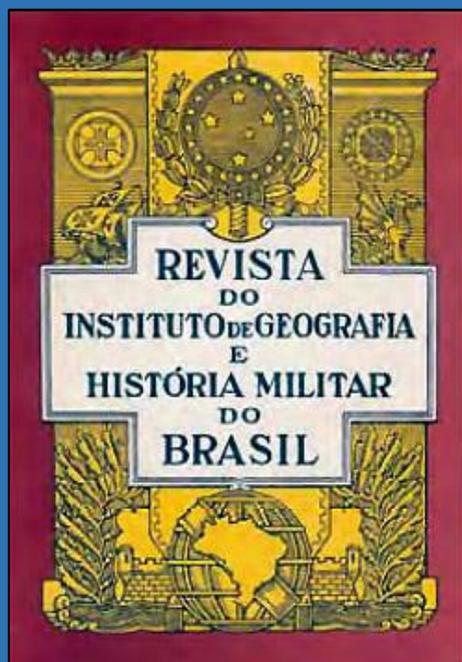
Tratando-se de passado e presente, os objetivos perseguidos em épocas anteriores pela Inteligência Militar continuam sendo os mes-

mos de hoje: a previsibilidade acerca de possíveis ameaças.

SOBRE O AUTOR

André Luiz Wołoszyn é analista de assuntos estratégicos, especialista em Ciências Penais e Criminologia, diplomado pela Escola Superior de Guerra. Foi analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e escreve periodicamente para conceituadas revistas e sites especializados nacionais e internacionais. É associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. derrota militar.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 82 N° 110 1° SEM. 2023

ISSN: 0020-3890